

Volume 2 :

Carlo Romani
Massimo Sciarretta

Volume 2 :

ISBN 978-85-7648-781-4



9 788576 487814

História Contemporânea I :

História Contemporânea I

cederj



UENF
Universidade Estadual
do Norte Fluminense



UFF
Universidade Federal Fluminense



UNIRIO



FUNDAÇÃO
SANTA CABRINI
Provedora de acesso à Cidadania



FAPERJ
Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo
à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro



GOVERNO DO
Rio de Janeiro

SECRETARIA DE
CIÊNCIA E TECNOLOGIA

UNIVERSIDADE
ABERTA DO BRASIL

Ministério da
Educação

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA

Fundação
CECERJ
Consórcio cederj





Fundação

CECIERJ

Consórcio **cederj**

Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro

História Contemporânea I

Volume 2

Massimo Sciarretta

Carlo Romani



**GOVERNO DO
Rio de Janeiro**

**SECRETARIA DE
CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

**UNIVERSIDADE
ABERTA DO BRASIL**

Ministério da
Educação

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

Apoio:



FAPERJ

Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo
à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro



**FUNDAÇÃO
SANTA CABRINI**

Provedora de acesso à Cidadania

Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Rua da Ajuda, 5 – Centro – Rio de Janeiro, RJ – CEP 20040-000

Tel.: (21) 2333-1112 Fax: (21) 2333-1116

Presidente

Carlos Eduardo Bielschowsky

Vice-presidente

Masako Oya Masuda

Coordenação do Curso de História

UNIRIO – Mariana Muaze

Material Didático

ELABORAÇÃO DE CONTEÚDO

Massimo Sciarretta

Carlo Romani

COORDENAÇÃO DE

DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL

Cristine Costa Barreto

SUPERVISÃO DE

DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL

Miguel Siano da Cunha

DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL

E REVISÃO

Henrique Oliveira

Paulo Alves

AValiação DO MATERIAL DIDÁTICO

Thais de Siervi

Departamento de Produção

EDITOR

Fábio Rapello Alencar

COORDENAÇÃO DE REVISÃO

Cristina Freixinho

REVISÃO TIPOGRÁFICA

Carolina Godói

Cristina Freixinho

Elaine Bayma

Renata Lauria

Thelenayce Ribeiro

COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO

Ronaldo d'Aguilar Silva

DIRETOR DE ARTE

Alexandre d'Oliveira

PROGRAMAÇÃO VISUAL

André Guimarães Souza

Alexandre d'Oliveira

ILUSTRAÇÃO

Fernando Romeiro

CAPA

Fernando Romeiro

PRODUÇÃO GRÁFICA

Verônica Paranhos

Copyright © 2011, Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Nenhuma parte deste material poderá ser reproduzida, transmitida e gravada, por qualquer meio eletrônico, mecânico, por fotocópia e outros, sem a prévia autorização, por escrito, da Fundação.

S416h

Sciarretta, Massimo

História contemporânea I. v. 2. / Massimo Sciarretta, Carlo Romani. -

Rio de Janeiro : Fundação CECIERJ, 2011.

264 p. ; 19 x 26,5 cm.

ISBN: 978-85-7648-781-4

1. História contemporânea. 2. Primeira guerra mundial. 3. Segunda guerra mundial 4. Revolução Russa. I. Romani, Carlo. II. Título.

CDD 909.82

2011.2/2012.1

Referências Bibliográficas e catalogação na fonte, de acordo com as normas da ABNT.
Texto revisado segundo o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Governador
Sérgio Cabral Filho

Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia
Alexandre Cardoso

Universidades Consorciadas

UENF - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO
Reitor: Silvério de Paiva Freitas

UERJ - UNIVERSIDADE DO ESTADO DO
RIO DE JANEIRO
Reitor: Ricardo Vieiralves de Castro

UFF - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
Reitor: Roberto de Souza Salles

•
•
•
•
•
•
•

UFRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL DO
RIO DE JANEIRO
Reitor: Carlos Levi

UFRRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL
DO RIO DE JANEIRO
Reitor: Ricardo Motta Miranda

UNIRIO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO
Reitora: Luiz Pedro San Gil Jutuca

Aula 9 – O século XX: apogeu e crise da modernidade ____7

Massimo Sciarretta

Aula 10 – A Primeira Guerra Mundial _____39

Massimo Sciarretta

Aula 11 – A Revolução Russa: origens e desdobramentos __77

Carlo Romani

Aula 12 – O capitalismo no período entre guerras_____ 109

Massimo Sciarretta

Aula 13 – Os projetos alternativos às democracias
liberais: fascismo e comunismo _____ 147

Massimo Sciarretta

Aula 14 – As vanguardas artísticas modernas entre
os séculos XIX e XX _____ 187

Carlo Romani

Aula 15 – A Segunda Guerra Mundial _____ 215

Massimo Sciarretta

Referências_____ 255

Aula 9

O século XX: apogeu e crise da modernidade

Massimo Sciarretta

Meta da aula

Apresentar as continuidades e rupturas da primeira parte dos Novecentos em relação ao século anterior, enfatizando as peculiaridades do século XX como um todo.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. reconhecer as várias periodizações que a historiografia contemporânea até agora adotou para o século XX;
2. identificar o conceito de “sociedade de massa” como estreitamente atrelado às dinâmicas do século XX;
3. avaliar as contradições profundas que a modernização do século XX leva consigo.

INTRODUÇÃO

Quando começa o século XX? É correto falar dos Novecentos como de um divisor de águas na história universal? Realmente, estes cem anos apresentaram peculiaridades totalmente novas, se comparadas com os séculos anteriores?

Certamente, o século XX caracteriza-se por suas enormes mudanças, conquistas, descobrimentos, assim como por suas tamanhas crises, que deixam de ser simplesmente socioeconômicas ou políticas e culturais, para se tornar o sinal de uma única crise de civilização.

Com efeito – mais do que o século XIX – os Novecentos registram um progresso inigualado e maravilhoso.

Entretanto, diferentemente do século que o precedeu, o século XX foi decididamente “esquizofrênico”: o século mais violento e sanguinário da história da humanidade e, ao mesmo tempo, a era da emancipação feminina, do progresso científico, das revoluções na sociedade e na cultura.

Comemoração pelo progresso e inquietação pelo retrocesso, então, convivem nos Novecentos sem interrupções, sobretudo a partir da eclosão da Primeira Guerra Mundial, para muitos o verdadeiro *dies a quo* (ponto de início) da idade contemporânea, o momento em que a modernização linear rumo a um mundo melhor vive o desencantamento provocado pela barbárie da guerra tecnológica em massa.



Para os amantes das imagens, assinala-se a histórica revista americana *Life*, criada pelo jornalista americano Henry Luce.

A revista – que desde sua fundação, em 1936, sempre teve enfoque no fotojornalismo –, em seu site <http://www.life.com/timeline>, contém um arquivo de milhões de fotos sobre o século XX, reunindo as imagens capturadas por fotógrafos lendários (Alfred Eisenstaedt, Margaret Bourke-White, Gordon Parks e W. Eugene Smith etc.) ao longo do tempo, que bem cristalizam as grandes contradições deste século multifacetado.

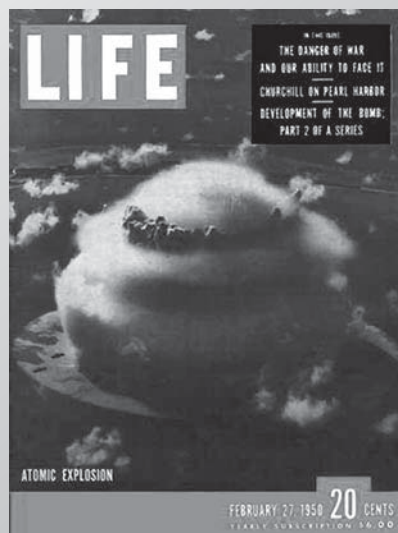


Figura 9.1: Capa da revista *Life* de fevereiro de 1950 sobre testes atômicos.

Fonte: <http://oldlifemagazines.com/the-1950s/1950/february-27-1950-life-magazine.html>

O século XX: possíveis periodizações

Se é possível para um historiador falar em “épocas” ou “eras” (antiga, medieval, moderna, contemporânea), mais difícil é enxergar em um novo século elementos que sejam necessariamente de ruptura com os que se passaram.

Deste ponto de vista, a divisão em séculos para a narração da história parece realmente uma periodização escolhida por uma questão de comodidade, não sendo necessariamente a repartição matemática do tempo de cem em cem anos capaz de individualizar elementos de diferenciação e/ou de continuidade com os tempos passados.

Ainda mais difícil é pretender que ao tocar das setas do relógio para a meia-noite do 1/1/1900 correspondam acontecimentos capazes de distinguir historicamente um período de outro.

Quando começa realmente o século XX, então? E quais seus elementos de originalidade?

Uma das interpretações mais conhecidas é a do historiador inglês Eric Hobsbawm que aponta as datas iniciais e finais dos Novecentos – respectivamente – na eclosão da Primeira Guerra Mundial (1914) e na derrocada da União Soviética (1991), “recortando” seu espaço temporal a pouco mais de sete décadas.

Seis anos antes do começo do novo século XXI, em 1994, Eric Hobsbawm escreve seu “O breve século XX”, considerando já concluída uma era caracterizada pelo choque entre democracia e totalitarismo:

O Breve Século XX foi uma era de guerras religiosas, embora os mais militantes e sanguinários de seus religiosos bebessem nas ideologias seculares da safra do século XIX, como o socialismo e o nacionalismo, cujos equivalentes divinos ou eram abstrações ou políticos venerados como divindades (HOBSBAWM, 2009, p. 541).

O denominador comum desta interpretação é o de um processo de modernização, marcado de forma dramática por chacinas (as duas guerras mundiais, o extermínio dos judeus, o terror da Rússia stalinista, as explosões atômicas) que se – para Hobsbawm – torna o século XX uma “era dos Extremos”, para outros historiadores o revela como século “das ideias assassinas” (Robert Conquest); “das trevas” (Tzvetan Todorov); “dos genocídios” (Bruneteau Bernard); “do medo” (Carlo Pinzani) etc.

Na esteira deste pensamento, encontra-se também o historiador alemão Karl Bracher que, em sua obra *Novecentos. O século das ideologias*, aponta na ideologização da política o elemento de absoluta novidade do século XX, a partir do momento em que:

1. nunca como no século XX os governos mundiais haviam se caracterizado por uma necessidade tão espasmódica de se dar uma legitimação espiritual, isto é, um fundamento ideal a seu poder;
2. nunca – antes do século XX – os modernos Estados haviam disponibilizado um sistema de comunicação tão eficiente e capilar para obter aquela base de legitimação;
3. na maioria dos casos, este poder e este controle físico e psicológico das massas encontravam-se nas mãos de regimes fortes, que se serviam das ideias e da propaganda para manipular a opinião pública, sem algum interesse pela verdade.

Entretanto, para outros historiadores, esta visão de estupor e de abjeção com as contradições do século XX encontra-se influenciada pela excessiva proximidade com os eventos miráveis e nefastos da época.

De tal forma, com um olhar mais “distante” da emoção dos eventos, alguns analistas privilegiam interpretações mais concentradas em mudanças – para assim dizer – “sistêmicas”.

A tal respeito, historiadores como Donald White (autor de *The American Century*) e Oliver Zunz (com sua obra *Why the American Century?*) colocam ênfase, sobretudo na novidade representada pela primazia norte-americana e pelo deslocamento do eixo hegemônico – depois de muitos séculos – da Europa para os EUA.

A definição de “século americano”, cunhada pelo jornalista americano Henry Luce em 1941, resumia esta ideia de identificar os Novecentos com a liderança mundial de um país – naquela época – na linha de frente dos Estados que combatiam contra o nazifascismo e que, sucessivamente, passou a liderar um bloco de nações desta vez ligadas pela aversão comum ao comunismo. Uma hegemonia pautada em um modelo social caracterizado – conforme Zunz – por “instituições democráticas e capitalismo gerencial”.

Outros, como o italiano Giovanni Arrighi, acentuam mais os elementos de continuidade com os demais séculos marcados pela hegemonia do capitalismo e falam a respeito de um “longo século XX”, para descrever um *trend*, iniciado no século XV, quando capital e Estado pela primeira vez se fundem, e terminado com a crise financeira americana da década de 1970, seguida por um processo de “financeirização”, ou seja, de predominância do capital na forma de dinheiro, determinando o abalo da efetiva capacidade de acumulação.

Para os historiadores Alan Milward (*A idade dos extremos*) e Marco Revelli (*Para além do século XX*), a verdadeira guinada do século XX é representada pela chamada “Terceira Revolução Industrial”, isto é, aquela época de “dissolução da sociedade industrial” criada no século XIX que abria os horizontes à informatização da vida econômica e à globalização.

Fora de uma visão (até agora) caracterizada pelo evidente eurocentrismo, o estudioso indiano K. M. Panikkar (*A dominação ocidental na Ásia*) desloca as setas do relógio do século XX para a década de sessenta, quando – malgrado as enormes dificuldades iniciais – a descolonização do chamado “Terceiro Mundo” fecha o ciclo da “idade europeia” (começado meio milênio antes e caracterizado pela hegemonia tecnológica, comercial e militar do Velho Continente antes e depois dos EUA), acarretando a emergência de novos sujeitos coletivos que irrompem na cena mundial, alguns dos quais destinados a protagonizar as hodiernas dinâmicas mundiais.

O século XX, então, apresenta características que se prestam a várias interpretações. Provavelmente, foi tudo isto, dependendo do ponto de vista e da angulação com a qual olharmos para o século que se foi.

Entretanto, se quisermos privilegiar um aspecto do século XX que envolve também sua interpretação histórica, este é a "interdependência", nunca tão estreita, entre as várias partes do globo. O que nos obriga a encarar qualquer tipo de juízo histórico sobre este século, tomando em conta que dinâmicas ligadas às grandes ideologias, ao meio ambiente, à modernização etc. verificam-se, daqui para frente, em grande parte do planeta, e que cada acontecimento peculiar de um lugar ou de uma sociedade acaba tendo repercussões sempre mais diretas e significativas em cada outra parte do mundo.



Atende ao Objetivo 1

1. Século curto ou época longa? Período de máximo triunfo do Ocidente ou início de seu declínio? Século da grande modernização ou da barbárie?

Com base na historiografia, tente dar conta das várias interpretações do século que acabou de passar.

Resposta Comentada

Para uma parte da historiografia, o século XX foi, sobretudo, o século das grandes ideologias, ou melhor, o século em que estas ideologias, brotadas no século XIX, foram colocadas em prática, na maioria dos casos com êxitos desastrosos. Eis que o século XX, deste ângulo interpretativo, torna-se “breve” (porque recortado entre o início da concretização dos ideais nacionalistas e socialistas, por um lado, e o fim do comunismo por outro). Outros estudiosos, ainda, olham para o século XX, colocando ênfase em aspectos peculiares diferentes, como: o deslocamento do eixo hegemônico do Velho Continente para os EUA, a emergência dos países saídos da descolonização, a “Revolução da Informática” etc. Para outros, finalmente, a periodização a ser feita responde a lógicas de longo período, envolvendo o século XX no mais amplo espaço temporal do domínio do capitalismo ocidental, antes por parte da Europa, depois dos EUA.

Rumo à sociedade de massa

As cidades estão cheias de gente. As casas, cheias de inquilinos. Os hotéis, cheios de hóspedes. Os trens, cheios de viajantes. Os cafés, cheios de consumidores. Os passeios, cheios de transeuntes. As salas dos médicos famosos, cheias de enfermos. Os espetáculos, desde que não sejam muito extemporâneos, cheios de espectadores. As praias, cheias de banhistas. O que antes não era problema começa a sê-lo quase de contínuo: encontrar lugar. (...) A multidão, de repente, tornou-se visível e instalou-se nos lugares preferentes da sociedade. Antes, se existia, passava inadvertida, ocupava o fundo do

cenário social; agora se adiantou até as gambiarras, ela é o personagem principal. Já não há protagonistas: só há coro (ORTEGA Y GASSET, 2001, p. 20-1).

Tentando definir os Novecentos, na esteira das palavras do escritor espanhol Ortega y Gasset, poderíamos afirmar que este foi o século em que a multidão, as massas, passou “do fundo do cenário social” para o centro do palco da história.

Já se falava em “massas” no começo do século XIX, quando a Revolução Francesa havia projetado “o povo” como novo sujeito histórico de primeiro plano. Esta era uma expressão para definir uma multidão indiferenciada, um conjunto homogêneo de pessoas em que os indivíduos tendiam a desaparecer.

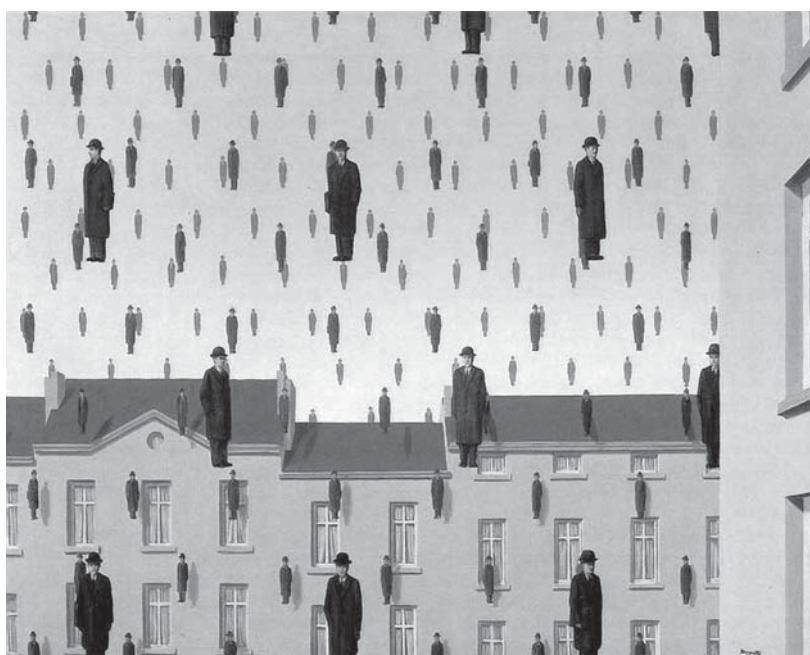


Figura 9.2: *Golconda* (1953), a sociedade de massa representada pelo surrealista René Magritte.

Fonte: <http://www.flickr.com/photos/oddsack/265051659/sizes/o/in/photostream/>

O problema da relação entre massas e indivíduo, e das reviravoltas que as massas proporcionavam na ordem social representaram o fulcro do pensamento de muitos pensadores da época (entre os quais, podemos lembrar Tocqueville e Marx).

Entretanto, é só no fim do século XIX, com o alastramento da sociedade industrial e do urbanismo, que se formam os contornos da chamada “sociedade de massa”.

Na sociedade de massa, a maioria dos cidadãos mora em grandes aglomerações urbanas; os homens vivem mais perto entre eles, graças aos novos meios de transporte encontram mais pessoas e com maior frequência. O sistema das relações sociais não passa mais através das pequenas comunidades tradicionais, mas sim das grandes instituições nacionais, a maioria das pessoas saindo do autoconsumo para entrar – como produtor ou consumidor de bens e serviços – na moderna economia de mercado.

Com a Segunda Revolução Industrial, bens e produtos antes fabricados e produzidos por artesãos ou por indústrias domésticas começaram a ser produzidos em série e vendidos através de uma rede comercial sempre mais vasta e capilar: cresciam e multiplicavam-se lojas, armazéns, cartazes de propaganda comerciais, incitando ao consumo.

Em 1913, nos estabelecimentos da casa de automóvel americana Ford, nascia a primeira “cadeia de montagem”, uma inovação da produção revolucionária que se tornou o emblema da racionalização da produção, permitindo a diminuição sensível dos tempos de produção e, por consequência, o abatimento dos custos do produto final e a ampliação do mercado dos consumidores.

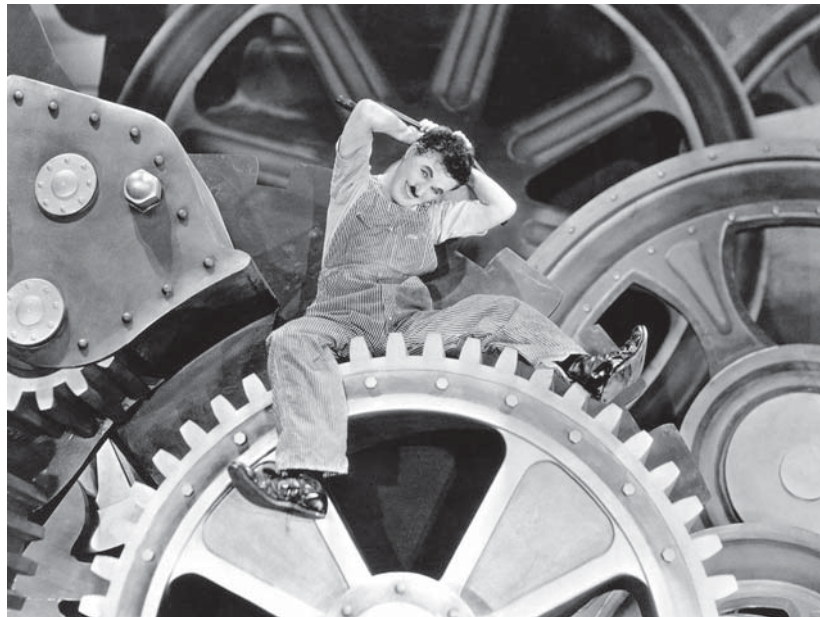


Figura 9.3: Cena do filme *Tempos modernos* (1936), de Charles Chaplin.

Fonte: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/discovirtual/galerias/imagem/0000000803/md.0000007866.jpg>

Como vimos nas Aulas 4 e 5 sobre os novos protagonistas da época contemporânea, o advento da sociedade de massa – criando um evidente curto-circuito – ao mesmo tempo em que trabalhava para a criação de comportamentos e modelos culturais mais uniformes, acabava proporcionando uma maior complexidade das dinâmicas sociais.

Com efeito, dentro da classe operária, aumentava a distância entre a chamada “aristocracia operária”, que participava mais das vantagens do desenvolvimento da produção capitalista, e a mão de obra “não qualificada”, explorada sem o menor escrúpulo.

A burocratização do aparelho estatal consequente à formação dos Estados-nação possibilitava o surgimento de um vasto setor de “classe média”, socialmente distante das camadas mais altas da burguesia: artesãos, funcionários públicos, profissionais liberais, constituíam – quer em posição mais elevada, quer menos – a “camada social de fronteira” entre proletários e capitalistas, patrões e explorados.

Com o alistamento militar obrigatório, também o exército tornava-se de massa.

De fato, o princípio de nacionalidade, a necessidade de melhor defender o território nacional das ambições dos Estados limítrofes, a maior fabricação de armas, viabilizada pelas indústrias pesadas de ferro e aço, a revolução nos meios de transporte que agilizava o deslocamento dos militares de um lugar para outro, foram outros tantos fatores que ajudaram a formação de enormes exércitos de “cidadãos em armas” que substituíam os antigos mercenários.

O incremento e a difusão da instrução, típica do chamado processo de “nacionalização das massas” (garantida por uma legislação que – em todos os Estados mais desenvolvidos – rendia a instrução escolar básica obrigatória e gratuita), ampliavam a porção da população mais consciente das dinâmicas históricas. A consequência foi um crescimento da taxa de pessoas alfabetizadas que proporcionou o aumento exponencial da imprensa, sob forma de cotidianos e periódicos.

Conforme Eric Hobsbawm: “O maior avanço intelectual dos anos 1875-1914 foi o desenvolvimento maciço da instrução e do autodidatismo populares e o aumento do público leitor nesses estratos” (HOBBSAWM, 2010, p. 406).



Sanja Gjenero

Figura 9.4: Durante o século XX, houve um grande crescimento da imprensa.

Fonte: <http://www.sxc.hu/photo/1109654>

Alargava-se desta forma a área dos que contribuíam a formar o que hoje chamamos de “opinião pública”, condicionando as escolhas da comunidade com suas visões, instâncias e reivindicações, em que, aliás, não mais eram predominantes os valores religiosos.

Com efeito, no mundo europeu desenvolvido, o avanço impressionante do “evangelho” da razão e da ciência, o contexto urbano, o aumento da alfabetização marcaram o recuo evidente da religião tradicional e das superstições. Um processo de “secularização” que viu juntar intelectuais e massas, burguesia e proletariado:

No centro dos países burgueses, embora talvez não nos EUA, a religião tradicional estava recuando com uma rapidez sem precedentes, tanto em sua força intelectual como entre as massas (...). Mais ainda, nos países católicos, que englobavam 45% da população europeia, a fé recuou com especial rapidez no período, diante da ofensiva conjunta do racionalismo da classe média e do socialismo dos professores de escola, mas particularmente diante da combinação das ideias emancipatórias e cálculo político que tornaram a luta contra a Igreja o problema político-chave (...) O anticlericalismo tornou-se um problema central da política dos países católicos por duas razões principais: porque a Igreja Católica Romana optara por uma rejeição total da ideologia da razão e do progresso (...) e porque a luta contra a superstição e o obscurantismo, mais que dividir capitalistas e proletários, uniu a burguesia liberal e a classe trabalhadora (HOBSBAWM, 2010, p. 410-11).

Instrução, secularização, racionalização produtiva, burocratização marcaram, então, a entrada das massas na história em geral (e na história do século XX em particular). Todavia, o que deu o impulso decisivo à instauração da moderna sociedade de massa foi o processo de democratização do sistema político que, ao invés, no século XIX, era caracterizado pelo mote liberal “tudo para o povo, nada através dele”.

Com efeito, entre o fim do século XIX e o início do século XX, a caminhada rumo à sociedade de massa foi acompanhada da tendência constante a uma maior participação política, através do alargamento do direito de voto.

Se, em 1890, na Europa, o direito de votar para todos os homens maiores de idade era concedido apenas na França, na Suíça e na Alemanha, nos vinte e cinco anos subsequentes, este direito, completa ou parcialmente, alastrou-se praticamente a toda Europa, o sufrágio universal masculino sendo introduzido em 1890, na Espanha; em 1893, na Bélgica; em 1912, na Itália, e assim por diante.



Figura 9.5: O que deu o impulso decisivo à instauração da moderna sociedade de massa foi o processo de democratização do sistema político, através do voto.

Fonte: <http://www.sxc.hu/photo/1281305>

A extensão dos direitos políticos, visados a conceder para todos os homens maiores de idade a oportunidade de escolher seus representantes nos Parlamntos e nos governos, proporcionou como reflexo o surgimento dos modernos partidos de massa, assim como hoje somos acostumados a vê-los.

Com efeito, se no século XIX os partidos respondiam a uma lógica política pautada num regime (o liberal), caracterizado pelo governo de poucos no interesse de muitos, o ingresso das massas no palco da política determinou uma transformação radical destes organismos sociais.

Na esteira do modelo proposto pela primeira vez pelos partidos socialistas, também os partidos conservadores transformaram-se em máquinas partidárias pela busca do consenso social.

No século XIX, os “partidos de notáveis”, próprios do sistema liberal, caracterizavam-se por suas dimensões reduzidas, por ser liderados exclusivamente por pessoas de certa relevância social (os notáveis), que podiam melhor capturar o consenso entre os seus similares: aqueles homens com grau de instrução e certo patrimônio que eram os únicos cidadãos com direito de voto.

Por ser a base eleitoral muito restrita, os partidos típicos dos Oitocentos contavam com estruturas organizativas mínimas, assentadas sobre relações interpessoais entre eleitor e eleito, em âmbitos geográficos reduzidos. Pouco ideologizados, seu consenso eleitoral pautava-se na distribuição de benefícios particulares aos residentes, que formavam uma rede não assentada nas ideias de classe ou nas ideologias, mas em relações de conveniência (troca de favores), por isto, definidas como clientelistas.

Pois bem: o advento dos sistemas democráticos, no começo dos Novecentos, marca o ocaso do Estado liberal e desta forma “artesanal” de canalizar consenso e votos para governar a nação.

Esta é uma crise que os próprios idealizadores do Estado liberal contribuem para criar: parece contraditório, mas não é bem assim.

Com efeito, por um lado, os Estados liberais dos Oitocentos, empenhados na construção de um terreno social e cultural homogêneo (isto é, a construção do Estado-nação), acabavam rompendo com a lógica local e elitista que era justamente sua base de consenso.

A aculturação de massa mediante a instrução pública obrigatória ampliava as camadas de população dotada dos requisitos de “educação política”, necessários para votar seus

representantes no Congresso. E a população, ora não mais súdita, mas cidadã e patriota, exigia participar das decisões nacionais não apenas em termos de sangue derramado pela defesa da pátria (militares) ou de trabalho explorado pela riqueza da nação (operários, camponeses), mas também em termos de decisões políticas sobre o futuro da comunidade.

Por outro lado, o processo de industrialização e modernização socioeconômica, protagonizado pela burguesia liberal, proporcionou grandes “rachaduras sociais”, ampliando a distância entre ricos e pobres, exploradores e explorados, assim favorecendo a formação de novas organizações partidárias, que se faziam mensageiras de novas instâncias de classe: organizações que eram de alcance nacional, mas – ao mesmo tempo – portadoras de interesses de parte, lutando para a afirmação de suas razões:

No fim do século XIX, os fenômenos sociais alcançam uma dimensão que reflete as fronteiras do Estado. Mercadorias e indivíduos deslocam-se por longas distâncias. A imprensa frequentemente chega a uma difusão nacional. Os funcionários mudam-se de cidade (...) as elites de governo tornam-se nacionais (...) e nacionais tornam-se os partidos políticos e, sob alguns aspectos, as próprias organizações sindicais (...). O quanto tudo isto seja difícil de conciliar com um sistema liberal, baseado em “notáveis”, poucos eleitores, relações interpessoais entre pessoas da mesma aldeia etc., é fácil de entender (MACRY, 1995, p. 304-305).

A complexidade do Estado, a formação de um aparelho burocrático imenso, o aumento da instrução, o direito de votação que ia se alastrando a todas as camadas sociais, então, eram todos os fatores que demandavam e acarretavam uma mudança radical na forma de organização dos partidos políticos, que se tornavam máquinas bem oleadas para a obtenção de votos por parte de massas indistintas de pessoas.

No começo do século XX, então, a política profissionalizava-se. Os partidos, em particular, além de mudar sua estrutura organizativa, mudavam sua natureza, transformando-se em órgãos com uma forte carga ideológica, sendo as ideias compartilhadas entre multidões (e não mais a troca de favor entre conhecidos) o único cimento capaz de garantir a adesão a um projeto político.

Desta forma, no terreno comum da cultura nacional, os partidos políticos tendiam a criar subculturas partidárias, vinculadas a determinados valores, diferentes de partido a partido: o socialismo, os valores cristãos, o nacionalismo, a liberdade e o mérito etc.

Juntamente com o crescimento dos partidos políticos, assistia-se também a um aumento das organizações sindicais em defesa dos trabalhadores, até o século XIX dotadas de uma estrutura poderosa apenas na Inglaterra, onde as *Trade Unions*, em 1890, já contavam cerca de um milhão e meio de associados.

A Allgemeiner Deutscher Gewerkschaftsbund na Alemanha, em 1890; a Confédération Général du Travail (CGT) na França, em 1895; A Confederazione Generale del Lavoro (CGIL) na Itália, em 1905, são as mais significativas de uma série de grandes organizações sindicais que nascem sob o impulso decisivo dos movimentos socialistas, entre a última década do século XIX e começo do século XX.

Na Europa – mas também nos Estados Unidos, na Austrália e na América Latina –, as organizações dos trabalhadores cresceram ganhando seu direito a disputar o campo das instâncias sociais com os empresários e as classes dirigentes liberais, que sempre se opuseram à sua instauração, considerando-as nada mais que um empecilho à livre contratação de mercado.

Como vimos, desta sucinta panorâmica da situação social, política e econômica, realmente o novo século XX assinala a consagração da modernidade, como hoje a entendemos: sufrágio universal, partidos políticos de massa, produção industrial serial, revolução tecnológica, formação de opinião pública, instrução e

meios de comunicação de massa. Elementos que encontram hoje uma complexidade e um aperfeiçoamento muito superior ao que ocorria cem anos atrás, mas que, no entanto, conhecem sua “estreia histórica” naquele período.



Atende ao Objetivo 2

2. Defina os traços marcantes da sociedade de massa que surge no início do século XX da crise do liberalismo.

Resposta Comentada

No fim do século XIX, o sistema burguês liberal, protagonista da revolução política e socioeconômica que havia originado a época contemporânea, registra seu declínio, vítima de seus próprios mecanismos, voltados à criação de Estados nacionais que alargavam a visão de comunidade, ampliando-a até os limites geográficos de territórios de grandes dimensões. Como direto corolário desta nova reconfiguração do espaço político, na parte economicamente mais desenvolvida do mundo, a democratização do sistema político e educacional, a formação da opinião pública, a secularização dos comportamentos

humanos, a racionalização na produção, a burocratização dos aparelhos estatais marcam as dinâmicas políticas, sociais, econômicas e culturais, decretando a definitiva entrada das massas no palco da História.

Da *Belle Époque* para os campos de extermínio: as contradições lacerantes da modernidade

Como vimos na Aula 6, o período de passagem entre velho e novo século ficou conhecido com o apelativo de *Belle Époque*, marcando o apogeu do modo de vida burguês, a realização da moderna sociedade de consumo e o contínuo melhoramento das condições materiais: uma era de vitória global da modernidade, iniciada e pontilhada pelo que Eric Hobsbawm chama de “gigantescos novos rituais de autocongratulação”, isto é, as Grandes Exposições Internacionais, cada uma delas encaixada num principesco monumento à riqueza e ao progresso técnico – o Palácio de Cristal em Londres (1851), a Rotunda em Viena (1873), a Torre Eiffel em Paris (1889).

Conforme acabamos de analisar, ao progresso econômico correspondeu também o progresso político e social, com as massas entrando a participar do jogo da política, formando ou aderindo a novas formações políticas e sindicais, escolhendo seus próprios representantes, tendo a possibilidade de mandar seus filhos para as escolas, constituindo uma voz importante da opinião pública que se formava junto com a difusão da imprensa.

Por que então o século XX é lembrado também como “o século dos genocídios”, “o século das trevas”, “a era das tiranias”?

Como conciliar a imagem “veloz” dos burgueses parisienses, conduzindo os primeiros modelos de automóvel, com a visão estanca de trincheiras cheias de lama e corpos mutilados? Qual a proximidade entre o homem, vestido de roupa espacial, desembarcando na lua e os homens nus, internados em Auschwitz? Por que o avião que estreitava as distâncias entre as populações do mundo é o mesmo que possibilitava o cogumelo atômico de Hiroshima?



Figura 9.6: Contradições do século XX, a “Era dos Extremos”.

Fontes: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Buchenwald_Slave_Laborers_Liberation.jpg e http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/9/9c/Aldrin_Apollo_11.jpg

A contiguidade entre progresso e destruição, direitos e atrocidades, tecnologia e barbárie, torna provavelmente a definição de “século dos extremos”, escolhida por Eric Hobsbawm como a mais apropriada para definir o século que acabamos de deixar.

Se as contradições que levam consigo os processos de racionalização e de modernização deflagram de forma manifesta e atroz junto com as bombas da Primeira Guerra Mundial de 1914, os primeiros sintomas deste mal-estar emergem já no fim do século XIX.

Com efeito, se entre 1850 e 1890 o panorama cultural europeu foi protagonizado pelo positivismo, a partir da última década do século XIX, o modelo interpretativo do mundo pautado na infalibilidade do

método científico apareceu sempre mais inadequado para decodificar os desdobramentos políticos, econômicos e sociais: o positivismo restou, para muitos, um método eficaz de pesquisa e de conhecimento da realidade, mas não foi mais aceito como visão de mundo.

Do ponto de vista meramente científico, o positivismo sofreu um evidente enfraquecimento quando, em 1905, Albert Einstein enunciou a Teoria da Relatividade, a qual não apenas colocava em xeque os princípios da física clássica, mas revolucionava também alguns axiomas da ciência tradicional, como o da distinção entre matéria e energia, e do caráter absoluto dos conceitos de tempo e espaço.

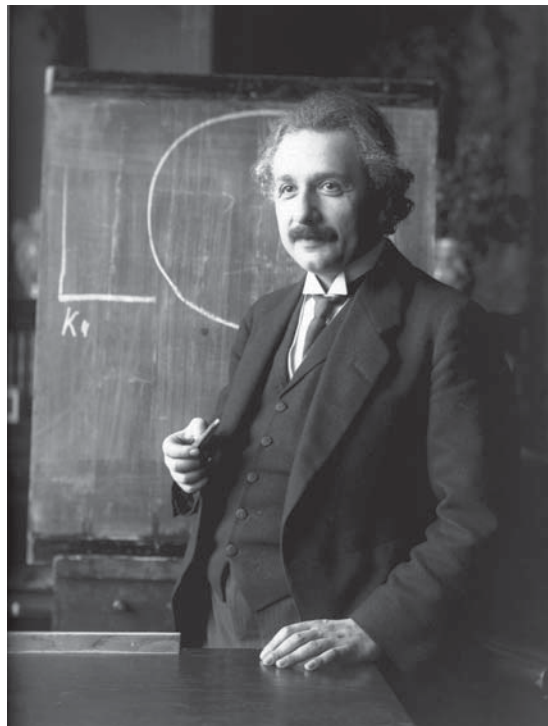


Figura 9.7: Einstein em 1920.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/6/66/Einstein_1921_by_F_Schmutzer.jpg

A ideia de um tempo “relativo”, cujos parâmetros de medição mudassem em função de outras variáveis (como a velocidade), representou um fio comum, mediante o qual a física de Einstein conectou-se

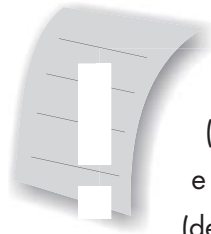
com outras experiências intelectuais da época, que questionavam o positivismo nos âmbitos da filosofia, da política, das letras, da arte, e cujo denominador comum era representado pelo ingresso da subjetividade como paradigma para a interpretação da realidade, que atribuíam novos significados ao mundo, olhando para seu lado obscuro e escondido.

Surgiam, de tal maneira, novas correntes filosóficas, enfocadas no irracionalismo e no voluntarismo, diversas entre elas, embora unívocas no reconhecimento da centralidade do instinto, da vontade, do “impulso vital”, para se entender e encarar a realidade.

Primeiro grande crítico do positivismo foi, nas décadas finais do século XIX, o filósofo alemão Friedrich Nietzsche (1844-1900) que, à concepção linear do tempo como uma sequência inevitável de contínuos progressos opôs a teoria do “eterno retorno”, questionando a ordem das coisas e indicando um mundo feito de faces complementares de uma mesma única realidade, em que conviviam elementos só aparentemente inconciliáveis (bem, mal, angústia, prazer, paz, violência), que se alternavam eternamente. Com Nietzsche, contrapunha-se ao otimismo progressivo das filosofias burguesas a ideia de um homem novo (o super-homem), nascido das cinzas da velha civilização judaico-cristã em declínio, capaz de expressar e realizar sua individualidade para além da moral do tempo.

Por sua parte, o filósofo francês Henri Bergson, em suas obras *Ensaio sobre os dados imediatos da consciência* (1889) e *A evolução criadora* (1907), enxergou na realidade uma criação contínua, movida pelo “impulso vital” e conhecível em sua plenitude só através da intuição, contrapondo ao tempo marcado pelo relógio a ideia de um tempo “vivido” no interior da consciência.

Entretanto, é com Sigmund Freud que o elemento psicológico adquiria seu selo “científico”, determinando a entrada na história da psicologia, uma ciência que não se preocupava de como os seres humanos raciocinavam, mas quão pouco esta capacidade de raciocinar afetava seu comportamento, na convicção de que – no dizer de Freud – a mente racional não passava de “um barco, navegando nas ondas e correntezas do inconsciente”.



Em suas obras *A interpretação dos sonhos* (emblematicamente publicada no ano de 1900) e *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (de 1905), Sigmund Freud revelava a existência de um mundo até então inexplorado no interior de cada homem, mas igualmente determinante dos comportamentos humanos.

O fundador da psicanálise punha à base dos processos psíquicos (da mente) um elemento – o inconsciente (denominado “Id”) – dominado por leis diferentes das da racionalidade (denominada “Ego”). A exigência por cada homem de “remover” (isto é, de reprimir) os instintos primários do inconsciente (que Freud atrelava prevalentemente a pulsões de caráter sexual) era – segundo ele – essencial para o desenvolvimento normal do indivíduo e da própria sociedade. Entretanto, tal repressão dos instintos podia proporcionar transtornos mentais que precisavam ser curados com uma técnica terapêutica (a própria psicanálise) em grau de levar à tona os processos mentais do inconsciente mediante o trâmite principal da interpretação dos sonhos (interpretação onírica).

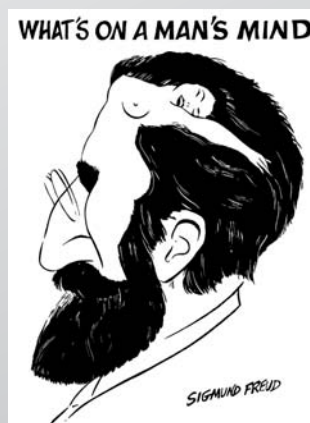


Figura 9.8: *What's On a Man's Mind* (O que está na mente de um homem), cartaz representando o perfil de Sigmund Freud, com uma clara referência a suas teorias sobre inconsciente e sexualidade.

Fonte: Amazon.com

Enquanto Freud ficava atrelado ao esforço racional de compreender exatamente o que – à primeira vista – se apresentava como irracional ou casual, boa parte da cultura do novo século XX renunciava à racionalidade em nome do “mito”, isto é, de uma “vontade de acreditar”, totalmente desvinculada dos fatos da realidade e de elementos de coerência lógica. O francês George Sorel julgava o mito como uma arma na luta política, em grau de mobilizar, empurrando para a ação.

Sorel era mentor do sindicalismo revolucionário e via no mito a única forma de resgate e de luta das multidões exploradas, rumo à revolução.

Contudo, o mito, veio a ser utilizado também por fins diferentes dos que desejava Sorel, por exemplo, para construir o ideário do “povo eleito”, da “nação racialmente superior”, da “comunidade de sangue e de solo”.

Em 1887, o sociólogo alemão Ferdinand Tönnies escrevia o ensaio *Comunidade e sociedade*, para analisar o caminho da sociedade antiga para a contemporânea como uma passagem da ideia de comunidade para a de sociedade.

Entretanto, longe de traçar uma apologia da modernidade, Tönnies começou a colocar em xeque os princípios iluministas e positivistas de que a redução do ser humano a instrumento racional da sociedade “civilizada” representasse um verdadeiro melhoramento da condição existencial.

Nesta visão, então, registrava-se uma revalorização da comunidade, do “mundo primordial” dos instintos e dos sentimentos, que incluía todas as relações caracterizadas pelo alto grau de intimidade pessoal, profundidade emotiva, coesão social, enquanto a sociedade – símbolo da modernidade – mostrava-se individualista, burocrática, racional, dinâmica, impessoal.

Para Tönnies, a sociedade – identificada com o contexto urbano, os negócios, os Estados, as indústrias – embora fazendo dos homens indivíduos mais modernos, tornava-os também mais

sozinhos, incentivando muitos deles a procurar um retorno às relações afetivas e “quentes”, mediante as quais o homem podia voltar a se sentir “pessoa”.

As melhores condições materiais, o progresso da ciência e da técnica, a possibilidade de exercer seus direitos políticos, então, não se revelavam suficientes para aquietar a alma do ser humano.

No âmbito de tais fenômenos irracionais de psicologia coletiva, a “comunidade nacional” representava uma volta às origens.

Na Alemanha e no Leste da Europa, em particular, a comunidade nacional pautava-se no mito do “povo”, concebido como comunidade de sangue com um liame quase místico com a terra de origem.

O espírito patriótico e guerrilheiro tornava-se, assim, um grande cimento social de massas desnorteadas. Neste pano de fundo, o nacionalismo transformava-se – de justa aspiração de independência, soberania e democracia – em reconhecimento nacional agressivo de superioridade para com povos considerados inferiores, como ocorria pela nova onda imperialista que atropelou a África e a Ásia, na qual tais convicções ideológicas tinham o mesmo peso das motivações econômicas.

De tal forma, começavam a se difundir as primeiras teorias racistas, que pretendiam estabelecer uma hierarquia entre “raças superiores” e “raças inferiores”:

Estas teorias, que tinham no francês Arthur de Gobineau seu precursor, fundavam-se em argumentações pseudocientíficas de cunho positivista, mas, na realidade, serviam-se de crenças atávicas e de antigos preconceitos (a instintiva desconfiança para o alheio e o “diferente”) e, por isso mesmo, havia uma forte capacidade de sugestionar também as classes menos instruídas (SABBATUCCI-VIDOTTO, 2010, p. 188).

Contudo, como melhor veremos na próxima aula sobre a Primeira Guerra Mundial da História, a agressividade e o desejo de conquista, acarretados pela febre nacionalista não se limitaram

apenas aos outros hemisférios, propagando-se também no “Velho Continente” europeu, contagiado por um ambiente cultural que vislumbrava na guerra uma regeneração pessoal e nacional.

Por outro lado, a entrada das massas no palco mundial nem sempre determinou a formação de Estados democráticos, gerando, em muitos casos, o surgimento de regimes totalitários que se propunham como único elemento de resolução de tensões sociais, receios coletivos e contradições culturais, causadas por um processo de modernização excessivamente rápido.

Mais tarde, a filósofa Hannah Arendt tentou explicar o advento dos regimes totalitários fascistas e comunistas, exatamente como o resultado da atomização dos indivíduos, transformados pela modernização em homens-massa, isto é, multidões divididas e solitárias que encontravam no regime autoritário e no carisma do “chefe” os instrumentos que lhes restituíam unidade e identidade.

Como veremos na aula especificamente dedicada à arte, na primeira parte do século XX, a geração de artistas que viveu a passagem entre os séculos XIX e XX antecipará tais novas tendências históricas, representando a subjetivação na interpretação da realidade; o desejo de voltar às origens, abandonando o mundo frenético da modernização; o receio com um futuro sem mais pontos de referência inabaláveis.



Figura 9.9: Da esquerda para a direita: 1. *Les Femmes d'Alger* (1892), de Gauguin; 2. *Joyousness* (1892), de Gauguin; e 3. *O grito* (1893), de Munch.

Fontes: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Les_Demoiselles_d%27Avignon.jpg; http://fr.wikipedia.org/wiki/Fichier:Paul_Gauguin_006.jpg e <http://www.ibiblio.org/wm/paint/auth/munch/munch.scream.jpg>

De tal forma, como se pode observar nas imagens, (1) as cores da natureza e as feições dos seres, filtrados pela percepção do artista, perderão suas características “objetivas”; (2) a ambientação de muitas pinturas olhará com nostalgia para um passado remoto, feito de pureza e simplicidade; (3) pessoas, coisas e paisagens expressarão a angústia e o desnorteamento para uma sociedade sem mais certezas.



Atende ao Objetivo 3

3. Freud, Nietzsche, Bérson, Sorel, Gauguin, Picasso etc.: embora cada um no tocante às suas experiências de vida e cada um com sua própria interpretação da realidade e abordagem de pensamento, seria possível entrever um denominador comum nas reflexões destes personagens do início do século XX?

Resposta Comentada

Todos estes personagens, em alguns casos muito distantes entre si, quanto à área do conhecimento e interpretação da realidade, parecem compartilhar uma visão do mundo privada de certezas absolutas e de verdades objetivas, em que o elemento da relatividade ou da subjetividade entra de forma preponderante, determinando as dinâmicas históricas. “Impulso vital”, “mito”, “visão

além do bem e do mal”, “subjetivação”, “inconsciente” são expressões que assinalam uma ruptura evidente com o mundo das convicções inabaláveis, do progresso linear, da observação objetiva dos fenômenos naturais. O mundo moldado pelo desenfreado processo de modernização torna-se de compreensão mais difícil, contraditório, alternando progresso e barbárie, euforia e frustrações. Guerras mundiais, imperialismo, regimes ditatoriais, então, representam os efeitos perversos da industrialização e da modernização, a outra face da medalha deste século tão difícil de imbricar em uma definição capaz de resumir todos seus aspectos.

CONCLUSÃO

A história do século XX marca a entrada das massas na arena da política, proporcionando a concretização e o choque dos modernos sistemas de ideias que se haviam formado com a derrocada do Antigo Regime: o pensamento liberal e democrático, o conservador e nacionalista, o socialista e revolucionário.

Ideias racistas e imperialistas encontraram sua aplicação e refutação em uma época de guerras e revoluções mundiais, caminhando lado a lado com o progresso da economia e da sociedade, da ciência e da técnica.

A partir de então, a subjetividade torna-se um filtro para a interpretação da realidade e, todavia, revela-se frequentemente um elemento viciado pela frustração e pela angústia, pelo desejo de volta a um passado mítico e afetivo, antitético à frieza impessoal da modernidade tecnológica e burocrático-racional.

Em síntese, o século XX sobressai por suas evidentes contradições, o que fez o músico inglês Yehudi Menuhin afirmar: “Se eu tivesse de resumir o século XX, diria que despertou as maiores esperanças já concebidas pela humanidade e destruiu todas as ilusões e ideias” (AGOSTI; BORGES, 1992, p. 2).

Atividade Final

Atende aos Objetivos 1, 2 e 3

À luz das considerações contidas no texto, tente resumir a definição do século XX como a de “século de apogeu e crise da modernidade”.

Resposta Comentada

O começo do século XX apresenta elementos de grande contraditoriedade que permanecem como peculiaridades do século em seu conjunto.

Um momento talvez único na história da humanidade em termos de fermento das capacidades espirituais, de inventiva, de organização e produção, culminou na catástrofe bélica de 1914. A partir daquele momento, o ceticismo da intelectualidade tornou-se ceticismo de massas que não acreditavam mais no progresso, ou melhor, que deparavam com o descompasso entre desenvolvimento inexorável da ciência e da técnica, por um lado, e instabilidade da mente humana por outro, sempre em equilíbrio precário entre espírito de onipotência e receio, vontade de construir o “homem novo” e anseio de voltar às origens, capacidade organizativa e irracionalidade.

RESUMO

O objetivo desta aula foi introduzir o século XX, um período histórico extremamente complexo, apogeu e crise da modernidade.

Por tal motivo, tentamos mostrar suas múltiplas conotações, frequentemente em contradição entre elas, partindo do debate historiográfico, para depois passar a examinar avanços e recuos do século da modernidade.

Informação sobre a próxima aula

Na Aula 10, enfrentaremos os eventos pródromos da Primeira Guerra Mundial, suas características e suas consequências para os desdobramentos mundiais.

Aula 10

A Primeira Guerra Mundial

Massimo Sciarretta

Meta da aula

Apresentar a primeira guerra planetária da história, como divisor de águas do século XX.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. identificar o contexto histórico em que germinou a eclosão da Primeira Guerra Mundial e os acontecimentos bélicos que caracterizaram sua evolução e conclusão;
2. reconhecer seus aspectos marcantes no tocante às dinâmicas políticas, socioeconômicas e culturais;
3. avaliar as consequências históricas, econômicas, sociológicas e políticas, proporcionadas pela Grande Guerra.

INTRODUÇÃO

Para muitos historiadores, a guinada radical na história da humanidade, proporcionada pelo conflito bélico de 1914-18, torna este acontecimento o verdadeiro ponto de largada da Idade Contemporânea.

Com efeito, se ainda hoje se costuma periodizar a época contemporânea a partir da Revolução Francesa, pelo fato de este evento ter determinado o ocaso do Antigo Regime de época moderna, pautado nas ordens, é com a primeira guerra planetária e de massa da história que não apenas a questão bélica, mas também a economia, a sociedade e a política adquiriram dimensões jamais possuídas anteriormente, mudando a face ao mundo.

O que o historiador britânico Eric Hobsbawm havia chamado de “longo século XIX” (iniciado com a dupla Revolução Francesa e Industrial e continuado com o imperialismo), tinha acabado no verão quente de 1914. A partir daí, começava o “breve século XX”, que – justamente iniciado com a Grande Guerra – teria terminado com a derrocada do Socialismo, em 1991, através de uma série de dinâmicas históricas que tiveram, no conflito armado de 1914, seu “ato fundador”.

A Primeira Guerra Mundial não espanta pela duração, mas sim pelo seu nível de destruição e de universalidade.

Europeus, japoneses, africanos, americanos combateram a mesma guerra, aliás, utilizando os meios altamente destrutivos, produzidos pela Revolução Industrial.

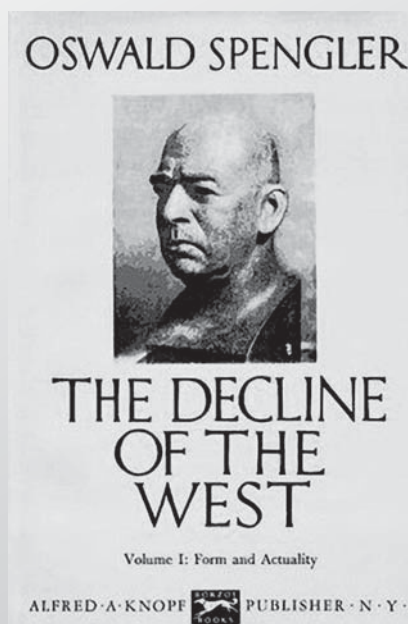
Metralhadoras, aviões e tanques representavam o triunfo da tecnologia e, ao mesmo tempo, a causa da morte de milhões de pessoas.

O espírito faustiano peculiar do *boom* industrial, inimigo das limitações e eternamente lançado rumo ao ideal de uma modernização, sinônimo de progresso, mostrava – com a barbárie da guerra de massa – a outra face da medalha e empurrava a civilização para seu inexorável ocaso.



“Espírito Faustiano”

A expressão “espírito faustiano” pertence ao pensador alemão Oswald Spengler o qual, em sua obra *A decadência do Ocidente*, indicava com esta expressão o espírito próprio do homem ocidental, até o começo do século XX, caracterizado pelo ativismo voluntarista, a afirmação do próprio Eu, o ímpeto de conquistar tudo o que os olhos humanos fossem capazes de contemplar e que havia sua encarnação em Cristóvão Colombo, personagem empurrado por uma “obscura nostalgia para o ilimitado”. Um ímpeto, como veremos em seguida, que Spengler considerava definitivamente concluído no Ocidente com o episódio da Primeira Guerra Mundial.



Fonte: <http://symploke.trujaman.org/images/thumb/9/93/175px-Spengler.jpg>

A longa corrida para o abismo. A Primeira Guerra Mundial: razões de sua eclosão e acontecimentos bélicos

Em 28 de junho de 1914, um estudante bósnio de nome Gavrilo Princip assassinou com dois tiros o herdeiro ao trono do Império Austro-Húngaro, o arquiduque Francisco Ferdinando, e a mulher dele, enquanto estavam atravessando num carro as estradas de Sarajevo, a capital da Bósnia, território que fazia parte daquele Império multiétnico.

O assassino era membro de uma organização (a “Mão Negra”) que defendia a independência da Bósnia dos austro-húngaros e sua incorporação à “Grande Sérvia”, uma ampla entidade territorial, capaz de abrigar todos os povos eslavos da região, liderada pela Sérvia, outro Estado dos Bálcãs que, desde 1878, havia se emancipado do Império da Áustria.

Isso foi suficiente para que a classe dirigente do Império Austro-Húngaro exigisse da Sérvia uma apuração sumária do episódio, enviando-lhe, em 23 de julho, um ultimato que os sérvios, contando com o apoio do Império Russo, aceitaram só em parte, acarretando a declaração de guerra por parte dos austro-húngaros.

O Império Russo reagiu, declarando a “mobilização das Forças Armadas”, isto é, a predisposição e colocação do exército ao longo do território de fronteira, para encarar uma possível ação de invasão austríaca. Esta era uma ação de preparação que não significava necessariamente guerra. Todavia, o fato de o exército russo ter se disposto ao longo de toda sua fronteira ocidental e não apenas na parte confinante com o Império Austríaco foi entendido pelos alemães como um ato de hostilidade com eles, os quais, em 31 de julho, enviaram à Rússia um ultimato para a suspensão dos preparativos bélicos. A advertência da Alemanha não obteve resposta e ela declarou guerra à Rússia. No dia seguinte, a França, vinculada ao Império Russo por uma aliança consolidada (datada

de 1894), mobilizou por sua vez o seu exército na parte confinante com o Império Alemão, proporcionando um novo ultimato e uma nova declaração de guerra por parte do povo germânico, à qual seguiu a decisão inglesa de intervir ao lado da França e da Rússia.

A Primeira Guerra Mundial da História, portanto, começou como uma guerra essencialmente europeia, entre a “Tríplice Entente” composta por França, Grã-Bretanha e Rússia, de um lado, e as chamadas “Potências Centrais”, de Alemanha e Áustria-Hungria do outro, com a Sérvia e a Bélgica arrastadas no conflito ao lado dos primeiros pelo ataque, respectivamente, de alemães e austríacos.

Sucessivamente, a guerra alastrou-se, perdendo também sua exclusividade europeia. A Turquia e a Bulgária logo se juntaram às Potências Centrais, enquanto do outro lado formou-se uma coalizão bastante ampla, com o ingresso da Itália, da Grécia, da Romênia e, sobretudo, a partir de 1917, dos EUA, que compensou o duro golpe da saída da Rússia do conflito e deu um respaldo fundamental para a vitória da Tríplice Entente.

Até certo ponto, as dinâmicas militares da guerra de 1914-18 refletiam fielmente o plano de guerra, elaborado já no começo do século XX pelo então chefe do Estado-Maior alemão Alfred von Schlieffen (por isto chamado de Plano Schlieffen). Achando tanto iminente quanto inevitável uma guerra de tal porte, a Alemanha havia planejado uma ação militar em dois *fronts*, um oriental (contra a Rússia) e outro ocidental (contra a França).

Para os alemães, a guerra devia ser travada antes contra a França de forma rápida e arrasadora, para depois concentrar todos os recursos militares contra o Império do czar, o qual (devido à extensão geográfica do imenso território russo) seria muito mais lento em colocar seu exército no terreno, mas – evidentemente – dispunha de uma armada muito mais poderosa do que a francesa em termos de potencial humano.

Para realizar esse plano militar, a Alemanha devia invadir a Bélgica, embora país neutro, para chegar o quanto antes no norte da França e destruir suas defesas.

Foi exatamente o que aconteceu anos depois, em 1914, quando a Alemanha invadiu o Estado da Bélgica, provocando, porém a (inesperada?) reação inglesa que não podia tolerar a invasão e conquista alemã de uma nação neutra, e, sobretudo, cujas costas debruçavam para as costas britânicas.

A Batalha do Marne, ainda no ano de 1914, consagrou a derrota do plano alemão e o surgimento da guerra de trincheiras: a partir daí, a que foi planejada como uma campanha relâmpago transformou-se numa longa, extenuante, guerra de posição.

Com efeito, durante três anos e meio de seu começo, a guerra ficou sendo travada num confronto armado estanque, embora incrivelmente sangrenta. Uma guerra de exaustão que teve seu fulcro na Europa ocidental, com linhas paralelas de trincheiras e fortificações defensivas que iam ao longo dos 765 km: do mar do Norte até a Suíça, passando pelas Flandres, pela Bélgica e pela França.

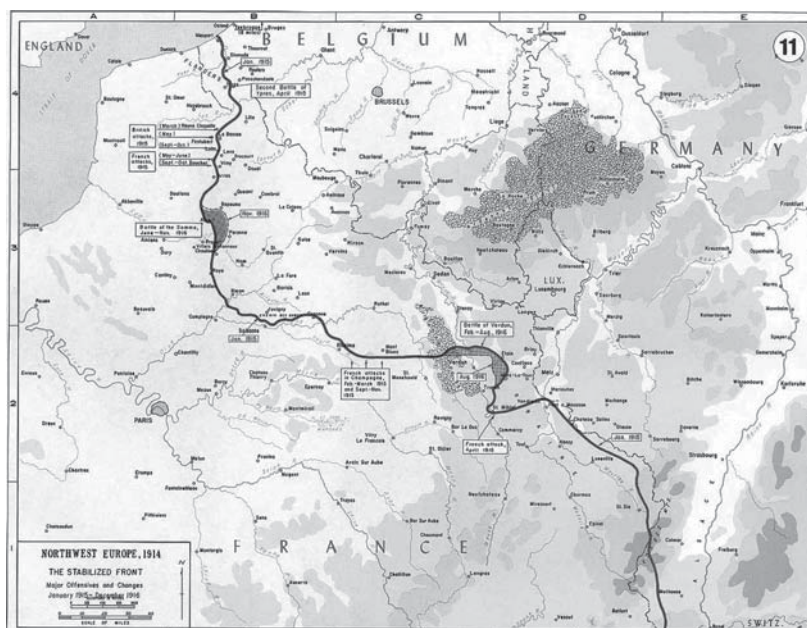


Figura 10.1: Frente ocidental de guerra em 1916.

Fonte: http://it.wikipedia.org/wiki/File:Western_front_1915-16.jpg

Uma realidade assim descrita por Eric Hobsbawm:

Essa era a “Frente ocidental”, que se tornou uma máquina de massacre provavelmente sem precedentes na história da guerra. Milhões de homens ficavam uns diante dos outros nos parapeitos de trincheiras barricadas com sacos de areia, sob as quais viviam como – e com – ratos e piolhos. De vez em quando, seus generais procuravam romper o impasse. Dias e mesmo semanas de incessante bombardeio de artilharia (...) “amaciavam” o inimigo e o mandavam para baixo da terra, até que no momento certo levadas de homens saíam por cima do parapeito, geralmente protegido por rolos e teias de arame farpado, para a ‘terra de ninguém’, um caos de crateras de granadas, inundadas de água, tocos de árvores calcinadas, lama e cadáveres abandonados, e avançavam sobre as metralhadoras, que os ceifavam, como eles sabiam que aconteceria (HOBBSBAWM, 2009, p. 33).

A protagonista absoluta da Grande Guerra tornou-se, então, a trincheira, a mais simples e primitiva fortificação defensiva, obtida mediante a escavação de uma cratera. Concebidas no começo como refúgio provisório na espera da invasão do território inimigo, com o tempo, as trincheiras transformaram-se na sede permanente das primeiras linhas dos exércitos, que as dotaram de arame farpado, de cubículos de coligação, de metralhadoras, tornando-se inexpugnáveis.

A distância entre as trincheiras inimigas variava entre os 100 e os 400 metros, mas podia chegar desde 5 metros até mais de 1 quilômetro. No meio, uma “terra de ninguém”, uma paisagem mais lunar que terrestre, proporcionada pelos bombardeios maciços que matavam a natureza, além dos homens.

A vida nas trincheiras, monótona e arriscada ao mesmo tempo, consumia na alma e no corpo os soldados, que ficavam semanas expostos à artilharia inimiga, às intempéries do frio e do calor, do gelo e da chuva, em condições higiênicas e alimentares péssimas.

Poucos meses nessa situação eram suficientes para apagar o fogo dos soldados, embebidos durante anos de retórica nacionalista favorável à guerra. À medida que a guerra continuava, aumentavam os episódios de automutilação de rapazes, pois assim retornariam como feridos a sua terra natal, preferindo a deficiência física a continuar combatendo.

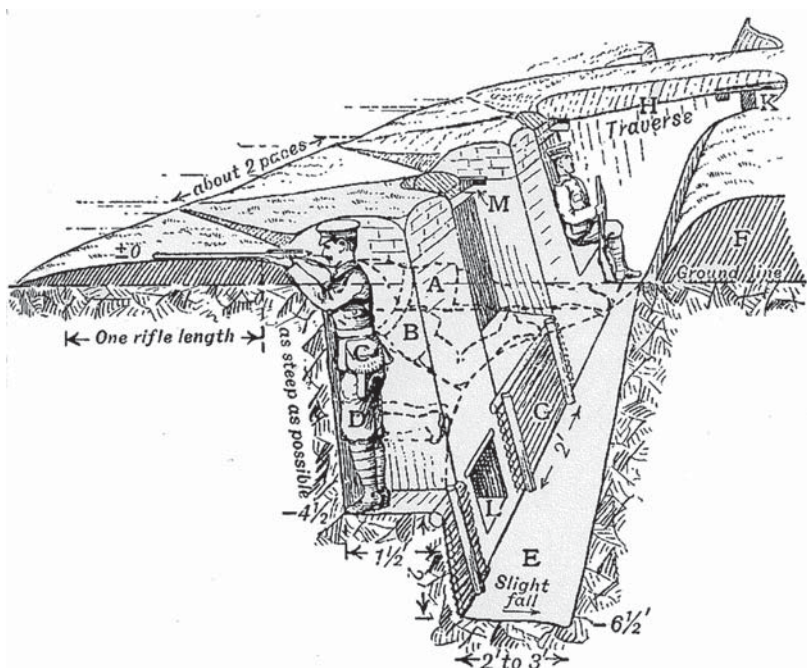


Figura 10.2: Diagrama de uma trincheira em um manual inglês.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/e/ef/Trench_construction_diagram_1914.png

A tentativa alemã de romper a linha defensiva francesa em Verdun e a ofensiva dos britânicos no Somme (ambas em 1916) foram as batalhas mais emblemáticas desse impasse sangrento, acarretando cerca de 2 milhões de baixas (mortos, feridos e desaparecidos).

O recurso generalizado ao serviço militar obrigatório (o chamado "alistamento obrigatório") permitiu a todas as nações colocar no campo de batalha exércitos em número assustador, jamais conhecido antes.

O ano de 1917 registra uma guinada nesse impasse. Os norte-americanos, ligados intimamente aos ingleses por razões históricas e econômicas, já desde o princípio da guerra resolveram ajudar economicamente a Tríplice Entente. Entretanto, em 1917, a evidente dificuldade dos ingleses e franceses no Oeste, junto com a vitória total das Potências Centrais no Leste, empurrou os Estados Unidos a intervirem em primeira pessoa.

Com efeito, a sempre maior debilidade do Império Russo, abalado pelo conflito bélico, acarretou, em 1917, a eclosão de duas revoluções sucessivas em seu interior, a segunda das quais sancionou a instauração de um governo revolucionário de matriz comunista que, sem hesitações, assinou uma paz separada com os alemães.

A paz de Brest-Litovsk – do nome da localidade em que foi firmada – além de sancionar a saída da guerra dos russos, marcou também a perda de um quarto dos seus territórios europeus, determinando, de fato, sua expulsão do Velho Continente.

A saída de cena dos russos, todavia, foi amplamente compensada pelo ingresso no conflito por parte dos norte-americanos, que foi crucial na vitória final contra a Alemanha, a Áustria e seus aliados.

Em 1918, com a Batalha de Amiens (França), começou a chamada “Ofensiva dos cem dias”, que sancionou a fase final da guerra. Os alemães, que na localidade francesa registraram sua primeira grande derrota no front ocidental, a partir daquele momento recuaram. A inundação de homens e recursos americanos determinou não apenas a derrota, mas o desmoronamento das Potências Centrais, que foram varridas por revoluções internas.

Na Alemanha, o avanço das nações, agora lideradas pelos EUA, proporcionou uma grave crise interna. Nos primeiros dias de outubro de 1918, formou-se um governo provisório enquanto, um mês depois, a eclosão de uma revolução de cunho socialista deu

origem a “Conselhos Revolucionários” nas maiores cidades. Um social-democrata (Friedrich Ebert) foi eleito chanceler, enquanto o imperador fugiu para a Holanda.

Embora com um exército ainda forte e com seu território intacto, a Alemanha, sacudida por esta grave crise interna, em 11 de novembro, assinou, através do governo provisório, a rendição que decretava o término da guerra.



Filmografia da Primeira Guerra

A filmografia sempre se interessou muito pelo tema da Grande Guerra. Entre os muitos filmes, assinalamos *A grande guerra*, de Mario Monicelli; *Novecento*, de Bernardo Bertolucci; *Horizontes de glória*, de Stanley Kubrick; *Adeus às armas*, de Alyson Mead; *Feliz Natal*, de Christian Carion.



Fonte: <http://www.italica.rai.it/cinema/film/guerra/gr1.jpg>

A guerra acabava em 1918, mas seus desdobramentos continuaram incidindo de forma nefasta nas dinâmicas históricas, até desencadear o segundo conflito mundial, numa “Guerra dos Trinta Anos” (de 1914, data da eclosão da Primeira Guerra Mundial, até

1945, ano da conclusão da Segunda Guerra Mundial) marcada, sem solução de continuidade, pelas revoluções, pelo advento dos fascismos, pela virulência da crise econômica de 1929.

Os acontecimentos, a partir do atentado ao príncipe austríaco, representam o típico exemplo de como a “Grande História” pode ser influenciada por um episódio singular, produzindo um “efeito dominó” que, no arco temporal de um mês, levou grande parte da Europa a se envolver em uma guerra que, em seguida, teria se tornado global.

Entretanto, podemos afirmar que, se o sistema de segurança austríaco tivesse impedido o independentista bósnio de atirar, ou se este tivesse errado no golpe, o mundo não teria conhecido a Primeira Guerra Mundial da história?

Em outras palavras, a guerra podia ser evitada?

Não tendo bola de cristal, não temos como responder a esta pergunta. Certamente, podemos afirmar – olhando para além do episódio desencadeador – que naquele começo de século XX existiam todas as premissas para que o mundo contemporâneo se encurralasse nesse beco sem saída: relações tensas entre as grandes potências (Áustria contra Rússia, França contra Alemanha, Alemanha contra Inglaterra); formação de blocos nacionais contrapostos (Tríplice Entente contra Potências Centrais), corrida armamentista, criação de um espírito e de uma cultura beligerante no interior de cada país.

Entretanto, isto não tornava necessariamente a guerra como único desemboco.

Há quem, como o historiador norte-americano Arno Mayer, julgou a Grande Guerra o “canto do cisne” das aristocracias do Antigo Regime que, tanto na Alemanha como na França, tanto na Rússia czarista como no Império Austro-Húngaro, ainda dominavam o corpo militar e que, com a guerra, tentaram (em vão) bloquear a definitiva afirmação no poder da burguesia.

Por sua vez, Eric Hobsbawm enxergou na Primeira Guerra Mundial e em seus desdobramentos o produto do “complexo militar-industrial” de todos os países envolvidos. Retomando a tese leninista da primeira guerra global como último estágio do capitalismo, Hobsbawm julga a guerra mundial como produto do imperialismo, onde as rivalidades políticas expressavam a competição econômica por mercados e capitais mundiais, sendo a guerra o resultado obrigado destes contrastes insanáveis, produzidos pelo modelo de desenvolvimento burguês.

O artigo nº 231 do Tratado de Versalhes (conhecido como cláusula da “culpa de guerra”), que em 1919 sancionava formalmente o fim da guerra, reconheceu na Alemanha a única responsável pela eclosão do conflito bélico e por suas consequências.

Evidentemente, tratava-se de uma cláusula escrita pelos vencedores, que imputavam aos alemães e aos seus aliados a culpa exclusiva pelo início da carnificina. Contudo, ainda hoje, esta é uma das impostações historiográficas com mais seguidores. Entre eles, o estudioso alemão Fritz Fischer colocou ênfase na política de potência alemã, extremamente agressiva, que, em sua opinião, deliberadamente realizou um projeto de domínio europeu, fruto do *Sönderweg*, ou seja, daquela “via especial”, trilhada pela Alemanha rumo à industrialização que conjugava modernização ocidental com autoritarismo oriental.

De acordo com ele, o pesquisador inglês John Keegan considerava o “Plano Schlieffen” de corrida armamentista o mais importante e nefasto plano governativo do século XX.

Estas conclusões provocaram um debate muito acirrado.

Sem dúvida, o ultimato da Áustria à Sérvia e o da Alemanha à Rússia implicavam uma política de coerção que rendia bem possível a eclosão de uma guerra de amplas dimensões. Por outro lado, Rússia e Sérvia, opondo-se decididamente às instâncias destes países, aceitaram o risco de um conflito armado. A tal respeito, o alemão Gerhard Ritter mostrou que o peso do militarismo na vida política e a elaboração de

planos político-militares agressivos não foram uma prerrogativa apenas da Alemanha, envolvendo todas as potências europeias.

Na esteira desta abordagem, o estudioso Gian Enrico Rusconi, em 1987, escreveu um ensaio intitulado “Risco” (título original “Rischio”), mostrando como toda classe dirigente operava suas escolhas de política exterior, num contexto dominado pelo “dilema da segurança”. Este era um mecanismo de recíproca hostilidade e desconfiança entre os Estados que incentivava a corrida armamentista de cada um deles para acrescer seu poder militar com o fim de obter mais segurança, acarretando a insegurança e a consequente militarização dos outros; e que proporcionou um círculo vicioso de corrida armamentista desenfreada e instabilidade política internacional.

O exemplo mais evidente de tais dinâmicas antagônicas foi, para Rusconi, a criação da frota naval alemã, para contrastar o predomínio nos mares da Inglaterra, a qual, por sua vez, fortaleceu ainda mais seu poderio marítimo, favorecendo também o estreitamento da aliança militar britânica com os franceses e os russos.

No começo do século XX, olhando para a Europa, emerge uma paisagem desconfortante: a Alemanha queria contrastar o predomínio mundial da Grã-Bretanha; os britânicos jamais teriam aceitado que a Alemanha se tornasse o país mais poderoso da Europa continental, enxergando no dualismo desta com a França a fonte de sua superioridade; os franceses estavam permeados de uma atitude revanchista para com a Alemanha, isto é, um comportamento tendente a vingar a derrota sofrida pelos alemães em 1870; para os austro-húngaros, era vital defender a integridade de seu Império multicultural das reivindicações independentistas; a Rússia, finalmente, almejava expandir novamente sua influência na área turca.

Mesmo assim, é impossível afirmar que a Primeira Guerra Mundial da História foi o resultado inevitável de algo já determinado pelas circunstâncias históricas.

De acordo com o historiador James Joll, então, enxergamos na Grande Guerra o encontro de todos estes fatores. Entretanto, vislumbramos no nacionalismo do qual estavam embebidas as populações europeias o elemento que possibilitou a convicta e entusiasta participação das massas na guerra. Isto é, o componente decisivo para que os planos e desejos das classes dirigentes de cada país transformassem os interesses e as rivalidades que sempre existiram entre os governantes do mundo em uma guerra global e arrasadora.

Com efeito, malgrado que todas as motivações mencionadas ofereçam interpretações em grau de explicar a eclosão do conflito, provavelmente nenhum destes fatores teria sido capaz de gerar a primeira guerra global da história sem a contribuição dada pela corrupção do conceito de nacionalismo. Algo que pode ser emblematicamente resumido pelo episódio desencadeador da guerra, o assassinato do arquiduque Francisco Ferdinando, ocorrido naquela área balcânica que mais simbolizava o *mix* explosivo de diferentes etnias e a febre nacionalista que perpassava o continente europeu neste período histórico.

Como vimos nas primeiras aulas, a origem do fenômeno nacionalista remonta à Revolução Francesa e conhece sua difusão com a expansão napoleônica, que havia mostrado à Europa o altíssimo potencial militar, econômico e social do princípio de nacionalidade, verdadeiro e próprio cimento laico do Estado.

As classes dirigentes europeias do século XIX – privadas da religião como *instrumentum regni* (palavra latina que significa “meio para governar”) – descobriram, portanto, nos conceitos de pátria e território as novas religiões laicas em volta das quais construíram o que Ernst Gellner definiu “o mais poderoso e eficaz meio para o exercício do poder”. Isto abriu caminho para um poderoso processo de “nacionalização das massas” que durou um século e foi voltado a inculcar na coletividade de cada Estado a convicção de fazer parte de uma única raiz cultural, histórica e religiosa. Um processo que, ao longo do tempo, corrompeu os conceitos de nacionalidade e autodeterminação como justas aspirações de povos desejosos

de soberania e democracia, e criou uma forma de reconhecimento nacional agressivo e excludente, alicerçado na componente étnica, que via sua afirmação na negação do nacionalismo alheio. Anos depois, em 1926, o jurista alemão Carl Shmitt expressou a “mudança genética” do conceito de nação, mediante a teoria do amigo/inimigo, em que estas duas categorias encontram-se determinadas por uma alteridade radical, ou seja, pela impossibilidade em compor os contrastes a não ser mediante o conflito. Criava-se, assim, uma divisão do mundo em dois campos contrapostos, que era fundamental também para o fortalecimento do sentido de comunidade, sendo que somente a individuação de um inimigo comum era o meio de estreitar os laços entre os membros de uma mesma comunidade, proporcionando uma união que de outra forma seria impossível.

A febre nacionalista contagiou a muitos, perpassando as diferentes camadas sociais. Em 1914, o escritor alemão Tomas Mann escrevia:

Como não podia o artista louvar o Senhor pela queda daquele mundo de paz do qual já estava tão farto, tão enjoado. Guerra! Que senso de purificação, libertação, de tamanha esperança, nos invadiu então (MANN, 1957, p. 37).

O filósofo Bertrand Russel ficou admirado em constatar como “homens e mulheres comuns estavam todos encantados com a perspectiva do conflito”. Por um lado, as populações europeias, provenientes da “longa paz” do século XIX, não estavam bem cientes da tragicidade de uma guerra de tão vastas proporções e combatida com as armas da Revolução Industrial; por outro lado, os principais meios de socialização de massa – a escola e o exército – encontravam-se cheios de uma retórica patriótica, pautada na hostilidade para com o alheio.

O resultado desta visão distorcida da ideia de nação será a chamada “comunidade de Agosto” (com referência ao mês da eclosão da guerra), isto é, o povo-nação que, como um todo, luta as praças, sacudindo as bandeiras nacionais, comete atos vandálicos

contra exercícios comerciais estrangeiros, acompanha com gritos de júbilo os soldados aos trens que partem para defender o “solo sagrado” da pátria.

As grandes cidades encheram-se de manifestações em favor da guerra. Intelectuais de certo gabarito e professores de escola engajaram-se para mostrar ao povo a necessidade da guerra.

A Batalha de Langemarck, em que 80 mil alemães lutaram cientes de ir ao encontro da morte certa, sem a menor chance de sucesso, representou o triunfo do espírito nacional alemão e o emblema de soldados que haviam adquirido a consciência de fazer parte de algo que se colocava acima dos interesses do indivíduo. Para o historiador George Mosse, esta batalha desesperada representou o exemplo clássico de construção de um mito histórico, do qual também Hitler serviu-se em sua obra *Mein Kampf*, para teorizar a superioridade da estirpe germânica.



Figura 10.3: Alemanha, agosto de 1914. Manifestação de euforia coletiva à notícia da eclosão da guerra. Em destaque, um jovem Adolf Hitler, comemorando junto com os seus compatriotas.

Fonte: http://assemblealegislativa.regione.emilia-romagna.it/wcm/studenticittadini/aapp/approfondire/approfon/storia_memoria/p2_Esperienze/viaggio/p2_percorso_2/n1/pO_intro/55/Approfondimenti/foto55bis.jpg



[illegible]

Resposta Comentada

O artigo 231 do Tratado de Versalhes, que em 1919 decretava oficialmente o fim da guerra, imputou à Alemanha a responsabilidade da guerra. Contudo, fora desta “verdade oficial”, a verdade histórica leva-nos a considerar a eclosão da Grande Guerra como uma mistura de vários fatores, ao considerarmos que o militarismo na vida política e a elaboração de planos político-militares agressivos não eram uma peculiaridade apenas da Alemanha. Até reconhecendo nestes planos um fim defensivo, eles geraram um mecanismo de recíproca hostilidade e desconfiança entre as nações, sendo que o fim de acrescer o poder militar para obter mais segurança acarretava a insegurança e a consequente militarização dos outros, proporcionando corrida armamentista e instabilidade política internacional. Com certeza, esta guerra foi o produto do imperialismo e dos contrastes insanáveis, produzidos pelo modelo de desenvolvimento capitalista. Entretanto, o componente decisivo para que os planos e desejos das classes dirigentes de cada país transformassem os interesses e as rivalidades em uma guerra global e arrasadora foi a participação das massas embebidas de uma cultura nacionalista, não mais voltada à autodeterminação de cada povo, mas sim à submissão dos nacionalismos alheios.

Os aspectos marcantes de uma guerra inédita

As razões que tornam a Guerra de 1914-18 um divisor de águas na época contemporânea são múltiplas.

Para uma melhor compreensão, tentaremos esquematizar, mediante palavras-chave, as características principais deste evento, necessariamente simplificando um discurso bem mais complexo e, todavia, colocando algumas tônicas imprescindíveis para se entender as novidades das quais se fez portadora a Primeira Guerra Mundial.

Universalidade e destrutividade

Apesar do palco da Grande Guerra estar concentrado principalmente na Europa, é este evento bélico que registra pela primeira vez na história a participação e o envolvimento de uma grande parte do planeta.

O imperialismo dos países europeus, uma primeira forma de mundialização dos mercados, e o estreitamento dos vínculos internacionais proporcionaram o envolvimento das mais variadas nacionalidades: canadenses lutaram na França, neozelandeses e australianos forjaram sua consciência nacional no mar Egeu; indianos foram enviados para a Europa e o Oriente Médio, africanos lutaram no exército francês.

Além do mais, a utilização das novas armas tecnológicas e o tamanho dos novos exércitos acarretaram, em cinco anos de batalhas, um número de mortos maior que o dobro do total de mortos em todas as guerras combatidas entre 1790 e 1914. Como ressalta o estudioso alemão George Mosse, enquanto a Primeira Guerra Mundial tinha causado entre 10 e 13 milhões de mortos, a guerra mais sangrenta dos dois séculos precedentes (a Campanha da Rússia de Napoleão) havia registrado a morte de 400 mil unidades, isto é, de menos da metade dos mortos da Batalha do Somme de 1916.

Através da experiência da Grande Guerra, portanto, milhões de seres humanos haviam dado de cara pela primeira vez com a morte em massa organizada, um evento crucial para compreender também a atitude do ser humano com as outras chacinas que, doravante, teriam protagonizado o século XX.

Primeira guerra tecnológica

Os exércitos em guerra, além de numerosos e motivados, encontravam-se bem mais armados do que antes, todos possuindo armas que eram o produto daquela revolução industrial que devia

levar ao progresso e ao crescimento sem interrupções e que, ao contrário, fazia-se produtora de morte e destruição.

Os gases, utilizados pela primeira vez pelo exército alemão, foram uma arma química amplamente utilizada por ambas as frentes para envenenar o inimigo. Entre eles, o chamado “gás mostarda”, que não atacava apenas o sistema respiratório, mas queimava também qualquer parte exposta do corpo humano.

Aviões ainda rudimentares inauguraram os primeiros combates no céu da história. A vista de máquinas voadoras, duelando entre si nos céus da Europa, representava o símbolo mais evidente da nova guerra tecnológica, estimulando também as proezas heroicas dos primeiros pilotos, entre os quais destacou-se o lendário Barão Vermelho da aviação alemã.

Entretanto, usada basicamente para o reconhecimento e a observação dos tiros da artilharia inimiga, a aviação militar, afortunadamente, efetuou bem poucos bombardeios, aliás, poupando as populações civis.

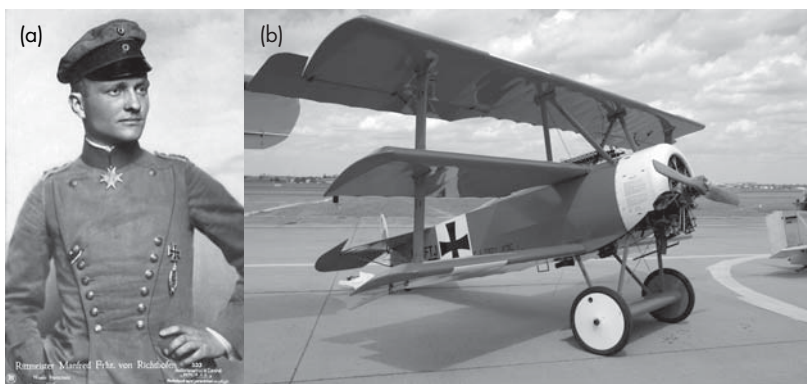


Figura 10.4: O Barão Vermelho (a) e uma réplica de seu avião (b).

Fontes: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/3/35/Manfred_von_Richthofen.jpeg; <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/a/a0/RoteBaron.JPG>

Os tanques (veículos blindados de esteira, dotados de canhões) também conheceram nesta guerra sua primeira utilização, inventados pelos ingleses para vencer as trincheiras do inimigo, cheias de obstáculos insuperáveis para o homem da infantaria.

Do ponto de vista do avanço tecnológico, todavia, a Grande Guerra foi, sobretudo, a guerra da metralhadora, a ferramenta da morte, que reconfigurou o cenário bélico contemporâneo.

Com efeito, este novo “prodígio” da tecnologia, capaz de explodir centenas e centenas de tiros por minuto, contribuiu muito para a defesa das trincheiras, impedindo as manobras de grandes formações em campo aberto, próprias do século XIX, favorecendo a transformação do conflito em uma massacrante guerra de trincheira.

Entretanto, foi outra arma criada pela evolução da ciência e da técnica – o submarino – a exercer um papel marcante nas dinâmicas desta guerra, mais do que pela sua eficácia militar, pelas suas consequências na política internacional.

De fato, os dois lados, incapazes de derrotar os soldados um do outro, decidiram matar de fome os civis do adversário. Neste aspecto, o submarino foi utilizado pelos alemães para estrangular as ilhas britânicas, mediante o sistemático e implacável afundamento dos navios que transportavam os suprimentos aos ingleses, colocando em crise a Grã-Bretanha e proporcionando a intervenção direta no conflito bélico dos EUA que, como vimos, marcou a guinada do conflito armado.

Coesão nacional e crise do internacionalismo socialista

Durante a Grande Guerra, assistiu-se a uma evidente militarização da sociedade, que não permitia vozes contrárias à ideia de guerra necessária. Censura, investigação e incriminação dos “derrotistas” (acusados de fomentar com seu espírito crítico o enfraquecimento

da vontade nacional) foram utilizados em todos os países, para combater os “inimigos internos” e alcançar o objetivo da vitória.

Em geral, assiste-se neste período à interligação incindível entre repressão e busca de consenso. Às pesadas restrições à liberdade individual, de associação e de imprensa, corresponderam a multiplicação de entidades públicas e privadas, laicas e religiosas, com funções de propaganda, assistência e controle social. A política interna, em geral, viu seus espaços de protestos e crítica bastante limitados. Tais processos de aglutinação – forçosa ou consensual – amenizaram as reivindicações sociais, tornando as massas indistintas, até então caracterizadas por instâncias de cunho socialista, um conjunto de soldados enquadrados, uma multidão cujos anseios encontravam-se voltados para o combate ao inimigo externo, de forma mais tranquilizante para os governantes.

À medida que a chacina ia se prolongando, os horrores da guerra, com sua carga de morte, devastação e carestia, levaram a fenômenos de rebelião e contestação da guerra que desaguaram em revoluções de cunho socialista, da Rússia para a Alemanha, passando para o Império Austríaco.

Entretanto, no começo, as vozes contra a guerra eram muito isoladas.

A guerra mundial então foi, para as classes dirigentes, a ocasião de um grande processo de abrandamento das tensões internas, o cimento social em grau de unir populações, divididas em classes profundamente antagonicas, funcionando – quando for necessário – como silenciador das oposições nos setores da população em que esta grande onda nacionalista não havia criado raízes.

A Primeira Guerra Mundial representou o batismo de fogo das massas na política, sancionando seu ingresso impetuoso na arena da política. Entretanto, isto ocorreu de uma forma contrária ao que desejavam os socialistas revolucionários e os anarquistas.

No *front*, a proximidade da morte unia os soldados, eliminando as diferenças de classe, o inimigo sendo o estrangeiro. As massas de soldados (na maior parte de origem camponesa), arregimentados nas fileiras do exército, obedecendo às ordens e concentrando suas forças e energias para o combate ao inimigo exterior, conferiam uma imagem tranquilizadora do povo, até aquele momento visto como um fator potencialmente desequilibrador da ordem vigente.

A situação mudava pouco para quem não ia para o combate.

Os operários, até então considerados inimigos da nação e subversivos, viram seu papel “legitimado” pelos governantes: geralmente dedicados à produção bélica durante a guerra, de fato, a classe trabalhadora participava com seu esforço para o sucesso da pátria, formando aquele “exército de retaguarda” fundamental para o êxito do conflito armado.

Foi este um processo de homogeneização cultural que envolveu não apenas os indivíduos, como também as organizações coletivas.

Os únicos partidos operários, fortemente contrários à guerra, os da Sérvia e o da Rússia, estavam totalmente às margens da vida política de seus países. Entre os maiores partidos socialistas europeus, apenas os socialistas italianos declararam-se neutros, todos os outros apoiando a guerra.

A Segunda Internacional, organização nascida em 1889 com o objetivo de estreitar a solidariedade e a cooperação entre os trabalhadores de todo o mundo, sempre empenhada em defesa da paz, acabou se tornando a primeira vítima da guerra, com os opostos nacionalismos prevalecendo em detrimento do internacionalismo proletário.

Salienta o historiador italiano Giovanni Sabbatucci:

As próprias classes políticas estavam profundamente convencidas de que uma guerra (que cada um achava ser breve e vitoriosa) teria contribuído em sufocar os contrastes sociais, fortalecendo a posição dos governos e das classes

dirigentes. Pelo menos, a curto prazo, este cálculo demonstrou-se exato. Em quase todos os Estados envolvidos no conflito, as forças pacifistas encontraram um apoio muito fraco da pública opinião, maciçamente mobilizada em prol da causa nacional e pronta em reconhecer as boas razões do seu próprio país. (...) Nem sequer os partidos socialistas, que haviam feito do internacionalismo e do pacifismo sua bandeira, souberam ou quiseram se afastar do clima geral de união sagrada. Os líderes da social-democracia alemã votaram no Parlamento em favor dos créditos de guerra, motivando sua escolha pelo perigo da vitória czarista. Os socialistas franceses, quando em 31 de julho seu líder Jean Jaurès foi assassinado em um atentado por um fanático nacionalista, desistiram de qualquer manifestação de protesto e logo em seguida entraram no governo. A mesma coisa fizeram os labouristas ingleses (SABBATUCCI, 2010, p. 250).

Ideologia e sacralidade

A violenta carga nacionalista tornou a Grande Guerra uma guerra ideológica, combatida entre nações, com exércitos formados pelo povo, a fim de destruir definitivamente o adversário – um embate que, por tais motivos, só podia ser vencido por inteiro ou perdido por inteiro, travado por objetivos ilimitados.

Em comparação com as guerras dos séculos precedentes – combatidas entre Estados absolutistas, com exércitos mercenários, objetivos limitados e com a intenção de reequilibrar as relações de força entre os vários países protagonistas do cenário internacional –, a distância era sideral.

Na verdade, uma guerra travada há mais de cem anos é a que foi utilizada como exemplo.

Com efeito, quando, em 1792, os Estados europeus do Antigo Regime ameaçaram cancelar as conquistas da Revolução de 1789, a Assembleia Legislativa da França revolucionária confiou

no entusiasmo da juventude francesa para sobreviver. De forma emblemática, a Marselhesa, cantada pela primeira vez naquele ano por um regimento de voluntários, contrapunha aos mercenários os “nossos jovens heróis”.

A “geração de 1914” era caracterizada por uma mistura explosiva de sentimentos: o patriotismo, a busca de um fim na vida, o amor pela aventura, os ideais de virilidade. Sobre tudo, era contagiada pelo ambiente cultural da época que vislumbrava na guerra uma regeneração pessoal e nacional.

Escreve Mosse:

Achava-se que a guerra teria levado consigo uma transformação fundamental, realizando o sonho dos jovens: a criação de um homem novo que acabasse com o que, ao ver deles, aparecia como a tirania e a hipocrisia burguesa. Aos jovens era entregue a missão específica de criar uma sociedade nova e melhor. Este sentimento era compartilhado não apenas pelos que aceitavam a modernidade, como também por uma mais vasta massa de jovens que almejava se regenerar, mediante um sistema de valores imutáveis e eternos (MOSSE, 2008, p. 64).

Igualmente aos franceses que defenderam a Revolução de 1789, muitos dos soldados que partiam para o *front* de guerra em 1914 – embora não mais voluntários, mas alistados através do serviço militar obrigatório – eram altamente motivados. Diferentemente dos voluntários franceses, todavia, eram empurrados por ideais não mais universais, mas particulares, isto é, nacionais: a vitória da própria pátria, mediante a sujeição das outras.

Deus partidário

Conforme o pacifismo operário, também o universalismo cristão sofreu um forte golpe.

Cada povo achava ter Deus do seu lado. O que é pior, cada Igreja nacional apoiava e rezava pela vitória do próprio povo nacional. Os hinos de batalha estavam repletos de referências a Deus, sempre ao lado da pátria para defender o solo sagrado e derrotar os inimigos.



Figura 10.5: “Deus está com você”. Cristo protegendo um soldado alemão.

Fonte: <http://cronologia.leonardo.it/mondo63.htm>

Escreve o historiador Mario Isnenghi:

A guerra civil europeia (...) consistia também nesta instrumentalização geral dos supremos valores religiosos da cristandade, base comum das consciências e dos comportamentos dos povos europeus (ISNENGHI, 1998, p. 325).

A figura emblemática, deste ponto de vista, era representada pelo capelão militar, o ministro religioso, autorizado a prestar assistência e a realizar cultos nas corporações militares. Arregimentado nas fileiras dos exércitos por conta das respectivas Igrejas nacionais, cada capelão rezava para o seu Deus.

Os soldados encontravam no seu capelão um confidente precioso, uma ponte entre o horror da trincheira e as lembranças da sua cidade ou da sua aldeia; uma intermediação entre a violência terrena e a bondade do Senhor. Muitas vezes, os capelães militares

encontravam-se recitando dois papéis opostos: por um lado, anunciando o Evangelho; por outro, tentando infundir no soldado as virtudes da coragem e da força para matar os inimigos e obter a vitória pela própria pátria.

Economia de guerra

Com o conflito de 1914, entrava em crise também o internacionalismo do capital: a economia de guerra acabava com o liberalismo, interpondo barreiras insuperáveis entre os Estados em luta. Aliás, revirava o conceito próprio de autonomia da economia, sancionando a impetuosa intervenção do Estado em seu seio.

O mundo da economia (em particular, seu setor industrial) encontrava-se destinado a alimentar a gigantesca máquina de guerra. As indústrias, voltadas ao abastecimento bélico (siderúrgicas, químicas, mecânicas), tiveram um desenvolvimento imponente, que não respeitava as leis do mercado, o único cliente sendo o Estado. Tudo isto proporcionou uma enorme rearticulação da economia, caracterizada pela enérgica intervenção do Estado. O que Lênin definiu como “capitalismo regulado” arregimentou e mobilizou a população em seu conjunto, proporcionando também um processo impetuoso de concentração industrial e financeira. Vastos setores da produção foram postos sob o controle do poder público, visando regular a demanda, controlar a produção, requisitar bens e recursos. A mão de obra empregada na produção foi, em toda parte, submetida à disciplina militar. O mesmo destino ocorreu no campo, em que as requisições dos alimentos eram habituais.

Mobilidade social

A guerra mundial foi, no interior de cada sociedade, também a causa de uma grande mobilidade social. Ao enriquecimento de alguns por meio do mercado clandestino, correspondeu a perda do trabalho ou da terra por parte de outros que foram ao combate,

criando-se as premissas para que, ao fim do conflito externo, se seguissem as hostilidades internas entre os combatentes e os que ficaram ao abrigo.

Como dito, as bases dos exércitos encontravam-se em larga parte formadas por camponeses, enquanto os vértices militares pertenciam à classe aristocrata e muitos dos quadros intermédios à classe burguesa.

Arrancados de seus vilarejos para lutarem e morrerem nas trincheiras, em lugares distantes e desconhecidos, os camponeses deixavam suas famílias em condições de necessidade, faltando o aporte dos que cuidavam da produção do campo. Enquanto isto, a maioria dos operários ficou em casa, cuidando da produção bélica para os soldados que batalhavam no *front*, mas não expostos aos riscos da guerra e com a possibilidade de economizar dinheiro e investi-lo em atividades lucrativas.

A destruição de uma inteira geração de jovens de sexo masculino – nascida na última década do século XIX e entrada na adolescência enquanto o mundo comemorava com confiança o advento do novo século XX – deixou espaço ao protagonismo das mulheres, até aquele momento relegadas ao papel de “anjos do lar” e que agora se dedicavam à produção e à condução dos negócios familiares.

Com a perda de seus maridos, muitas mulheres tornaram-se “viúvas de guerra”. Antes disto acontecer, elas e outras mulheres já haviam ingressado no mercado de trabalho, substituindo os homens que estavam nas frentes de batalha, nas profissões que, até então, estavam reservadas ao sexo masculino, o que, de fato, proporcionou uma profunda mudança social cujos efeitos não terminaram com a guerra.



Atende ao Objetivo 2

2. A Primeira Guerra Mundial foi uma guerra inédita, nova, sob muitos pontos de vista. Faça um resumo dos elementos que contribuíram para essas inovações.

Resposta Comentada

A guerra de 1914-18, que foi o primeiro conflito realmente global da história, não espanta pela sua duração, mas sim pelo nível de destruição. Cerca de 10 milhões de pessoas morrem pela eficácia das armas tecnológicas, produzidas pela Revolução Industrial, pelo fato de os exércitos serem formados por número de homens infinitamente maior do que antes e pela maioria dos soldados estar embebida de uma retórica patriótica que enchia de misticismo e sacralidade o sacrifício da morte pela defesa da nação, com o consentimento de Deus. A militarização, todavia, não ocorria somente no *front* de guerra, arregimentando toda a sociedade nas fileiras de um "exército de patriotas", formado por operários, mulheres, intelectuais, todos lançados sem hesitações na empreitada da guerra, sem possibilidade alguma para qualquer forma de dissentimento.

As consequências nefastas da Grande Guerra

O Tratado de Versalhes que, em 1919, sancionou os acordos de paz, redesenhou o mapa europeu.

Império Guilhermino na Alemanha, Império multinacional Áustro-Húngaro, Império Otomano na Turquia, Império czarista na Rússia: quatro impérios haviam acabado.

De suas cinzas, surgiam novas entidades territoriais enquanto outras já existentes ampliavam-se: a Polônia foi devolvida à condição de Estado depois de mais de um século; a Romênia quase duplicou sua extensão territorial; a Sérvia foi expandida por uma grande e nova Iugoslávia, compreendendo a Croácia e o Montenegro; também se formou a nova entidade territorial da Tchecoslováquia.

Dos impérios que sumiam do cenário mundial, antes de mais nada, assinalava-se o fim do Império da Rússia.

Em outubro de 1917, eclodia uma revolução destinada a mudar o curso da história, liderada pelo partido bolchevique, autor da instauração do comunismo.

Na opinião do historiador Roy Medvedev, a Rússia entrou em guerra, já levando em seu seio a revolução. Com efeito, a participação no primeiro grande conflito mundial trouxe à tona todas as contradições de uma sociedade russa, constituída em seus 4/5 por camponeses, e em que o despotismo político, o poder semifeudal dos grandes latifundiários, a desigualdade jurídica das minorias nacionais, a burocracia e a corrupção estavam presentes de forma gritante.

Com a Rússia bolchevique, das cinzas da guerra nasceu não apenas uma nova entidade estatal, mas um projeto alternativo de sociedade, destinado a protagonizar a cena mundial durante as sucessivas sete décadas.

Enquanto isso, o término do primeiro conflito bélico global assinalou também o deslocamento do eixo hegemônico mundial da Inglaterra para os EUA, país determinante na vitória da Tríplice Entente não apenas militar, mas também financeiramente, através de colossais empréstimos de capitais aos cofres dos Estados em guerra. Se, de fato, o século XX é notoriamente conhecido como o “século americano”, é a partir do fim da Primeira Guerra Mundial que tal definição toma as feições de uma verdade aclarada, com os EUA na posição de maior potência bélica e financeira.

Quando da entrada em guerra, o presidente americano Woodrow Wilson havia declarado que os EUA não teriam lutado com vistas às conquistas territoriais, mas apenas para restabelecer a liberdade dos mares, violada pelos alemães; para a defesa dos direitos das nações e para a instauração de uma nova ordem internacional, pautada na paz e no “acordo entre os povos livres”.

Em seguida, Wilson especificou estes princípios em um programa orgânico (“Os catorze pontos”) cujas linhas inspiradoras encontravam-se na reformulação geral dos conceitos clássicos das relações internacionais, mediante o direito de autodeterminação dos povos; a abolição da diplomacia secreta; a plena liberdade de navegação; a remoção das barreiras econômicas; a limitação dos armamentos e a instauração de um organismo internacional (a Liga das Nações) capaz de assegurar a convivência pacífica entre as nações.

Embora representando uma revolução diplomática, o idealismo do presidente norte-americano teve de se confrontar com uma realidade muito diferente.

Os princípios de nacionalidade e de autodeterminação, desejados por Wilson, chocavam-se com a realidade de uma Europa fragmentada em um arquipélago de nacionalismos diferentes.

Aliás, o Congresso de Versalhes, mais do que inspirar a construção de um novo equilíbrio entre as nações europeias, caracterizou-se por um evidente espírito de vingança (revanchismo) por parte dos países vitoriosos (particularmente da França) com as Potências Centrais, que impuseram condições de rendição altamente punitivas pelos derrotados.

A Alemanha, em particular, que havia perdido a guerra pela desistência de seus aliados, pela intervenção no conflito de um país extraeuropeu, pela eclosão de uma grave crise interna, mas não por causa de sua inferioridade militar, foi considerada a única responsável pelo estouro da guerra e suas consequências. Por meio da cláusula da “culpa da guerra” (sancionada, como já vimos, no artigo 231 do Tratado), a Alemanha foi obrigada a aceitar uma rendição incondicional, sob a ameaça de sua ocupação militar e de um bloqueio econômico, sofrendo uma humilhação e uma crise econômica que foram a origem da ascensão do nazismo.

A Liga das Nações, o novo órgão supranacional, pensado pelo presidente norte-americano Wilson para dirimir pacificamente os contrastes entre as nações, ficou muito longe de seus planos, revelando-se uma instituição privada de peso político e abalada desde o começo pela decisão de não incluir em seu seio os países derrotados e a Rússia comunista. Mas, sobretudo, fragilizada pela incrível não adesão dos EUA, cujo Senado rejeitou a proposta de seu presidente por medo de envolver ainda mais os Estados Unidos nos acontecimentos europeus, o que, de fato, decretou a falência deste órgão internacional, posto que, num mundo não mais eurocentrado, nenhum acordo não endossado pela nova potência mundial tinha chances de se sustentar.

Além do mais, a “economia de guerra” havia proporcionado um mecanismo de produção enorme que não soube se limitar para as exigências do tempo de paz, acarretando uma crise de superprodução arrasadora.

Do ponto de vista cultural, finalmente, a Grande Guerra atropelou com força destruidora os fermentos da primeira parte do século XX. Conceitos como desencantamento, subjetividade e subconsciente – já adiantados pelas vanguardas artísticas – entraram no vocabulário da história como sinônimos de perturbação, diante daqueles desdobramentos do processo histórico que o filósofo alemão Oswald Spengler interpretava como sinais de um inequívoco esgotamento do ciclo vital do Ocidente, civilização destinada ao ocaso em prol de outras culturas.

Um senso de frustração e de confusão abrangia muitas pessoas, antes do conflito, convictas – até 1914 – de que a ciência e a técnica teriam levado inevitavelmente e sem interrupções para uma civilização superior. Agora, pelo contrário, diante do massacre da guerra, poetas como Eugenio Montale declamavam: “Só isto hoje podemos te dizer: o que não somos mais; o que não queremos mais.”

Se para muitos intelectuais o fim do conflito representou também o ocaso da ilusão da “bela morte” e da guerra como elemento “regenerador”, para a maioria daquela geração que saiu viva das batalhas, a Grande Guerra ultrapassou os traumas, as decepções e os sofrimentos por ela proporcionadas, para se tornar um evento lendário de sumo sacrifício e realização dos valores mais altos.

Escreve a tal respeito George Mosse:

Um sentimento de orgulho misturava-se frequentemente ao luto: o sentimento de ter tido parte de uma causa nobre e de ter sofrido por ela. Embora não todos procurassem consolo nestes tipos de pensamentos, o impulso em encontrar na experiência da guerra um significado mais alto, algo que justificasse o sacrifício e a perda irreparável, era largamente difuso (MOSSE, 2008, p. 6.).

A geração que tinha saído da Grande Guerra ficou profundamente marcada por aquela experiência. Os rituais nostálgicos focados na lembrança e na sacralização da guerra, deste ponto de vista, são extremamente importantes para compreender

como os valores bélicos permaneceram no centro do debate e da mentalidade coletiva europeia também depois, marcando o período que vai até 1945 por uma violência inaudita.



Atende ao Objetivo 3

3. Quais foram os “frutos maléficos” da Primeira Guerra Mundial que acarretaram uma época de grande instabilidade social, econômica e política, até a eclosão do segundo conflito armado mundial?

Resposta Comentada

O Tratado de Versalhes que, em 1919, sancionou os acordos de paz, redesenhando o mapa europeu, revelou-se um péssimo acordo internacional, caracterizando-se por seus aspectos punitivos que muito pouco tinham a ver com a tentativa de garantir um novo equilíbrio europeu. A Alemanha, ainda forte militarmente, foi humilhada e colocada nas condições políticas e econômicas de alimentar seu rancor nacionalista pelo rumo da guerra. Os EUA, depois de ter intervindo nos acontecimentos europeus, voltaram a se isolar, na convicção (errada) de que o novo mundo que tinha saído da Grande Guerra e que a via como nova protagonista mundial

pudesse encontrar um equilíbrio estável sem a sua presença. A economia de guerra não soube converter-se rapidamente para os tempos de paz, criando aquele descompasso entre a enorme oferta e a pouca demanda de bens que gerou uma grande crise de superprodução.

CONCLUSÃO

A Grande Guerra é, provavelmente, o acontecimento que de forma mais marcante incidiu nas dinâmicas históricas do século XX. Com efeito, na história mundial do século XX existe um antes e um depois da Primeira Guerra Mundial. Além dos sofrimentos atrelados, direta ou indiretamente, às operações militares, a guerra produziu uma série de profundas transformações sociais, culturais, econômicas e políticas de porte global, tanto que não se podem compreender a liderança mundial dos EUA no século XX, a Revolução Russa, o fascismo, o nazismo e a eclosão da Segunda Guerra Mundial, sem passar pela análise deste verdadeiro divisor de águas da idade contemporânea.

Atividade Final

Atende aos Objetivos 1, 2 e 3

Em sua obra *As guerras mundiais*, o historiador alemão George Mosse assim fala da experiência histórica da guerra mundial:

O encontro com a guerra de massa é, talvez, a mais fundamental experiência da guerra (...) Através da guerra mundial, muitos homens pela primeira vez se depararam cara a cara com o fenômeno da morte em massa organizada. A história deste encontro é crucial para se compreender os comportamentos com a morte em larga escala que repetidamente deturpou o rosto do nosso século (MOSSE, 2008, p. 3).

Comente esta reflexão que põe ênfase na Primeira Guerra Mundial como evento crucial, para se entender os desdobramentos do século XX.

This image shows a single sheet of white paper with horizontal blue or grey ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page, providing a template for writing. There are no margins, text, or other markings on the paper.

Resposta Comentada

Além do episódio bélico em si, a Grande Guerra é fundamental para se entender as repetidas chacinas do século XX, da Segunda Guerra Mundial para o genocídio hebraico e armênio, dos campos de concentração nazistas e comunistas à guerra étnica da Iugoslávia.

Realmente, a guerra em massa mudou a face do mundo. É com a Grande Guerra de 1914 que as massas entram pela primeira vez de forma vigorosa e generalizada no campo da política. É este, sobretudo, um ingresso traumático no palco da história, uma experiência que forja toda uma geração, a qual aprende considerar a violência como um elemento de solução das controvérsias. Com efeito, por incrível que pareça, lá onde este acontecimento devia ter provocado uma recusa inflexível do homicídio como forma de solução das controvérsias, a experiência de ter saído vivo do combate, as manifestações de coragem, a camaradagem entre soldados, a superação

de condições de privação, a distância com a eliminação física de outros homens, possibilitada pelas novas armas tecnológicas, são todos elementos que proporcionaram um endeuamento da guerra e da violência como método de luta política.

RESUMO

O objetivo desta apresentação foi mostrar a importância da Primeira Guerra Mundial para os desdobramentos da Idade Contemporânea.

Por tal motivo, além da descrição histórica dos acontecimentos bélicos, tentamos aprofundar o discurso relativo às razões da guerra e seus elementos peculiares.

Também esta aula foi a ocasião para adiantar o discurso do pós-guerra, tentando mostrar como muitas das decisões tomadas durante o conflito e quando do término do mesmo influenciaram negativamente os anos sucessivos até gerar a Segunda Guerra Mundial.

Informação sobre a próxima aula

Na Aula 11, falaremos sobre a Revolução Russa, um evento que não apenas levou à construção do primeiro Estado socialista da História, mas que se assinalou também como o início de uma Revolução Mundial que – ao longo do século XX – transcendeu as fronteiras russas, para se espalhar pelo mundo afora.

Aula

11

A Revolução Russa: origens e desdobramentos

Carlo Romani

Meta da aula

Apresentar os antecedentes históricos do socialismo e da Rússia czarista, a Revolução de Outubro de 1917 e os encaminhamentos dados por Lênin para a construção da URSS, o Estado soviético.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. identificar o caminho percorrido pelo socialismo revolucionário até a Revolução Russa de 1917 e avaliar suas diferentes tendências políticas;
2. apresentar o processo histórico em que se desencadeia a guerra civil dentro da Revolução Russa e a condução revolucionária dada pelo Partido Bolchevique;
3. avaliar a construção do Estado soviético e a institucionalização progressiva do socialismo após 1921.

Proletários de todo o mundo, uni-vos.

– Karl Marx, 1848

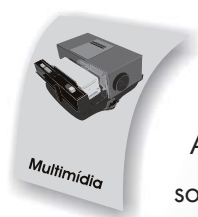
INTRODUÇÃO

O socialismo revolucionário e o exemplo da Comuna de Paris

Para falar do socialismo revolucionário, vamos partir desta célebre frase de Marx que forneceu uma relativa homogeneidade ao socialismo, delimitando sua dimensão classista na História. Sem um ponto de partida comum, pela magnitude do fenômeno, a especificidade dos modelos socialistas empregados e a diversidade dos eventos ocorridos, seria quase impossível discorrer sobre o tema. O lema criado pelo *Manifesto comunista*, lançado em fevereiro de 1848, servirá de marco referencial para todas as revoluções socialistas posteriores. Posteriores, porque nesse mesmo mês de fevereiro eclodiu na França o que Marx denominou *coup-de-main* – o ataque de improviso não planejado – em sua análise política sobre a Revolução de 1848 no texto clássico *O 18 do Brumário*. Longe de ser a primeira revolução socialista no mundo, ela teria sido a última das revoluções burguesas. Um acontecimento incapaz de instalar um novo começo socialista porque, para Marx, o proletariado francês estaria carente de uma teoria de classe que pudesse conduzir a revolução com sucesso a um fim, ou melhor, a um novo começo. Ainda restariam 23 anos para o pensador alemão assistir ao momento histórico em que uma irrupção violenta de forças causaria uma revolução que faria o proletariado, como ele disse, “tomar o céu de assalto”.

O proletariado efetivou-se, enquanto sujeito histórico revolucionário, somente com a *Comuna de Paris*, em março de 1871. Desde então, um longo debate ideológico, e em alguns casos também historiográfico, entre anarquistas e comunistas fez-se em torno da paternidade dessa revolução. Praticamente, todos os ícones do

período clássico do socialismo discorreram sobre a Comuna: desde comunistas, como Marx e Lênin, aos anarquistas, como Bakunin e Kropotkin, passando por cronistas que vivenciaram os fatos como Lissagaray. A busca pelo entendimento de seu processo histórico, a ideologia que moveu seus atores ou as causas de sua derrota, foram tema entre companheiros e contendores. Porém, em um ponto todos os revolucionários concordaram: na Comuna de Paris, iniciou-se um tipo embrionário de gestão socialista da economia (por exemplo, a coletivização da produção e da distribuição, mas não a expropriação do capital) e da política (as associações de bairros anteciparam o modelo futuro dos conselhos e dos soviets), portanto, nela encontramos a paternidade, ou maternidade, das futuras revoluções socialistas. A Comuna de Paris povoará a mente de todos os revolucionários socialistas que vieram depois. Nas fileiras de combate, às tropas legalistas francesas, os *communards* adotaram um pano vermelho como bandeira. A cor, simbolizando o sangue do povo derramado na luta, se tornará a cor usada nas bandeiras de todos os grupamentos socialistas da Europa. Algumas correntes anarquistas preferiram dividir o retângulo diagonalmente entre o vermelho e o preto, cores que também serão adotadas pelos adeptos do sindicalismo revolucionário.



A Comuna de Paris

A Comuna de Paris não foi matéria de estudo somente nos textos de teóricos revolucionários; ela servirá de pano de fundo para romances sociais da época e posteriores como *Le cri du peuple* (O grito do povo), de Jean Vautrin, adaptado para os quadrinhos por Jacques Tardi (*O grito do povo*. São Paulo: Conrad Editora, 2005). Nos setenta dias que durou, a Comuna teve uma ativa participação feminina.

Sua maior líder popular, a revolucionária anarquista Louise Michel, carregando a carabina sob a saia, será o tema do diretor Sólveig Anspach no filme *Louise Michel, a rebelde*, recém-lançado no Brasil, em DVD (2010), e de documentários como *La Commune (Paris 1871)*, filme dirigido por Peter Watkins em 2007. A seguir, indicamos o *link* para um videodocumentário de curta duração sobre a Comuna, disponível online: <http://www.youtube.com/watch?v=zO6YfBSBYtY>



Fonte: http://3.bp.blogspot.com/_ljerJ3PQirA/SMqeX75f4DI/AAAAAAAAA/NM/aOCqPVytj4s/s320/grito.jpg

O caminho da Revolução: da cisão da Primeira Internacional à Revolução de 1905

Seguramente, grande parte do amadurecimento dos trabalhadores em direção a uma revolução socialista deveu-se ao manifesto de Marx com o qual iniciamos a exposição. Na década seguinte, na esteira da difusão do *Manifesto do Partido Comunista* – este o nome original do texto – debateu-se sobre a necessidade da criação de um

partido de trabalhadores e de trabalhadores comunistas. A ideia de partido, como bem observou Eric Hobsbawm (2008, p. 293-308) em seu texto de "Introdução ao Manifesto Comunista", não é a de um partido político cujo objetivo é participar da disputa eleitoral da democracia burguesa. O partido é aqui entendido como sendo a facção, a ala, a parte da sociedade, que, em tese, pela sua condição de classe trabalhadora, portanto antagonista do capital, abraçaria o ideal comunista. O manifesto tornou-se um ato de propaganda que desembocou na criação da AIT, a Associação Internacional de Trabalhadores, no ano de 1864, associação que, acompanhando a lógica de Marx e seguidores, viria a se confundir com o próprio Partido Comunista, um partido internacional de trabalhadores, pois como dizia o lema "a classe operária é internacional". Contudo, a prática política é complexa, envolvendo muitas disputas, geralmente herdeiras de um processo histórico já em curso. No caso da AIT, os delegados de trabalhadores divergiram em um sem número de pontos programáticos. Antes de serem diferenças ideológicas, constituíam-se na expressão das diferenças existentes entre indivíduos provenientes de diferentes culturas ou de distintas comunidades étnico-linguísticas e de diferentes nações.

A divisão interna da AIT, no ano de 1872, encerrou aquela primeira experiência de uma possível Internacional operária e levou à formação de correntes socialistas divergentes entre si, todas elas participantes das revoluções futuras. Os anarquistas, partindo das ideias de Bakunin, seguiram por três caminhos distintos. Inicialmente, o do individualismo exacerbado, tentando fazer a revolução com as próprias mãos, com um anarquismo protagonista de uma série de atentados aos governantes e de assaltos expropriadores aos bancos, criando a imagem lendária do anarquista, andando com uma bomba de dinamite; um outro caminho, o do socialismo libertário, difundido inicialmente por Kropotkin e depois pelo italiano Errico Malatesta, um anarquismo que incorporou a igualdade comunista em sua bandeira de intransigente liberdade; por fim, os anarquistas que se tornaram sindicalistas revolucionários, transformando os sindicatos no quartel

general da luta de classe. Nenhuma dessas correntes anarquistas iria cumprir um papel historicamente decisivo nas revoluções futuras, a não ser os anarco-sindicalistas da CNT (Confederação Nacional do Trabalho) durante a guerra civil espanhola, protagonizando a coletivização das terras e das fábricas, no curto verão da anarquia de 1936. Vale destacar também, em terras latino-americanas, a influência do pensamento anarquista revolucionário de Ricardo Flores Magón junto ao levante camponês, liderado por Emiliano Zapata na Revolução Mexicana (1910-20), que nos legou a herança do zapatismo, o comunismo autonomista indígena.

Da Revolução Russa de 1905 até 1917

As correntes operárias que se proclamaram herdeiras da Internacional marxista, ocuparam a maior parte das páginas da história do socialismo na Europa. Uma avaliação do quadro político da esquerda russa no início do século XX já nos dá uma noção de conjunto dos grupos socialistas que estariam presentes na revolução de 1917. Nos anos 1870-80, a esquerda russa girava em torno dos *narodnik* (em russo, significa "ir ao povo"), reunidos no partido Zemlia i Volia (Terra e Liberdade) de anarquistas voltados para a agitação política dos camponeses que viviam nas coletividades agrárias, o *mir*, a milenar instituição eslava comunal. Deve-se a Plekhanov a introdução do marxismo nos meios populistas (como ele definiu os *narodnik*) com o grupo Emancipação do Trabalho, fundado em 1879. Com a superação da estratégia populista, no final do século XIX, a esquerda russa organizou-se parlamentarmente em dois partidos de base urbana e operária: o SR, dos Socialistas Revolucionários não marxistas e o POSDR, Partido Operário Social Democrático Russo, herdeiro marxista da Primeira Internacional. O termo social democrático nesta época ainda não tinha as conotações do presente. Começou a ser usado na década de 1890, para burlar a forte repressão desencadeada contra a propaganda comunista que se fez contínua em toda a Europa, após a derrota da Comuna de

Paris. Em 1903, o POSDR dividiu-se internamente em duas facções: a dos mencheviques (minoridade em russo), defensores da via eleitoral para alcançar o poder e a dos bolcheviques (maioria em russo), que seguiam o marxismo revolucionário.

O império russo desenvolveu historicamente uma política externa expansionista sobre os povos de fala eslava da Europa Central. Em sua vertente oriental, a Rússia estendia-se sobre a Ásia, atravessando toda a Sibéria até alcançar o oceano Pacífico, no porto de Vladivostok. Os interesses russos sobre a região chinesa da Manchúria, ocupada em 1897, começaram a conflitar com os interesses japoneses que, ameaçados, atacaram navios de guerra russos, em fevereiro de 1904, iniciando um conflito entre os dois países. Em menos de um ano, os japoneses ganharam a guerra, tomando territórios dos russos. A derrota na guerra mostrou a fragilidade naval russa e o aumento dos gastos do governo, durante o inverno de 1905, provocou a carestia no preço dos alimentos. A data de 22 de janeiro de 1905 ficaria conhecida como o Domingo Sangrento, quando milhares de manifestantes foram recebidos à bala pelas tropas do czar, em frente ao Palácio de Inverno de São Petersburgo. Iniciava-se a revolução operária de 1905, que teria a adesão dos soldados da Marinha (em Kronstadt, no mar Báltico, e em Odessa, no mar Negro). Uma onda de greves sacudiu o país e os trabalhadores organizaram-se nos **soviets**.

Soviete

Significa “conselho”, em russo. Inspirados no *mir*, eles surgiram na Revolução de 1905 como instrumentos de representação de diferentes grupos populares através da democracia direta.

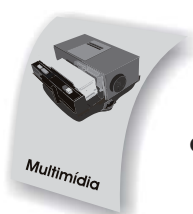
Somente em junho de 1906, a revolta popular foi esmagada e os soviets, desmanchados. A *Duma*, a Assembleia Legislativa russa foi dissolvida, a corte marcial instalada contra os soldados revoltosos e as lideranças políticas e operárias, confinadas na Sibéria. Contudo, a sublevação popular simbolizada na figura das mães russas, carregando a bandeira vermelha e pedindo comida – como mostra a caricatura da gazeta operária da época – obrigou o czar a aumentar as concessões à democracia parlamentar russa,

favorecendo liberais e mencheviques. A derrota daquela revolução levou também à perseguição das principais lideranças bolcheviques, com Lênin e Trotsky, tendo de viver no exílio, até o ano de 1917. Porém, a organização revolucionária na forma dos sovietes encantou Lênin, que antes lhes era contrário, e essa experiência se tornaria a base da futura construção da União Soviética.



Figura 11.1: Capa de *Karikaturnyi listok gazet gazety*, São Petersburgo, 1905, charge G. Narusbek.

Fonte: http://beinecke.library.yale.edu/dl_crosscollex/brbldl/oneITEM.asp?pid=2019917&iid=1074817



A Rússia imperial no cinema de Kurosawa e Eisenstein



Figura 11.2: Cena do carrinho de bebê descendo as escadarias de Odessa (*O encouraçado Potemkin*).

Fonte: <http://en.wikipedia.org/wiki/File:Odessastepsbaby.jpg>

A política expansionista russa sobre os povos asiáticos foi mostrada pelo cineasta japonês Akira Kurosawa, no filme *Dersu Uzala* (A águia das estepes), um clássico do cinema que levou em 1975 às telas uma história verdadeira: a relação de amizade construída entre um mongol siberiano e um oficial do exército no final do século XIX. Já, a revolta dos marinheiros, na Revolução Russa de 1905, foi imortalizada por Sergei Eisenstein, no filme que se transformou num marco do cinema soviético, *O encouraçado Potemkin*, de 1925. O diretor russo tornou-se celebridade mundial e principal representante da arte soviética de vanguarda, o construtivismo. A cena clássica do carrinho de bebê, descendo a escadaria em Odessa, durante o massacre das tropas do czar contra a população civil, tornou-se um dos maiores exemplos

de montagem em toda a história do cinema. Assistam ao filme em DVD (distribuição Continental Home Vídeo).

A cena da escadaria pode ser vista no *link* do Cineclub Encouraçado Potemkin: http://www.youtube.com/watch?v=nHhSXF_U3gg

Quem quiser conhecer mais sobre a teoria do cinema desenvolvida por Sergei Eisenstein pode acessar:

http://www.4shared.com/document/2HEe1zVx/Eisenstein_Sergei_-_O_sentido_.html

Como estudamos na aula passada, os partidos socialistas que controlavam a II Internacional, desde sua fundação em 1890, praticamente rasgaram seu programa internacionalista ao apoiarem suas respectivas nações durante a Primeira Guerra. Com isto, a divisão dos partidos socialistas em uns mais moderados e outros mais revolucionários, passaria a ser uma norma seguida em todos os países europeus, desde antes do advento da Revolução Russa. Foi assim na Alemanha com o Partido Social-Democrata, o herdeiro marxista da Internacional, majoritariamente seguido pelo operariado, e os dissidentes socialistas revolucionários liderados por Rosa Luxemburgo que se organizaram na Liga Spartacus, durante o período revolucionário de 1918-19, até serem exterminados. Na Hungria, num processo semelhante, o levante dos socialistas liderados por Bela Kun também não obteve a adesão da social-democracia e foi derrotado. Na Inglaterra, a luta operária seria levada adiante pelo Partido Trabalhista com uma atuação reformista na política, enquanto que o marxismo seria pouco representativo. E assim ocorreu em todo o norte europeu, cuja economia capitalista mais desenvolvida, diferente do que previa Marx e do que esperava Lênin, não levou os operários na direção das revoluções, mas os trouxe para a luta parlamentar das reformas do Estado e da ampliação dos direitos sociais. Já nos países mediterrâneos, o socialismo constituiu-se com características predominantemente revolucionárias.

Na Itália, boa parte dos militantes do Partido Socialista acompanhou os sindicalistas e os anarquistas, envolvendo-se na tomada de fábricas, durante o biênio vermelho de 1919-1920, até serem barrados pela ascensão do fascismo de Mussolini. Mesmo na Espanha, de forte presença anarquista, o Partido Operário Socialista, marxista, iria liderar o levante de 1934 nas Astúrias e cumprir papel importante na guerra civil de 1936. O que queremos mostrar é que, apesar de a distância haver certa uniformidade, existiu uma grande diferença teórica nos diversos partidos que se denominaram socialistas e, mais ainda, nas estratégias de ação utilizadas em cada um dos países e regiões onde eles estiveram presentes.



Atende ao Objetivo 1

1. Após a leitura da trajetória histórica do socialismo revolucionário, responda por que seria incorreto falar em *socialismo* no singular.

Resposta Comentada

O socialismo seria a forma política e econômica pela qual se organizaria um mundo sob controle de trabalhadores. Karl Marx definiu a condição de classe do socialismo ao conclamar os proletários de todo o mundo para a luta. O socialismo marxista privilegiou o operário como ator revolucionário. Na Rússia, o bolchevismo de Lênin se transformaria em sua primeira expressão histórica vitoriosa. Nos lugares em que o operariado já havia alcançado um alto grau de inserção social e política, o socialismo marxista abandonou o caminho da revolução e transformou-se na social-democracia. Os anarquistas também seguiram o caminho do socialismo, porém libertário, sem a condução de um partido ou líder político. E os anarquistas que entenderam serem os operários os condutores da revolução fizeram do sindicalismo sua bandeira do socialismo; portanto, houve diversas interpretações e caminhos seguidos para o socialismo.

A Revolução de Outubro de 1917

Na Rússia, a corrente menchevique, liderada por Kerensky, iniciou em fevereiro de 1917 um conjunto de reformas democráticas que levaram à abdicação do czar Nicolau II e à anistia de todos os presos políticos. Porém, apesar de o governo menchevique buscar um caminho legalista para implantar um estado democrático e burguês, os trabalhadores russos organizaram-se simultaneamente, em contraposição ao Estado: surgiram os comitês de fábrica e no campo ressurgiram os *mir* com a coletivização de domínios senhoriais remanescentes. O fenômeno de auto-organização da população através dos sovietes, “mostra que espontaneidade na origem dos movimentos e na criação de novas instituições não implica em desorganização” (TRAGTENBERG, 2007, p. 134). A população russa já havia ingressado em acelerado processo de coletivização espontânea dos meios de produção e de

democratização das decisões, repetindo, numa escala ampliada, o ocorrido na Comuna de Paris. Nesse contexto, Lênin retornou à Rússia em abril e foi ovacionado por seus partidários ao desembarcar na Estação Finlândia, em Petrogrado (nome de São Petersburgo entre 1914 e 1924). Em seguida, ele promulgou as *Teses de Abril* nas quais, divergindo da ortodoxia marxista, propôs a imediata revolução socialista, superando a ideia da necessidade da etapa prévia da revolução burguesa. A Rússia, devastada a oeste pela guerra com a Alemanha, com uma população miserável e esfomeada, engrossada pelo retorno dos soldados feridos e desertores aos vilarejos de origem, e com um operariado em avançado processo de radicalização, caminhava a passos largos rumo a uma revolução socialista.

Em 7 de novembro de 1917, teve início a Revolução de Outubro (no calendário Juliano, adotado pela Rússia, o dia 7 de novembro corresponde ao dia 25 de outubro). As tropas do comitê revolucionário tomaram o Palácio de Inverno com um golpe, pondo fim ao governo de transição social-democrata. Lênin havia transferido o comando para o Smolny, em Moscou, antes de ocupar o Kremlin. O Congresso dos Sovietes, constituído nos últimos meses, foi transformado no novo governo – o Conselho dos Comissários do Povo – com uma maioria de delegados, pertencentes ao Partido Bolchevique e cuja cúpula (Lênin; Trotsky; Stálin) assumiu os postos principais. Em janeiro de 1918, Lênin dissolveu a Assembleia Constituinte cuja representação bolchevique era minoritária. Também em janeiro foi criado o Exército Vermelho, nome do exército organizado por Trotsky para combater os inimigos internos e externos. Em 3 de março, a Rússia saiu definitivamente da Primeira Guerra, assinando o Tratado de Brest-Litovsk, o que provocou a ruptura definitiva entre os bolcheviques e os socialistas revolucionários. Iniciava-se o período do comunismo de guerra. No plano interno, a pretexto de combater a subversão, Lênin organizou

a Tcheca, uma polícia política com a missão de vigiar as atividades antirrevolucionárias, o que levou à perseguição dos anarquistas em Moscou e obrigou o alistamento no exército vermelho, para resistir à reação monárquica. No aspecto econômico, houve o confisco da produção agrícola para alimentar a população urbana privada dos insumos externos e a exigência do trabalho compulsório da população. Lênin preparava-se para liderar uma caminhada que iria transportar a Rússia diretamente de um estado aristocrático para um estado socialista.

A guerra civil entre 1918 e 1920

A vitória da Revolução de Outubro não foi obtida com um estalar de dedos. Internamente, a aristocracia somada à burguesia industrial empreendeu a luta de restauração monarquista em diferentes frentes através do Exército Branco, o nome pelo qual eram chamados os soldados reacionários. Com o final da Primeira Guerra, os brancos receberam o apoio naval e terrestre das forças aliadas. A armada britânica atacou Petrogrado, mas foi rechaçada pelos marinheiros de Kronstadt, a base naval russa vizinha. Na direção leste, em Perm, na entrada para a Sibéria, Nicolau II e sua família foram fuzilados pelos bolcheviques, em julho de 1918, o que levou à reação do general Kolchak com o apoio das tropas thecas, no ano seguinte. No sul, as tropas do barão Wrangel, na Crimeia, foram apoiadas por franceses e britânicos. Ao centro, as duas maiores resistências antirrevolucionárias: as tropas cossacas do Don, fiéis à realeza, dominaram a região ao norte do Cáucaso, e na Ucrânia, a região de maior concentração latifundiária, o general Denikin impediu o avanço do Exército Vermelho. Para combatê-los, os bolcheviques tiveram de contar com a ajuda da guerrilha anarquista, comandada por Nestor Makhno.



Figura 11.3: A guerra civil entre 1918 e 1920.

Fonte: <http://www.historia.uff.br/nec/imagem/o-nascimento-da-urss>



Makhnovitchina

Para salvaguardar a Rússia, o Tratado de Brest-Litovsk abriu todas as portas da Ucrânia aos alemães e austríacos. Seus exércitos ingressaram em massa, restabeleceram o poder dos nobres, pilharam as terras comunais e instalaram o governo autocrático de Skoropadski. A ocupação originou um movimento insurrecional de resistência dos camponeses que teve como principal líder o anarquista Nestor Makhno, e que por isto ficou conhecido como *makhnovitchina*. No outono de 1919, os combatentes derrotaram as tropas brancas de Denikin e um ano mais tarde as de Wrangel. A libertação da Ucrânia permitiu o acesso do exército de Trotsky, que passou a enfrentar a guerrilha anarquista (GAYRAUD, 2000, p. 54-55).



Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/5/58/Nestor_Makhno.png

Em novembro de 1920, tanto a Sibéria como a região petrolífera do Cáucaso já estavam sob o domínio do Exército Vermelho. O barão Wrangel, abandonado na retaguarda pela frota da Entente, fugia em Sebastopol, pelo mar Negro, e o Exército Vermelho conseguiu dispersar os últimos focos de guerrilheiros anarquistas que se refugiaram nas montanhas. Ainda haveria a derradeira resistência ao bolchevismo:

Este foi o relâmpago – disse Lênin, referindo-se à rebelião de Kronstadt – que iluminou a realidade melhor do que qualquer coisa. Em março de 1921, os marinheiros da fortaleza naval do golfo da Finlândia, o “orgulho e glória” da Revolução Russa, levantaram-se em uma revolta contra o governo bolchevista, ao qual eles mesmos haviam ajudado a chegar ao poder. Com a bandeira de “soviets livres”, estabeleceram uma comuna revolucionária que sobreviveu durante 16 dias (AVRICH, 2006, p. 9).

Com o esmagamento dessa revolta, após sete anos seguidos de guerra, a União Soviética começava a nascer de verdade, o que esconderia outro desafio para Lênin. Por que os marinheiros que fizeram a Revolução teriam se revoltado? Kronstadt mostrou que os soviets, que eram o sinônimo de comunismo, ou seja, de governo exercido pela própria população auto-organizada, não se submeteriam sem coerção física ao controle e domínio do comunismo bolchevista. Implantar o estado soviético sob direção e controle do Partido Comunista, o novo nome dado ao partido dos bolcheviques, seria a próxima tarefa a ser empreendida.



Atende ao Objetivo 2

2. Contra quais inimigos o Exército Vermelho lutou durante a guerra civil, para conseguir implantar o estado soviético?

Resposta Comentada

O Exército Vermelho, criado por Trotsky, teve que lutar contra inimigos internos e externos. Tanto as forças da Entente (França e Inglaterra), quanto às tropas alemãs, austríacas, tchecas e polonesas apoiaram a restauração aristocrática e auxiliaram os Exércitos Brancos de Kolchak, Wangler e Denikin. Além dos nobres, também o exército dos cossacos e posteriormente a guerrilha anarquista de Makhno tiveram que ser derrotados para a vitória definitiva do bolchevismo na União Soviética.

A institucionalização do Estado soviético após 1921

Durante o período da guerra civil, a política empreendida pelo governo leninista foi a do centralismo democrático. Todas as deliberações finais dos soviets, dispersos pela Rússia, ficavam submetidas ao comitê central, do qual os bolcheviques detinham

a maioria. Centralismo, pois o comando encontrava-se no comitê central em Moscou, e democrático porque, em tese, ele representaria o voto da maioria. O leninismo repetia na Rússia a estratégia de controle que Marx havia exercido dentro da AIT com o comitê central, só que agora se tratava de uma nação inteira. O Conselho do Povo, ou seja, a reunião dos delegados de todos os sovietes seria a expressão real daquilo que Marx havia denominado de ditadura do proletariado. Contra todos que o criticavam, Lênin fez a comparação com Marx, pois:

O Poder soviético não é outra coisa que a forma de organização da ditadura do proletariado, da ditadura de classe da vanguarda, que eleva a uma nova democracia e à participação efetiva no governo do Estado a dezenas e dezenas de milhões de trabalhadores e de explorados, os quais aprendem por sua própria experiência a considerar como seu chefe mais seguro à vanguarda disciplinada e consciente do proletariado (MARX, 1976, p. 281).

Lênin defendeu um governo transitório de uma vanguarda dirigente mais bem preparada que serviria de guia para um proletariado ainda não preparado politicamente até a chegada definitiva do comunismo. Na prática, com o centralismo democrático, o Partido Comunista passou a comandar todos os sovietes e a ditadura do proletariado transformou-se na ditadura do partido. Fenômeno que iria comandar os governos da futura URSS até sua extinção, em 1991. A transformação do partido bolchevique em partido comunista fez parte da estratégia revolucionária leninista. Assim como Trotsky, Lênin acreditava na tese da revolução permanente, ou seja, que a revolução comunista se alastraria mundo afora a partir do leste europeu. Para isto, em março de 1919, foi criada a III Internacional Socialista com o nome de Komintern. A avaliação feita por Lênin, como vimos no início desta aula, estava errada e todos os levantes socialistas na Europa central foram sufocados. Restou a consolidação do regime soviético e o incentivo à criação de partidos comunistas em todos os países do mundo. Por isto,

receberam o nome de Partido Comunista Inglês, Brasileiro, Italiano, como se fossem seções criadas em cada país da III Internacional. Nas regiões colonizadas do Cáucaso e da Ásia Central, onde viviam povos não russos, turcos, tártaros, e uzbeques, entre outros, os líderes comunistas islâmicos divergiam de Moscou em relação à sua integração em uma federação de estados soviéticos. O sultão Galiev, do Turquestão, propunha a criação de uma Internacional colonial comunista, independente do Komintern, pois afirmava que “os povos muçulmanos são nações proletárias... seu movimento nacional tem o caráter de uma revolução socialista” (FERRO, 2006, p. 292). Em 1923, estes “desvios” nacionais, como eles eram chamados por Stálin e Zinoviev, foram duramente reprimidos, e Galiev, a principal liderança dos povos muçulmanos, eliminado. Nascia a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, reunindo repúblicas eslavas, caucasianas e asiáticas. A URSS fincou pé no Oriente e repetiu a mesma trajetória imperialista do czarismo, porém com o argumento de que promovia a revolução proletária mundial.



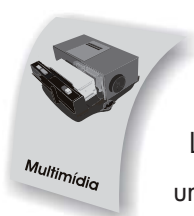
Figura 11.4: O sultão Galiev.

Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/5/53/SultanGaliyev0011.jpg>

No plano econômico, a URSS saiu devastada da guerra civil. Em dezembro de 1920, a produção soviética não alcançava nem 1/3 da produção russa de 1905. A infraestrutura de transportes fora a mais afetada e apesar do confisco dos bens, a fome assolava as cidades, trazendo o êxodo urbano. As grandes cidades encolheram drasticamente: São Petersburgo viu sua população reduzir-se de dois milhões e meio de habitantes para 700 mil. Em abril de 1921, Lênin substituiu o comunismo de guerra pela Nova Política Econômica (NEP), com a frase lendária “dar um passo atrás para dar dois à frente”. A principal bandeira leninista foi a retomada do crescimento econômico sob a mão forte do estado soviético. A campanha lançada em 1921 de “Socialismo é Eletrificação mais Soviete” seria levada quase ao pé da letra. A modernização econômica da URSS se efetivaria nessa década e na seguinte, mas o poder dos soviets seria progressivamente reduzido para agilizar a tomada de decisões. Os pequenos comerciantes receberam seus negócios de volta e os donos de indústrias e os engenheiros foram reconduzidos às fábricas, já nacionalizadas, na condição de gerentes. O taylorismo foi introduzido na URSS para controlar, organizar e aumentar a produção industrial. Para manter a disposição competitiva, a NEP estabeleceu uma hierarquia com faixas salariais, privilégios alimentares e criou uma burocracia administrativa, diretamente ligada ao Partido Comunista, o que levou às duras críticas da anarquista Emma Goldman e de Alexandra Kollontai, da Oposição Operária:

A classe operária é dividida e subdividida em muitas categorias: os *udarniki* (as tropas de choque dos trabalhadores, a quem se concedem diferentes privilégios), os “especialistas”, os artesãos, os simples operários e os sem qualificação. Há as “células” de fábricas, os comitês de fábricas, os pioneiros, os *komsomols*, os membros do Partido, que gozam de vantagens materiais e de uma parcela de autoridade (GOLDMAN, 2007, p. 115).

Goldman escreveu esse texto em 1923, mostrando sua desilusão com a Rússia soviética após ter sido deportada. No campo, o governo soviético passou a controlar os *kolkhozes*, antigos vilarejos agrícolas coletivos, fixando o preço dos cereais e demais produtos e distribuindo diretamente a produção. Para restabelecer a produção em grande escala, o governo soviético desenvolveu a industrialização da agricultura com os *sovkhozes*, fazendas estatais nas quais os camponeses trabalhavam como assalariados. A economia soviética passou a ser sinônimo de planejamento de Estado e o comunismo tornou-se uma economia estatal sob controle de um partido único.



Lênin

Lênin conduziu na prática a teoria e construiu dela uma experiência histórica do possível, que ficará conhecida como o marxismo-leninismo. Para Antonio Gramsci, um dos maiores intelectuais marxistas, no meio da crise que abalou o mundo, Lênin cumpriu o papel do *condottiere* de Maquiavel (o líder condutor), a figura do homem de estado que conseguiu levar adiante e completar a aventura revolucionária até dar à URSS um novo começo. Contudo, um começo muito diferente do esperado por revolucionários do mundo inteiro. Leia o texto que Gramsci escreveu sobre Lênin após sua morte: http://www.socialismo.org.br/portal/images/stories/documentos/revista2/Marx_e_Lenin_segundo_o_jovem_Gramsci.pdf Assista ao vídeo do discurso de Lênin à multidão, em 1919, conclamando o povo russo para a defesa da Revolução em: <http://www.youtube.com/watch?v=qtAg21DDKsc> Assista ao discurso no Congresso distrital do PCUS, de 1937, em que Stalin faz contínuas referências a Lênin, como se fosse seu herdeiro político: http://www.youtube.com/watch?v=iaU_ak19YwY



Figura 11.5: Cartaz da campanha de eletrificação de Lênin: “O Soviete e a eletrificação”, 1921.

Fonte: <http://www.soviethistory.org/images/Large/1921/466det1.jpg?rand=747926910>

Em dezembro de 1922, a doença que Lênin carregava havia bastante tempo agravou-se, e ele foi obrigado a afastar-se do comando da URSS. Iniciou-se então uma disputa política pela sua sucessão, principalmente entre Zinoviev e Stálin. Com a morte de Lênin, em janeiro de 1924, o grupo político ao redor de Stálin, o secretário-geral do Partido Comunista, assumiu o controle absoluto

da União Soviética. Stálin concentrou esforços no crescimento econômico da URSS e na consolidação de sua dominação política. O reconhecimento diplomático da URSS pela Grã-Bretanha e pela França, ao final de 1924, indicava que ela já não oferecia perigo e que a revolução permanente era coisa do passado. A crescente estatização da economia soviética foi seguida pela burocratização da política na mesma intensidade. A ditadura do Partido Comunista aprofundou-se com a perseguição dos principais opositores, o confinamento e o esquecimento até a morte nas prisões políticas siberianas. Trotsky e Zinoviev seriam ofuscados da política e em 1927, expulsos do Partido. Após fugir do exílio no Cazaquistão, Trotsky conseguiu refugiar-se no México, de onde acusou Stálin de trair a Revolução (TROTSKY, 1978). Suas palavras não ficariam impunes: foi assassinado em 1938.

Na interpretação de Hanna Arendt, Stálin implantou um regime totalitário, com o controle quase absoluto sobre a vida da população russa, através das instituições repressivas do Estado como a Theca e a KGB, a polícia secreta. Ela também mostrou a crescente importância dos meios de propaganda de massa como instrumento de dominação política, característicos dos regimes autoritários (ARENDT, 2006). A arte russa sempre teve especial capacidade em lidar com o grande público, através de design gráfico, como demonstra o cartaz de propaganda da campanha de eletrificação que vimos anteriormente. O construtivismo, a arte da montagem, herdeira das vanguardas artísticas da década de 1910 (a Aula 14 será sobre as vanguardas) seria progressivamente disciplinado para dar lugar ao realismo socialista, a arte oficial do stalinismo (FER, 1998). Para Stálin, uma arte figurativa seria de fácil entendimento popular e representaria melhor a nova União Soviética: proletária e militarizada, cultuando seu líder.



Aleksandr Gerasimov

Figura 11.6: Stálin e Voroshilov no Kremlin, 1938 (óleo sobre tela).

Fonte: http://www.all-art.org/art_20th_century/social_realism/socart/98.jpg



Atende ao Objetivo 3

3. A consolidação da Revolução Russa, na forma do Estado soviético, teve a participação fundamental de dois estadistas: Lênin e Stálin. Descreva resumidamente a participação de cada um deles.

Lênin:

Stálin:

Resposta Comentada

Lênin: arquiteto da Revolução, liderou o processo desde seu retorno à Rússia, em abril de 1917. Nas *Teses de Abril*, propõe uma mudança em relação à ortodoxia marxista ao defender a revolução socialista imediatamente. Foi o primeiro estadista da União Soviética, implantando o comunismo de guerra e o domínio do Partido Comunista na política com o controle sobre os soviets. Após a vitória na guerra civil, em 1921, criou a NEP, política econômica que permitiu a recuperação da URSS.

Stálin: sucessor de Lênin. Deve-se a ele a progressiva burocratização do regime soviético com a institucionalização da Revolução. Criou as formas de propaganda de massa para o regime e perseguiu duramente seus opositores. Foi acusado de implantar um estado totalitário e de trair o comunismo.

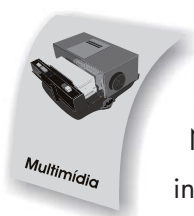
CONCLUSÃO

Podemos escrever a história da Revolução Russa?

Essa é a pergunta que Hobsbawm procura responder no artigo de mesmo nome ao tratar das diferentes histórias possíveis de serem contadas dentro da Revolução, das fontes primárias, só recentemente disponibilizados aos investigadores e, principalmente, da quase impossibilidade de se manter um distanciamento político-ideológico em relação ao evento. A começar por ele próprio, notório marxista, para quem foram indiscutíveis os avanços modernizadores, trazidos pelo estado soviético ao povo russo, em contraste à “catástrofe na

qual mergulhou a gente comum da antiga URSS ao final do antigo sistema” (HOBBSBAWM, 2005, p. 257). Apesar de tudo, o passado soviético ainda seria melhor que o presente capitalista. Abriu sua *Era dos extremos*, falando da dificuldade de se fazer uma história do presente, no caso a do século em que ele viveu, pois a interpretação seria demasiadamente permeada pela visão subjetiva do historiador (HOBBSBAWM, 1993). A mesma visão que o leva a dizer que Stálin foi um libertador para os ocidentais e um tirano para os russos (HOBBSBAWM, 2005, p. 266-267). Mas, por que esta contradição se o comunismo soviético sempre foi o mesmo desde 1924? O recém-falecido historiador britânico Tony Judt, no ensaio *Eric Hobsbawm e o romance do comunismo*, admira-se que Hobsbawm ainda pareça “acreditar que o preço em vidas humanas e sofrimento sob Stálin teria valido a pena caso os desfechos tivessem sido melhores”. O que faz com que esse gigante da História tenha posição dúbia em relação à URSS sob Stálin? Nada, a não ser o passado stalinista do autor (JUDT, 2010).

Daí reside a enorme dificuldade em se discutir os desdobramentos da Revolução de Outubro, quando ela é tratada por historiadores e intelectuais, quase como uma religião. Num jogo de palavras, a URSS é tratada atualmente nos livros didáticos como exemplo de “socialismo real” e de economia planificada; os anarquistas afirmam que a URSS inaugurou o capitalismo de Estado; liberais escreveram sobre a ditadura comunista; autores da esquerda democrática, por exemplo, Geof Elley, falam em socialismo de Estado; para os autonomistas, como Cornelius Castoriadis, tratou-se de capitalismo burocrático. Longe de haver um consenso, o que houve foram diferentes interpretações que dependeram bastante da percepção ideológica de cada autor, o que também está presente no autor desta aula que vocês acabaram de ler. Portanto, estudem, pesquisem, diversifiquem a leitura das fontes historiográficas e construam seu próprio entendimento sobre o tema. Há muito material disponível online, por exemplo, para quem lê em inglês, o *Seventeen moments in Soviet History*, um arquivo de fontes primárias e materiais sobre a história da União Soviética, disponível em: <http://www.soviethistory.org/index.php>



A Revolução Russa no cinema

Nesta breve seção cinematográfica, vamos indicar três filmes sobre a Revolução Russa, realizados em momentos distintos e cada qual com um objetivo diferente. Primeiro, um trabalho de época, o filme *Outubro*, dirigido Sergei Eisenstein, em 1927, em comemoração ao décimo aniversário da Revolução. Pode ser considerado o último trabalho do diretor em que as técnicas de montagem do cinema construtivista ainda foram utilizadas. Nos filmes seguintes, Eisenstein seria progressivamente levado a produzir um cinema de acordo com os preceitos do Realismo Socialista. O segundo é *Dr. Jivago*, épico que narra a vida de um médico russo desde os anos que antecedem a Revolução até a consolidação do stalinismo. Baseado no romance de Boris Pasternak, o filme foi lançado em 1960 por David Lean, numa época em que o resto do mundo praticamente desconhecia a história soviética. O último filme é *Reds* (Vermelhos), de Warren Beatty, diretor-ator dos EUA que em 1981 resolveu filmar a trajetória do jornalista norte-americano John Reed, autor do livro *Dez dias que abalaram o mundo*, narrando sua experiência vivida durante a Revolução Russa. *Reds* ainda é o maior filme realizado sobre a revolução, produzido num momento histórico tenso em que tentava se forjar uma aproximação política entre a URSS e os EUA.

Atividade Final

Atende aos Objetivos 1, 2 e 3

Por que a posição ideológica de cada autor interfere na narrativa e na análise dos acontecimentos da Revolução Russa?

Resposta Comentada

A Revolução Russa foi um evento eminentemente político que mexeu com paixões individuais e coletivas e guiou a luta social no século passado, com seus prós e contras, de grande parte da humanidade. A análise dos fatos ocorridos, das decisões tomadas e de seus desdobramentos sofreu necessariamente a carga ideológica de quem a escreveu. Como vimos, não somente entre socialistas e liberais, mas entre as diferentes perspectivas socialistas, ocorreu uma pluralidade de interpretações.

RESUMO

Nesta aula, estudamos um evento marcante do século XX, a Revolução Russa, que levou à construção da União Soviética, primeiro estado socialista da história que durou de 1917 a 1991. A importância da Revolução transcendeu as fronteiras russas e o comunismo soviético inspirou dezenas de outros levantes em diferentes países, após 1945. A construção do chamado socialismo

real, protagonizada por Lênin e Stálin, trouxe um novo modelo de gestão da economia pelo estado, que se foi bastante diferente do almejado pelos primeiros comunistas, trouxe a modernização industrial para a Rússia e a transformou em uma superpotência econômica e militar ao término da Segunda Guerra Mundial.

Informação sobre a próxima aula

A seguir, estudaremos o capitalismo (economia e sociedade) no período entre guerras, de 1919 a 1939.

Aula 12

O capitalismo no período entre guerras

Massimo Sciarretta

Meta da aula

Apresentar a trajetória histórica dos países capitalistas no período entre guerras.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. analisar, no período entre guerras, a consagração dos Estados Unidos da América como novo país líder do mundo capitalista;
2. reconhecer o cenário econômico das principais democracias liberais europeias no período que precedeu à “Grande Crise”, iniciada em 1929;
3. identificar as razões da recessão econômica de 1929 e reconhecer as diferentes respostas que os países capitalistas deram a esta gigantesca crise.

INTRODUÇÃO

Como se apresentava o estado de “saúde” dos países capitalistas no período entre guerras?

A Primeira Guerra Mundial havia representado uma experiência sem precedentes na história. Por tal motivo, não deixou de ter consequências também nos anos seguintes, que se revelaram um período de paz aparente, porque marcado por grande conflitualidade e instabilidade nas relações internacionais, assim como na política, na sociedade e na economia.

Um dos fatores destinados a inquietar os sonhos das democracias liberais ocorreu já em plena guerra, quando a instauração do comunismo na Rússia havia oferecido o exemplo de um sistema alternativo ao capitalismo, representando, portanto, uma ameaça constante (destinada a permanecer por décadas) à ordem do capital.

A guerra e seus desdobramentos, na verdade, não haviam afetado todas as nações capitalistas com a mesma intensidade. Pelo contrário, se a guerra e o pós-guerra marcaram o declínio progressivo da Europa em geral – e da Inglaterra em particular –, também assinalaram o crescimento espantoso dos EUA, destinados, daqui em diante, a protagonizar o século XX.

Entretanto, tal consagração dos EUA como país-líder entre as nações capitalistas não foi capaz de garantir a estabilidade esperada no cenário mundial, quer pela escolha estadunidense de se afastar dos assuntos não inerentes a sua “esfera de competência”, quer pelo teor dos tratados de paz, que obrigavam a Alemanha a aceitar condições econômicas insustentáveis, alimentando desequilíbrios na Europa inteira.

No Velho Continente, além das decisões diplomáticas tomadas em Versalhes, também outros fatores – como o endividamento e a crise de superprodução – proporcionaram um grande impasse econômico.

A situação não era melhor no âmbito social, onde ao fim dos combates havia seguido um momento que não deixou de ser de grande turbulência.

A palavra “violência” – que durante a guerra tinha voltado de forma prepotente a fazer parte do “dicionário político” como sinônimo de “resolução de controvérsias” – acabou caracterizando também as dinâmicas no tempo de paz seguinte, enquanto que a difusão do sufrágio universal conferia à própria política uma dimensão de massa, que nem sempre levou – por si só – à democratização dos regimes.

As aspirações das classes trabalhadoras para um futuro, finalmente, de paz e justiça produziram em muitos casos – sob o impulso do exemplo russo – atitudes e ações de caráter revolucionário (que, não por acaso, levaram a definir o período de 1919-20 de *biênio vermelho*, na Itália como na Alemanha, na Áustria e na Hungria).

Não menos complicado foi a reinserção social dos combatentes de volta da experiência dilacerante da Grande Guerra, cuja alienação social e cujo ressentimento representaram o sustentáculo do sucesso de movimentos nacionalistas e autoritários (fascismo, nazismo).

Entretanto, no fim da década de vinte, a Europa e o mundo pareciam ter superado os traumas e as lacerações da Primeira Guerra Mundial.

As relações entre as grandes potências estavam passando por uma fase de distensão gradual. A situação da nação alemã – eixo dos equilíbrios europeus – parecia lentamente se encaminhar rumo a uma trajetória de estabilidade. A economia do Ocidente, puxada pelo crescimento espantoso dos Estados Unidos, conhecia uma fase de retomada, depois das fortes oscilações do período pós-guerra.

Neste quadro de volta à normalidade, abateu-se como um furacão a chamada “Grande Depressão”, a crise que, estourada em 1929, nos EUA, propagou-se na década sucessiva pelo mundo afora, abalando todas as esperanças para uma saída gradual de um período catastrófico, começado em 1914.

Além de se revelar uma calamidade econômica sem precedentes, a recessão comprometeu também os já difíceis equilíbrios internacionais, favorecendo o germinar de uma série de acontecimentos (o primeiro de todos, a afirmação do nazismo na Alemanha) que propiciaram – dez anos mais tarde – uma nova guerra mundial.

Por que o papel dos EUA foi crucial para se entender os desdobramentos do período entre guerras no âmbito das democracias liberais? Em que consistiu esta “Grande Depressão” e por que foi diferente das crises econômicas que a precederam? Quais foram as respostas que os países capitalistas deram à Grande Depressão? Por que tal recessão, longe de se limitar a produzir efeitos no âmbito econômico, é considerada como um dos fatores que mais contribuíram a propiciar a Segunda Guerra Mundial?

Estados Unidos da América: os novos donos do mundo

A História contemporânea que, até agora, analisamos em seus aspectos múltiplos foi prevalentemente focada na descrição das dinâmicas europeias pelo fato de o Velho Continente – entre a metade do século XVIII e o começo do século XX – ter sido o cerne das mais importantes transformações históricas contemporâneas que, da Europa, se propagaram pelo mundo afora: Primeira Revolução Industrial, Revolução Francesa, formação dos Estados-nação e da sociedade dividida em classes, questão social, Imperialismo, guerras mundiais.



Figura 12.1: Estátua da Liberdade e bandeira Stars and Stripes: dois símbolos da hegemonia americana.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/a/a1/Statue_of_Liberty_7.jpg
<http://www.sxc.hu/photo/1032663/?forcedownload=1>

Entretanto, como você pôde perceber nas Aulas 6 e 8 que o professor Romani dedicou – respectivamente – à “Segunda Revolução Industrial” e ao “mundo não europeu no século XIX”, um novo gigante estava começando a se debruçar sobre o planeta, destinado a ser a força hegemônica, durante todo o século XX: os Estados Unidos da América.

Com efeito, nas últimas décadas dos Oitocentos, os EUA estiveram na linha de frente do processo que levou à Segunda Revolução Industrial, o que ocasionou um período de grandes transformações internas, o qual foi ainda acompanhado de sua rápida ampliação territorial.

Encerrado o período da guerra civil (a chamada “Guerra de Secessão”, 1861-65), com a vitória do Norte industrializado e antiescravista em detrimento do Sul latifundiário e pautado no trabalho escravo, os EUA voltaram a crescer.

Retomada com ímpeto a colonização dos territórios do West (oeste), os norte-americanos acompanhavam o “desbravamento” destas terras com a construção de uma eficiente rede ferroviária, que integrava esta parte de territórios ao resto do país, produzindo, ao mesmo tempo, um círculo virtuoso na economia, puxada pela indústria do aço.

De tal forma, vinte anos após o término da linha transcontinental que, em 1869, unia pela primeira vez o Atlântico ao Pacífico (a Pacific Railroad), a fronteira do país no oeste coincidia completamente com a costa do Pacífico, dando aos EUA a conformação geográfica que hoje conhecemos.

Este impetuoso desenvolvimento econômico (que já analisamos com mais detalhe na aula sobre a Segunda Revolução Industrial) foi possibilitado pelas amplas riquezas naturais e, sobretudo, pela existência de um mercado interno em expansão contínua, com uma população que, de 1871 a 1914, passou de 39 para 97 milhões de pessoas.

Como vimos na Aula 8, um terço deste aumento demográfico assustador foi devido à imigração proveniente da Europa, que forneceu mão de obra barata e ajudou a completar a conquista do lendário *Far West*, isto é, o “Oeste selvagem” (ocorrida, é bem lembrá-la, aniquilando a população nativa indígena).

Neste período, as portas dos Estados Unidos ficaram abertas ao ingresso de qualquer um que desejasse se emancipar da miséria e da falta de oportunidades que caracterizavam sua vida nos países de origem, em busca de um futuro melhor, numa terra que colocava o “direito à felicidade” entre seus princípios constitutivos.

Esta abertura à imigração (que, entretanto, com a Lei de Imigração de 1921 começou a ser mais seletiva, com medo dos radicalismos políticos europeus e da criminalidade) consentiu aos EUA criar uma nação de tipo original.

Aos velhos colonos anglo-saxões e aos negros, trazidos do continente africano para trabalhar como escravos, juntavam-se, então, outros povos provenientes, em grande maioria, da Europa, dando origem a um “país de imigrados”.

O fato dos fundadores desta nova nação terem sido de origem britânica e da maioria da onda migratória provir da Europa, colocava plenamente este país no âmbito da cultura ocidental.

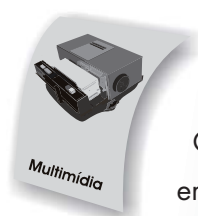
Entretanto, os EUA não se reduziam a “um mero pedaço de Europa nas Américas”.

Seu modelo original de coesão nacional pautava-se no chamado *melting pot* (literalmente, “panela de fusão”) isto é, na mescla de etnias, idiomas, tradições e valores oriundas de vários países, que se juntavam com o fim de dar vida a uma nova sociedade.

Através de um processo social, destinado à integração mediante a perda cultural e a aceitação do modo de vida e do nacionalismo/patriotismo americano, tal modelo integrativo pensava os EUA como a um recipiente no qual os diversos elementos fundiam-se num “único homogêneo”: “*e pluribus unum*” (do latim, “De todos, um”), como recita seu lema nacional, incluído no Grande Selo, simbolizando a natureza pluralística dos Estados Unidos.



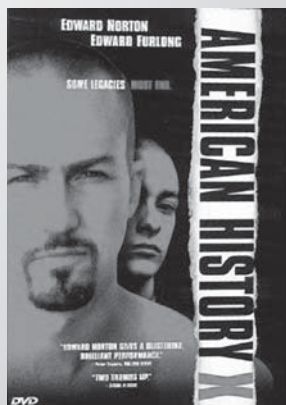
Figura 12.2: Grande Selo dos EUA, no qual comparece o lema “*E pluribus unum*”.
Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:US-GreatSeal-Obverse.svg>



Melting pot no cinema

O cinema estadunidense sempre se interessou em projetar na grande tela o tema do *melting pot*,

com toda sua conflitualidade. Entre os tantos filmes que encaram o assunto desta comunidade heterogênea, reunida sob a bandeira de estrelas e listras, lembramos *Faça a coisa certa* (*Do the right thing*) e *Malcom X*, de Spike Lee, *Gran Torino*, de Clint Eastwood, e *American History X*, de Tony Kaye.



Fonte: http://ecx.images-amazon.com/images/I/51CHHZDW9DL._SL500_AA300_.jpg

Se no tocante à criação de um espírito nacional, exclusivamente norte-americano, a operação conseguiu o êxito esperado, no âmbito social, a questão relativa ao efetivo sucesso do *melting pot* suscita interpretações divergentes entre os estudiosos do tema.

Deste ponto de vista, os contrastes sociais de uma sociedade fortemente individualista, a extrema mobilidade das rendas e das ocupações, bem como um modelo integrativo que se preocupava em incorporar nacionalidades europeias, mas – como acentua a antropóloga Giralda Seyferth – excluía as “raças” (negras, indígenas, asiáticas etc.), falam, a nosso ver, de um projeto de integração só em parte coroado pelo sucesso.

Entretanto, conforme salientado pelo professor Carlo Romani, na Aula 8, esse 'ambíguo caráter multinacional da identidade nacional, longe de ser sua fraqueza, tornou-se, na primeira metade do século seguinte, a força que legitimaria os EUA como a nação hegemônica no planeta'.

Deste ponto de vista, se o período de 1914-1945 é justamente considerado por Eric Hobsbawm como parte de uma única "era da catástrofe", é também verdade que estes desastres não atingiram todo o planeta de maneira uniforme.

Se, de fato, o século XX é notoriamente conhecido como o "Século Americano" (conforme uma famosa definição do jornalista norte-americano Henry Luce), é a partir do fim da Primeira Guerra Mundial que tal definição tomou as feições de uma verdade aclarada, com o deslocamento do eixo hegemônico da Inglaterra para os Estados Unidos.

Na verdade, já em 1913, os EUA haviam-se tornado a primeira economia mundial, fabricando mais de um terço da produção industrial planetária.

Entretanto, o verdadeiro e próprio surto aconteceu nos anos seguintes a 1918, até chegar, em 1929, a um dado que pode sintetizar esta mudança nos equilíbrios mundiais: os EUA respondiam por mais de 44% da produção industrial mundial, enquanto que a produção total de Inglaterra, Alemanha e França juntas chegava apenas aos 28%.

Em relação ao aspecto propriamente bélico, os EUA tinham participado do primeiro conflito mundial somente em 1917, registrando um número de mortos (cerca 100mil) muito inferior ao dos outros países envolvidos, enquanto seu território não foi atingido pelas devastações da guerra.

Do ponto de vista econômico, durante a Grande Guerra, os Estados Unidos haviam fortalecido sua posição nas finanças (como maior credor), na indústria e na agricultura (onde também se tornou o maior produtor de alimentos do mundo).

Os países europeus, que se endividaram consideravelmente para suportar o esforço bélico (a dívida exterior da Grã-Bretanha aumentou de 11 vezes, a da Alemanha de 28), o fizeram em favor dos EUA, credores da cifra – na época – impressionante de 3,7 bilhões de dólares.

Por tal motivo, os EUA saíram da guerra não apenas como maior potência econômica e militar, mas também como “banqueiros do mundo”, segundo uma definição pontual do sociólogo Giovanni Arrighi.

O fato de os norte-americanos terem concedido empréstimos conspícuos aos seus aliados europeus durante o conflito bélico, tornou-os também os maiores exportadores de capitais. Dessa forma, quando do término da guerra – o dólar (e não mais a libra inglesa) era a nova moeda forte, enquanto o mercado financeiro de Wall Street, em Nova York, disputava a primazia com o de Londres.

Superada – por volta de 1922 – a fase de impasse pós-bélica, os Estados Unidos viveram um período de grande prosperidade econômica, nos “dourados anos 1920”, como os definiu no romance *Suave é a noite* um dos autores que melhor soube descrever aquele clima da época, Francis Scott Fitzgerald.

Naquela década:

A fábrica começou a se parecer com a representada de forma caricatural por Charlie Chaplin, no filme ‘Tempos Modernos’ (1936): uma sequência de atividades desenvolvidas em tempos cronometrados rigorosamente, em volta de uma linha de montagem para a produção de um único objeto, realizado em série. Sobretudo nos novos setores industriais (química, eletricidade, radiofonia, aviação) e particularmente no setor automobilístico – dominado pelos colossos da Ford e da General Motors – à aplicação do taylorismo acompanhou-se o crescimento dos investimentos para maquinários, aparelhos e equipamentos especializados. Os salários aumentaram juntamente com a produtividade, melhorando o poder

aquisitivo dos trabalhadores. Difundiram-se novos consumos de massa e novos estilos de vida, pautados na compra e na ostentação de objetos-símbolo: em 1929, pelas ruas dos EUA, circulava um carro a cada 5 pessoas (na Grã-Bretanha a relação era de 1 para 43), a cada 15 habitantes havia um rádio (enquanto na Itália era de 1 a cada 653). Boa parte destes produtos de consumo duráveis vendia-se parcelada (60% dos carros, 75% dos rádios) e recorria-se em medida crescente à propaganda, que chegou a preencher a maioria das páginas dos jornais (DETTI, 2002, p. 71).

Os EUA, então, haviam ativado um círculo virtuoso entre produção e consumo: a produção em série de bens de consumo duráveis mantinha os preços dos produtos finais baixos, enquanto os níveis altos de ocupação e o aumento dos salários consentiam sua aquisição também às classes trabalhadoras.

Era o triunfo do “fordismo”, como o comunista italiano Antonio Gramsci definiu – com viés crítico – este modelo de produção industrial (aplicado, pela primeira vez, nos galpões da Ford) caracterizado pela intensificação do trabalho humano, mediante ações repetitivas e mecânicas, e finalizado à maior produção, ao abatimento do preço final e ao consequente consumo de massa.

Na opinião de Gramsci, na linha de montagem fordista, o trabalhador tornava-se um “gorila amestrado”. Entretanto – temos de admitir – um “gorila” muito eficiente.

Com efeito, a difusão da produção em série favoreceu o considerável aumento da produtividade, que, no setor industrial, aumentou 30% entre 1923 e 1929, enquanto a renda nacional crescia 25%.

Este surto econômico, proporcionado em boa parte pela maior utilização das máquinas, acarretou formas de “desemprego tecnológico” no setor da indústria, posto que o desenvolvimento da técnica possibilitava a utilização de equipamentos que necessitavam de menos trabalho humano.

Paralelamente, porém, foi crescendo de forma considerável o número dos ocupados no setor dos serviços, ligado – em prevalência – à administração pública, cujo total, no fim da década de 1920, superou o dos empregados no setor da indústria, proporcionando o crescimento da classe média dos colarinhos brancos, destinada a se tornar a pedra angular do modelo consumista norte-americano.

Nos EUA, a expansão da produção e a do consumo estimulavam-se reciprocamente, ampliando a margem de lucro dos capitalistas: os empresários vendiam produtos mais baratos e em maior quantidade graças à produção serial, enquanto que o consumo expandia-se por causa dos preços acessíveis, do aumento dos salários, da ampliação do crédito para o consumo, do estímulo crescente da publicidade, que criava novas necessidades para os consumidores.

O consumismo produziu, ao mesmo tempo, mudanças na organização da vida cotidiana, testemunhadas, como vimos, pela difusa utilização dos eletrodomésticos (rádio, geladeira, aspirador de pó etc.) e do transporte particular, mas também pela liberalização dos costumes, viabilizada pela nova música jazz, pelos bailes de *charleston*, mas – sobretudo – pelo novo catalisador da cultura de massa: o cinema.

O cenário econômico encontrava-se dominado por gigantescas *corporations* industriais e financeiras, cujo crescimento tinha sido favorecido pelo abandono da legislação antimonopolista pré-bélica, exacerbando uma tendência já implícita no modelo de desenvolvimento da Segunda Revolução Industrial, pautado em grandes investimentos de capitais e na formação de complexos produtivos enormes, em função de monopólio.

Os centros das cidades tornaram-se o cerne deste incrível desenvolvimento, com os arranha-céus (que em 1929 já eram 400) representando a imagem imponente do novo gigante americano.

A partir da década de 1920, em suma, os Estados Unidos tornaram-se o laboratório no qual foi experimentado, pela primeira vez, um novo modelo de vida, caracterizado pela contínua expansão dos consumos e pela sua progressiva **estandardização**.

Estandartização

Designa um processo de produção que permite a fatura em massa de determinados objetos mediante sua padronização.



Figura 12.3: Operários almoçando suspensos no ar durante a construção do arranha-céu Rockefeller Center, em 1932.

Fonte: http://drx.typepad.com/psychotherapyblog/images/2007/09/26/lewis_hine_phot_nyc_empire_state__2.jpg

Subjazia a tal crescimento vertiginoso e a esta mudança nos hábitos o “*American dream*” (o sonho americano), uma filosofia de vida pautada no mito do sucesso individual e na ideia das desigualdades sociais como fruto natural das diversas qualidades pessoais de cada um. Um modelo de pensamento que tinha seu arquétipo no *self-made man* (literalmente, “o homem que se fez por si”) e que dava a todos a chance de se tornar rico, independente de sua condição social, contando apenas com as suas forças e os seus talentos.

Tratava-se de um arquétipo que não exercia seu fascínio apenas no que poderíamos chamar de “comercialismo”, mas que possuía também um forte charme cultural, porque – como nota o

prof. Leandro Konder – exibiu todas as contradições da modernidade com uma desenvoltura espetacular:

De um lado a 'Lei Seca', a proibição de fabricação e do consumo de bebidas alcoólicas, que durou de 1918 a 1933; do outro Al Capone e o apogeu das organizações de gangsteres. De um lado, a 'Liga Antiflerte'; do outro a atriz Jean Harlow, que se fazia fotografar em trajes íntimos e declarava que gostava de se vestir 'de maneira mais confortável'; (...) De um lado, a reativação da sinistra Ku Klux Klan e o truculento Edgar Hoover, chefe do FBI; do outro, o humor cinematográfico superanárquico e irreverente de Groucho, Harpo e Chico Marx (KONDER, 2008, p. 68-9).

A partir de 1923, a aglutinação política que mais se fez interprete deste modelo americano foi o Partido Republicano, a formação partidária mais tradicionalista que governou o país durante uma década, associando a ideologia liberalista em política interna ao isolacionismo na política exterior.

No tocante a este segundo assunto, como já antecipamos na Aula 10 (e analisaremos mais detalhadamente na aula dedicada à Segunda Guerra Mundial), a conturbada situação política europeia contribuiu para que os EUA escolhessem uma política exterior de isolamento, bem simbolizada pela decisão de não aderir à Liga das Nações. O que, todavia, não impedia ao governo norte-americano de exercer uma ação de enérgica penetração econômica, invadindo o mercado europeu e extraeuropeu com produtos e empréstimos.

O Partido Republicano, que tinha como alicerce do seu consenso os brancos de origem anglo-saxônica (designados com a sigla WASP – *White Anglo-Saxon Protestant*), tornou-se também instrumento de expressão e representação política dos grandes grupos financeiros e industriais, defendendo a causa do crescimento espontâneo da economia, sem controles nem ingerências por parte do Estado.

De tal forma, quando, em 1929, chegou o furacão da Grande Depressão, a classe dirigente norte-americana encontrou-se totalmente despreparada a gerir a situação, não dispondo das ferramentas políticas adequadas para correr em ajuda de uma economia que, levada a agir sozinha, havia mostrado todos seus limites e contradições.



Atende ao Objetivo 1

1. Descreva a consagração, no período pós-Primeira Guerra Mundial, dos EUA como novos protagonistas mundiais.

Resposta Comentada

Os EUA ficaram muito distantes do conflito mundial de 1914-18, embora durante um curto e decisivo período tivessem se envolvido nele. De tal forma, longe de perturbar sua economia, a Primeira Guerra Mundial a beneficiou grandemente. Os Estados Unidos da América tornaram-se o primeiro país produtor na indústria e na agricultura. Também no setor financeiro – graças aos empréstimos concedidos às nações europeias envolvidas na guerra

– tornaram-se os “banqueiros do mundo”, com o dólar substituindo a libra como moeda oficial de troca. Gigantismo industrial, linhas de montagem, produção serial, consumo de massa, ampliação do setor ligado aos serviços, expansão dos bens de consumo duráveis, representam algumas das características mais marcantes do colosso norte-americano no século que os consagrou como país líder do capitalismo mundial.

A tentativa de volta à normalidade

Nos dez anos sucessivos ao fim da Grande Guerra, os EUA, então, marchavam a um ritmo espantoso de desenvolvimento.

Como andavam as coisas na Europa liberal naquele mesmo período? Sem dúvida, não da mesma forma.

Como vimos na introdução a este capítulo, nos primeiros anos pós-guerra, às grandes devastações provocadas pela guerra, acrescentava-se uma situação econômica muito precária, uma malha social dilacerada pelos conflitos, relações diplomáticas tensas devidas às condições extremamente punitivas impostas aos países derrotados.

Contudo, na metade dos anos vinte, as grandes potências capitalistas da Europa estavam passando por uma fase de distensão gradual e por um melhoramento de suas condições gerais. Isto, em boa parte, devido a certa normalização da situação política e econômica na Alemanha, depois de anos muitos difíceis.

Neste país, ao Império que se esfarelou com a derrota militar, havia se sucedido uma República federal, formada por uma coalizão entre o Partido Socialdemocrata (SPD) e os partidos do centro: a chamada República de Weimar, que pegava este nome da cidade que era a sede do parlamento.

Como dito, desde o começo de sua aventura, o novo governo alemão havia enfrentado uma estrada constantemente em subida.

Com efeito, à dramática conjuntura econômica do pós-guerra (comum à Europa toda), acrescentava-se a perda de 15% dos territórios cultiváveis e de 80% da produção de ferro, sancionada pelos Tratados de Versalhes.

Tais tratados, aliás, decretaram a perda de todas as colônias alemãs (em favor da França e da Inglaterra), o desmantelamento da sua frota, a separação entre a região da Prússia oriental e o resto do país (mediante a concessão de um “corredor” territorial à Polônia, que chegava até o mar Báltico) e – sobretudo – a obrigação de ressarcir uma cifra hiperbólica às potências vencedoras, a título de reparação pelos danos de guerra.

Em 1923, tropas francesas e belgas invadiram a região do Ruhr (centro alemão da produção de carvão e aço) como resposta ao não cumprimento dos acordos relativos ao pagamento das dívidas de guerra, humilhando a Alemanha e incentivando as ações, tanto da direita nacionalista quanto da esquerda revolucionária, que – com motivações opostas – queriam derrubar a República de Weimar.

A perda deste centro nevrálgico da indústria proporcionou a maior crise de inflação da história europeia: em janeiro de 1923, um dólar valia 18 mil marcos alemães, enquanto que, em outubro do mesmo ano, para trocar 1 dólar eram necessários 8 milhões de unidades da moeda alemã. Em apenas um mês, o preço de um litro de leite subiu de 5 milhões para 360 bilhões de marcos.

As imagens de alemães indo fazer compras de bens de primeira necessidade com carrinhos de mão, cheios de um dinheiro que não valia nada, tornaram-se o emblema das incríveis dificuldades passadas por este país no pós-Primeira Guerra Mundial.



Figura 12.4: Homem empurrando um carrinho de mão cheio de dinheiro na Alemanha em crise.

Fonte: <http://www.ilsussidiario.net/articolo.aspx?articolo=88726>



Inflação

Em economia, a inflação representa a queda do valor de mercado do dinheiro, que proporciona – como consequência imediata – o aumento no nível geral de preços.

Nos anos pós-guerra, a inflação europeia foi um subproduto da “economia de guerra”, obedecendo a determinações, tais quais o financiamento dos gastos através de emissões de moeda, o endividamento junto ao setor bancário e o constrangimento da oferta (à luz do evidente descompasso entre a enorme produção que durante o conflito funcionava a todo vapor e uma procura de bens ora muito fraca, por parte de populações devastadas pelo conflito bélico).

A situação crítica da Alemanha afetava também a França que, embora vencendo, não tinha saído do conflito militar economicamente melhor do que os vizinhos germânicos. Paris dependia economicamente das reparações de guerra, devidas pelos alemães, e dos empréstimos concedidos pelos EUA.

Em 1919, as receitas do orçamento estatal francês arcavam com apenas um terço das despesas, criando uma situação que os governos de diferente composição partidária que se sucederam de 1919 a 1929 aliviaram de pouco.

Também a Grã-Bretanha teve de se deparar com o declínio de sua liderança mundial, ultrapassada pelos EUA como potência capitalista hegemônica.

Embora não despencando, a economia inglesa registrou um período de estagnação de sua produção que durou toda a década de 1920, de tal modo que em 1929 o índice da produção ainda era o mesmo de 1914.

Para compensar a baixa competitividade de um sistema produtivo sempre mais velho, as forças conservadoras, que (com a exceção de um breve período) governaram o país de 1918 a 1929, praticaram uma política de austeridade financeira e de contenção dos salários que proporcionou um choque violento com os sindicatos e evidentes restrições dos direitos sociais.

Se a democracia liberal britânica conseguiu, todavia, sair ileso desta prova, a mesma coisa não aconteceu na Itália, onde a altíssima conflitualidade social do *biênio vermelho* e a formação de movimentos ultranacionalistas de extrema direita levaram (como analisaremos mais detalhadamente na próxima aula) ao ocaso do sistema político liberal e ao advento, em 1922, do regime fascista.

Em meados dos anos 1920, todavia, este cenário europeu lúgubre parecia estar mudando para melhor.

O motivo deste aparente melhoramento era devido em boa parte ao fato da Alemanha ter se erguido da crise que a afligia, graças a uma política financeira rigorosa e, sobretudo, à ajuda dos EUA, que saíram temporariamente de sua política de isolamento internacional para ajudar seu principal devedor e para incentivar ainda mais sua penetração comercial na Europa.

O plano *Dawes* (do nome do político e financista americano que o redigiu) viabilizava o pagamento das dívidas de guerra alemãs e concedia-lhe um empréstimo respeitável para revitalizar sua economia, obtendo o efeito de estabilizar a economia e a moeda da Alemanha, embora tornando o país ainda mais dependente de mercados externos.

Tal política de ajuda norte-americana proporcionou não apenas um círculo virtuoso no tocante ao aspecto econômico, favorecendo também a distensão das relações diplomáticas entre França e Alemanha, cujo resultado imediato foi a devolução aos alemães da região do Ruhr e, em 1925, um tratado – assinado na cidade suíça de Locarno – que sancionava a manutenção das fronteiras entre Bélgica, França e Alemanha, que haviam sido o palco principal da Primeira Guerra Mundial.

O pano de fundo de distensão internacional que, em 1926, levou ao ingresso da Alemanha na Liga das Nações foi, todavia, dilacerado pelo colapso econômico, surgido nos Estados Unidos, em outubro de 1929, que determinou a crise profunda da República de Weimar e o advento do nazismo ao poder.



Atende ao Objetivo 2

2. Trace um panorama da situação da Europa no período pós-Primeira Guerra Mundial, identificando suas principais características políticas, sociais e econômicas.

Resposta Comentada

No pós-guerra, a Europa foi atravessada por um período de crise que não se limitava apenas às questões econômicas, envolvendo também os aspectos políticos e sociais. Uma Europa não mais autossuficiente, então, vinculava-se de forma sempre mais estreita à economia estadunidense, novo motor do capitalismo ocidental, que utilizava o mercado do outro lado do Atlântico para expandir sua produção e hegemonia. Se tal situação possibilitou, em meados dos anos Vinte, certa volta à normalidade, a quebra da economia americana abateu-se como um furacão contra um doente ainda muito frágil. Neste aspecto, a nação que mais sofreu com as reverberações do colapso dos EUA foi a Alemanha, ponto nevrálgico dos equilíbrios europeus, obrigada a depender de forma ampla das ajudas americanas por causa da política diplomática míope das nações saídas vencedoras da guerra. Para a já frágil República de Weimar, a crise proveniente dos Estados Unidos foi letal, com consequências funestas para o mundo inteiro, quando – ao seu ocaso – seguiu-se a chegada ao poder do nazismo.

A “Grande Depressão” do mundo capitalista e suas repercussões

O historiador Eric Hobsbawm enfatiza a importância deste evento com estas palavras:

Sem ele, com certeza não teria havido Hitler. Quase certamente não teria havido Roosevelt. É muito provável que o sistema soviético tivesse sido encarado como um sério rival econômico e uma alternativa possível ao capitalismo mundial. As consequências da crise econômica no mundo não europeu ou não ocidental, (...) foram patentemente impressionantes. Em suma, o mundo da segunda metade do século XX é incompreensível, se não entendermos o impacto do colapso econômico (HOBBSAWM, 2009, p. 91).

Tais reflexões fazem-nos entender o quanto a crise econômica, iniciada em 1929, foi crucial para os desdobramentos da história contemporânea.

Que foi, então, esta “Grande Crise” ou “Grande Depressão”, como veio a ser nomeada?

Por que eclodiu mesmo no EUA, o país que estava gozando de ótima saúde econômica?

Por que se revelou diferente das outras crises econômicas?

Quais foram, finalmente, as respostas que as democracias capitalistas deram para se reerguer da prostração econômica?

O capitalismo liberal monopolista americano apresentava em seu seio grandes contradições que nos fornecem as ferramentas interpretativas para entender seu surto e sua queda.

Com efeito, se foi verdade que os salários dos operários haviam aumentado, é também fato que o fizeram a um ritmo muito mais lento, se comparado com os lucros dos grandes capitalistas,

de fato proporcionando uma maior distância na distribuição da riqueza – já muito desequilibrada – entre os poucos ricos e as outras camadas da população.

Aliás, a dificuldade em reconverter o sistema de produção acelerada próprio da economia de guerra para o tempo de paz proporcionou uma enorme crise de superprodução.

De fato, a produção industrial chegou a exceder consideravelmente o consumo, proporcionando a diminuição do ritmo de produção e, portanto, as demissões de um grande número de trabalhadores os quais, por sua vez, não tinham mais o poder aquisitivo para comprar bens de consumo, afetando ainda mais o mercado.

Como salienta o historiador José Jobson de Andrade:

Estava formado um círculo vicioso: quanto mais produtos sobravam, maior era a paralisação da produção; quanto menos fábricas trabalhavam, maior era o número de desempregados, menor o consumo e pior a situação geral (ANDRADE, 2008, p. 26).

Ainda: a já espantosa concentração monopolista de capital agravou-se com a criação dos *holdings*, sociedades gestoras de um grande conjunto de empresas que, agrupando em suas mãos vários pacotes acionários, acentuavam o entrelaçamento entre bancos e indústria. O que não era bom, posto que nos cerca de 24 mil bancos particulares que dominavam o cenário do crédito americano vigorava um sistema de intermediação do crédito que desindexava a moeda das reservas efetivamente disponíveis nos institutos bancários, deixando seus cofres irremediavelmente despreparados a uma hipótese de emergência. O que teria acontecido se uma parte consistente dos correntistas tivesse querido de volta os fundos de poupança depositados e que o banco havia, no entanto, utilizado para efetuar especulações aventurosas no mercado acionário?

A mesma reflexão valia pelos títulos acionários das grandes companhias americanas, negociados na Bolsa de Valores de Wall Street pelos bancos e pelos pequenos investidores a um valor nominal bem maior de seu valor efetivo, criando um descompasso patente definido pelos analistas como “bolha”.

Apesar de estas contradições estarem presentes de forma manifesta desde o começo porque próprias da natureza daquele sistema capitalista, a confiança do consumidor americano para com um processo de crescimento ininterrupto continuou intacta.

A consequência mais evidente deste otimismo irresponsável na contínua multiplicação das riquezas refletia-se em operações especulativas (estimuladas pela perspectiva de ganhar facilmente dinheiro, simplesmente comprando ações e revendendo-as a um preço maior, na convicção da sempre crescente procura de títulos) que criaram uma “bolha”, pronta a estourar a qualquer instante. O que, efetivamente, aconteceu no dia 24 de outubro de 1929.

Naquela “Quinta-Feira Negra” (como veio a ser lembrada), todas as contradições e limites deste sistema chegaram à tona.

No começo de setembro de 1929, os títulos acionários de Wall Street alcançaram seu nível de cotação máximo. Depois de algumas semanas de incertezas, a maioria dos especuladores começou a operar para liquidar as suas ações, na intenção de obter o dinheiro equivalente, sem que os bancos tivessem a disponibilidade líquida para satisfazê-los (ou quitá-los).

Na “Quinta-Feira Negra” foram vendidos 13 milhões de títulos. Cinco dias depois, foram vendidos 16 milhões de ações. A corrida às vendas gerou a despencada vertical do valor das ações.

O comentário crítico do economista John Kenneth Galbraith sobre a confiança inabalável no modelo de *Wall Street* resumia laconicamente a situação: “As pessoas podem tornar-se ricas sem trabalhar.”

Poderíamos acrescentar que, entre 1929 e 1933, muitas pessoas tornaram-se pobres sem compreender o porquê.

Os títulos acionários perderam cerca de 50% de seu valor, mais ou menos a mesma porcentagem foi registrada na queda dos preços dos produtos industriais, enquanto o desemprego chegou a níveis nunca alcançados.



A Crise de 29 e a de 2008

Para que os leitores entendam de estar trabalhando com temas de grande atualidade, vale a pena ressaltar que a Crise de 1929 contém – na opinião de vários estudiosos – um forte paralelismo com a crise financeira eclodida em 2008 (conhecida como “crise dos *subprimes*”) que ainda hoje afeta o levante da economia mundial. Embora com muitas diferenças, de fato, não tem como não frisar que ambos os colapsos econômicos tiveram seu início nos Estados Unidos; ambos foram determinados pelo estouro de uma bolha especulativa (ora atrelada à supervalorização do mercado imobiliário); as duas recessões se apoiam em uma crença absoluta (a ideologia do livre mercado) e proporcionaram reverberações mundiais.

O *crash* de Wall Street foi um divisor de águas, marcando o início da chamada “Grande Depressão”, que nos EUA se prolongou até 1933.

Os primeiros a serem atingidos foram os mais ricos. Entretanto, a crise acabou tendo repercussões desastrosas na economia americana em seu conjunto e no sistema econômico capitalista mundial, que dependia, em grande medida, da economia estadunidense.

De fato, a ausência de um centro internacional regulador do sistema econômico mundial amplificou a gravidade da crise, criando uma inextricável interdependência entre as diversas economias nacionais e proporcionando uma anarquia geral do mercado capitalista, bem simbolizada pela figura do milionário alcoolizado que, em 1931, Charlie Chaplin pôs em destaque no filme *Luzes da cidade*.

A recessão, então, partiu de Wall Street, para se espalhar pelos demais mercados mundiais.

Na década de 1920, os norte-americanos emprestavam dinheiro aos europeus para eles gastarem na compra de produtos provenientes dos Estados Unidos, financiando – de tal forma – a revitalização do Velho Continente o qual, por sua vez, alimentava, com suas importações, o sucesso da economia americana.



Figura 12.5: Fila de desempregados pelas ruas americanas durante a Grande Depressão.

Fonte: <http://www.subvertednation.net/wp-content/uploads/2009/01/great-depression-300x243.jpg>

Este sistema, entretanto, teve o efeito de criar uma relação muito estreita de interdependência entre EUA e Europa, onde a crise abateu-se na década de 1930, com força avassaladora.

Nos EUA, cerca de 4 mil bancos e 85 mil empresas faliram, os preços dos produtos industriais caíram 27% e os salários baixaram 20%.

A brusca retirada dos capitais americanos da Europa proporcionou efeitos ainda mais devastadores no Velho Continente: na Alemanha, a produção industrial caiu 39%, enquanto que na Inglaterra, a exportação diminuiu 70%. O desemprego que, em 1929, afligia 3% da força de trabalho, atingiu a marca de 30,5%, em 1933 (LIMONCIC, 2003, p. 123).

A “Grande Crise”, num efeito dominó, acabou afetando também os mercados dependentes do capitalismo, que registraram a queda da produção básica, tanto de alimentos como de matérias-primas. O preço do chá e do trigo caiu dois terços, o da seda bruta, três quartos, “tornando a Depressão global no sentido literal” (HOBSBAWM, 2009, p. 96).

Em suma, naqueles anos pós-1929, a economia mundial capitalista pareceu desmoronar, enquanto que o único país que havia rompido com o capitalismo, a União Soviética, tinha ficado imune da recessão, pelo contrário, vivendo um período de rápido desenvolvimento.

A Grande Depressão, portanto, foi particular porque, longe de representar um “deslize” do curso normal do sistema capitalista, chegou a colocar em xeque o próprio modelo de desenvolvimento pautado no capital e no lucro, na ausência de qualquer solução possível dentro do esquema da velha economia liberal.



As vinhas da ira

Para quem quiser sentir a atmosfera daquela época conturbada da história norte-americana, recomendamos a leitura do romance *As vinhas da ira*, do escritor norte-americano John Steinbeck, que narra as vicissitudes de uma família de camponeses durante a Grande Depressão, exemplo extraordinário de “literatura engajada”, magistralmente adaptado para o cinema pelo diretor John Ford.

Deixando em suspenso o discurso sobre os regimes comunista e fascista (que encararemos na próxima aula), cabe-nos aqui assinalar que, no âmbito do universo capitalista, em toda parte – com maior ou menor amplitude – foi o Estado a assumir tarefas novas e importantes no âmbito da economia, levando àquela “grande transformação” do capitalismo, destinada a durar até a década de 1970.

Uma forma de dirigismo econômico estatal tomou lugar do capitalismo liberal, a economia passando pelo controle da política, na esteira das teorias elaboradas pelo economista inglês John Maynard Keynes, que contrariavam o dogma do pensamento econômico clássico, segundo o qual o mercado autorregulado tenderia a criar espontaneamente um equilíbrio entre oferta e procura, criando plena ocupação e desenvolvimento.

Após a crise econômica, o Estado, com efeito, tornava-se um verdadeiro e próprio “sujeito econômico ativo”. Intervinha energeticamente nos processos econômicos, mediante incentivos às indústrias e à agricultura, ampliando os gastos públicos para obter o crescimento da demanda interna, ou – ainda – controlando a oscilação dos valores econômicos básicos (preços, salários, níveis de produção etc.).

Pioneiros desta ação destinada a revolucionar o conceito de capitalismo, foram os próprios Estados Unidos, desde 1933 guiados por Franklin Roosevelt, líder do Partido Democrata que – na análise do historiador Arthur Schlesinger – representava naquela época o “partido do povo”, contra o “partido dos monopólios” Republicano, por dedicar mais atenção às exigências das camadas mais baixas da população.

A partir de sua presidência, os EUA lançaram-se num plano político-econômico de ajuda aos setores agrícola e industrial, e, mais em geral, enfocado na postura cada vez mais atuante do governo.



Figura 12.6: Franklin Delano Roosevelt, 32º presidente dos EUA.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/b/b8/FDR_in_1933.jpg

Inaugurava-se, então, um New Deal, isto é, um “novo curso” nas relações entre política e economia que o historiador Flávio Limonci assim sintetiza:

Com o New Deal, portanto, iniciou-se a tensa construção do pacto entre Estado, trabalho organizado e capital, ou regulação fordista keynesiana do capitalismo que, no pós-guerra, fundamentaria o peculiar Estado de Bem-Estar americano e o longo período de prosperidade que se estenderia até fins dos anos 1960. A regulação fordista keynesiana baseava-se em um pacto, segundo o qual o Estado assumia papéis keynesianos, de forma a tornar-se um demandador da indústria privada e um fornecedor de salários indiretos, com o objetivo de universalizar o consumo; o capital repassava ganhos de produtividade do trabalho aos salários (relação salarial fordista), buscando assim assegurar a estabilidade do sistema e, por fim, os sindicatos aceitavam a ordem capitalista, em troca de sua incorporação ao mundo do consumo (LIMONCIC, 2003, p. 24)

O Estado tornava-se o principal acumulador e investidor de capitais, proporcionando o surgimento de algo alheio à tradição liberal americana, que o sociólogo Giovanni Arrighi definiu de “terceira via” entre o modelo soviético do planejamento centralizado e o *laissez faire* típico do liberalismo.

Às políticas emergenciais (desvalorização do dólar para tornar os produtos *made in USA* mais competitivos no mercado mundial; subsídios aos estados para cobrir um seguro-desemprego; empréstimos com baixa porcentagem de juros para consentir a quitação das dívidas), acompanharam-se ações mais estruturais.

A norma, conhecida como National Industrial Recovery Act/ NIRA, predispôs para as empresas atuantes no território americano um “código de competição justa” para reduzir a concorrência destrutiva e ajudar os trabalhadores, estabelecendo uma renda mínima e um máximo de horas de trabalho semanais.

No âmbito da agricultura, outra lei (a Agricultural Adjustment Act – AAA) estimulava os agricultores a abandonar 30% de suas terras cultivadas, previa indenização, para combater a queda dos preços agrícolas (um dos motivos da crise de 1929).

A instituição da entidade, conhecida como Tennessee Valley Authority (TVA), consentiu, mediante o aproveitamento dos recursos hídricos da bacia do Tennessee, a criação de energia a baixo custo, mas – sobretudo – representou o emblema daquelas grandiosas obras públicas, viabilizadas para modernizar o país e criar emprego.

Os resultados foram a redução dos desempregados de 14 milhões para 7,5 milhões, de 1933 a 1937; o crescimento da produção industrial em 64%, da renda nacional em 70% e as exportações em 30%, embora só com a maciça produção de armas durante a Segunda Guerra Mundial é que os EUA conseguiram voltar aos faustos do período pré-1929, empurrados pela indústria bélica.

Também na Europa ocidental, a crise foi acentuando a intervenção do Estado na economia.

A estas latitudes, todavia, (assim como no Japão) o sistema liberal entrou em crise não apenas em seu aspecto econômico, mas também político.

A política, de tal forma, radicalizava-se, já que sempre mais movimentos pregavam o fim do sistema liberal, encontrando numerosos adeptos entre a população em crise, sobretudo no setor da direita radical, que se fortaleceu de forma assustadora.

Com efeito, se os partidos mais radicais de esquerda – que desde sempre acusavam as contradições do sistema capitalista – registraram um impasse, do outro lado surgiram ou cresceram em consenso partidos que, na esteira do movimento fascista italiano, empurravam à formação de governos autoritários para reprimir a desordem social.

Neste período histórico, então, os conceitos de “direita” e “esquerda”, nascidos com a Revolução Francesa, para designar a colocação logística na Assembleia dos portadores de instâncias – respectivamente – conservadoras e radicais, chegaram à sua extrema radicalização, representando mundos não apenas antitéticos, mas inconciliáveis.

“Frentes populares” antifascistas formaram-se na Espanha e na França para limitar o perigo do fascismo que – como veremos na próxima aula – se alastrava pelo continente.

Enquanto isso, se a política no Velho Continente regredia sensivelmente, até assumir o aspecto de choque violento, a sociedade avançava rumo à propagação daquela sociedade consumista de massa que havia tido seu alvorecer nos Estados Unidos: cinema, rádio, liberalização dos hábitos caracterizaram as dinâmicas desta lenta recuperação da economia europeia dos estragos acarretados pela Grande Crise.

Com sua capacidade de adquirir formas variadas de acordo com as contingências históricas, também nesta ocasião, portanto, o capitalismo havia conseguido sair do que parecia um golpe de graça, tal que, ao fim destas incríveis “montanhas-russas”, o resultado de médio período em termos econômicos foi de um crescimento econômico que não cessou, apenas diminuindo seu ritmo.

Sem dúvida, em comparação com os “anos dourados”, vividos pelo capitalismo no pós-45, a sensação que nos deixam estes trinta anos conturbados de história mundial (1914-1945) são de uma época economicamente cataclísmica.

Contudo – como assinala Eric Hobsbawm –, “se um ser de Marte estivesse observando as irregulares flutuações que os seres humanos experimentavam no solo, teria concluído que a economia mundial achava-se em expansão contínua” (HOBSBAWM, 2009, p. 92).

A Grande Depressão, de tal forma, teria ficado na memória coletiva como mais uma crise – embora a de maior porte – de um sistema que, entre altos e baixos, ainda hoje protagoniza o cenário contemporâneo.



Atende ao Objetivo 3

3. Identifique os motivos da Grande Depressão e as respostas proporcionadas pelos países que a encararam.

Resposta Comentada

A Grande Depressão representou o momento de maior crise do sistema capitalista, no século XX. De tal porte a colocar em xeque o próprio modelo de desenvolvimento pautado no capital e no lucro. Eclodida em 1929, nos Estados Unidos, por causa das fragilidades consubstanciais ao modelo de capitalismo monopolista dominante na sociedade americana na década de 1920, a crise espalhou-se pelo mundo afora, devido à grande interdependência entre os mercados capitalistas. Na Europa, os reflexos desta crise, longe de se limitar à esfera econômica, acabaram tendo repercussões políticas determinantes para os desdobramentos mundiais. As respostas que as economias capitalistas deram a este vendaval, embora com viés diferente de país a país, pautaram-se na decisão política de colocar com força o Estado nos assuntos econômicos, propiciando uma decisiva transformação do capitalismo, destinada a permanecer até a década de 1970.

CONCLUSÃO

Triunfo e queda, progresso e instabilidade, sonhos e pesadelos: tudo isto ocorreu nos anos entre guerras no interior dos países com base no projeto capitalista que, provavelmente, nunca como neste período mostrou as duas faces da moeda.

Tratou-se, portanto, de um processo extremamente contraditório, que registrou, por um lado, a afirmação dos Estados Unidos como país capitalista hegemônico e a propagação da sociedade consumista de massa; e, por outro lado, a maior crise econômica do século, a radicalização do choque político na Europa, a afirmação do fascismo e o reprocessamento do sistema capitalista mediante abjura do dogma do livre mercado.

Seja como for, é neste período que se colocaram as sementes para o crescimento – embora descontínuo e atormentado – do capitalismo ocidental do século XX, que encontrará sua consagração nas décadas pós-Segunda Guerra.

Atividade Final

Atende aos Objetivos 1, 2 e 3

Identifique os elementos marcantes do período entre guerras, vivido pelos países capitalistas, em relação aos aspectos sociais, políticos e econômicos.

Resposta Comentada

No período entre guerras é que se assiste à definitiva afirmação dos Estados Unidos como novo país líder entre as nações capitalistas.

Se o século XX é notadamente considerado como “o século americano”, é com a Primeira Guerra Mundial que a passagem do eixo hegemônico da Europa para os EUA conhece sua consagração.

Os EUA impõem-se como modelo não apenas em termos econômicos, mas também culturais e políticos, abrindo caminho para a construção da moderna sociedade consumista de massa, pautada no *american dream*, o “sonho americano”, que vislumbra para qualquer um que seja talentoso e determinado a possibilidade de subir as escadas do sucesso social e econômico.

Mesmo aquele modelo de desenvolvimento, porém, conhece uma queda proporcionada ao seu precedente surto quando, numa “Quinta-Feira Negra” de 1929, todas suas contradições chegam à tona, arrastando consigo as demais economias capitalistas mundiais – centrais e periféricas –, num contexto de forte interdependência dos mercados.

Se os EUA conseguiram se erguer desta profunda recessão econômica, não acontecerá a mesma coisa na Europa, onde a crise de 1929 representará o golpe de graça para quem esperava uma volta à normalidade do Velho Continente, precipitando o mundo no abismo de uma nova guerra mundial.

RESUMO

Nesta aula, expusemos o período entre guerras dos países capitalistas, com particular ênfase no papel dos EUA, como novo ator hegemônico global, e na Grande Depressão, como divisor de águas no período da primeira metade do século XX.

Também não deixamos de analisar como – tanto nos EUA como na Europa ocidental –, o colapso econômico americano (depois se tornado mundial) apenas dificultou – mas não bloqueou – o caminho inexorável dos países capitalistas rumo à sociedade consumista de massa.

Informação sobre a próxima aula

Na Aula 13, falaremos sobre os dois grandes projetos (sociais, políticos, culturais e econômicos) alternativos ao das democracias capitalistas: comunismo e fascismo.

Aula

13

Os projetos
alternativos às
democracias
liberais:
fascismo e
comunismo

Massimo Sciarretta

Meta da aula

Apresentar as décadas de 1920 e de 1930 como as do brotar de projetos de sociedade alternativos ao das sociedades capitalistas burguesas que, neste período, conhecem seu maior momento de crise.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. reconhecer o processo histórico que leva ao surgimento e à afirmação dos fascismos e suas características marcantes;
2. identificar o rumo tomado pelo comunismo na Rússia depois da conquista do poder, quando, de poder revolucionário, torna-se poder constituído;
3. avaliar, através do debate historiográfico, o quanto estes dois projetos alternativos de sociedade encaixam-se na noção de “totalitarismo”.

INTRODUÇÃO

Na década de 1930, os regimes democráticos liberais viveram seu período mais negro.

Já nos anos sucessivos ao fim da Primeira Guerra Mundial, regimes alternativos ao liberalismo tinham se afirmado na Rússia (comunismo) e na Itália (fascismo). Entretanto, nos países mais desenvolvidos, estes diferentes projetos de sociedade eram vistos como o produto do atraso econômico e da escassa afirmação dos princípios liberais e democráticos dentro de suas populações.

A Grande Crise de 1929, a guinada ditatorial do comunismo soviético, realizada por Stálin, o surgimento do nazismo na poderosa Alemanha e a propagação de mais regimes autoritários de direita em outros lugares do planeta (Espanha, Portugal, Áustria, Japão etc.), ao invés, colocaram o mundo diante de uma situação que deixava de ser esporádica e limitada à “periferia” do globo, para se tornar questão crucial do mundo contemporâneo.

Com efeito, naqueles anos, com a crise profunda do modelo liberal burguês, o mundo parecia estar sendo encurralado a escolher em um futuro muito próximo entre fascismos e comunismo. Eram estes dois projetos alternativos de sociedade que – embora muito distantes entre si, pelas razões que analisaremos a seguir – assinalavam-se pelo uso conjunto do terror e da propaganda, a fim não apenas de reprimir, mas também de governar com o consentimento de massas convictas de serem portadoras de uma nova civilização. Regimes caracterizados pela absorção total da sociedade civil no Estado, que intervinha com capilaridade e firmeza em cada aspecto da vida social (público e privado) abrindo caminho a uma forma peculiar de poder absoluto contemporâneo, chamado de “totalitarismo”, típico das sociedades de massa, que aniquilava o indivíduo em nome do supremo interesse do Estado.

Como tudo isto começou? Como se explica o sucesso destes regimes? Quais suas peculiaridades? Quais as diferenças entre eles?

E, ainda, é possível colocar, na mesma categoria histórico-política de totalitarismo, o comunismo, pautado na ideia iluminista da emancipação universal do homem, e o fascismo, assentado na fé irracional em um nacionalismo agressivo e subjugador? São, estes, quesitos aos quais tentaremos dar resposta na aula que segue.

Fascismos

Como evidenciado no título desta aula, comunismo e fascismo representaram, nas décadas de 1920 e de 1930, dois imponentes projetos alternativos aos das sociedades democrático-liberais que estudamos até agora.

No item “O comunismo soviético”, tentaremos aprofundar as características da URSS após a morte de Lênin, com a instauração do “comunismo em um país só”.

Entretanto, a maior parte desta Aula 13 será dedicada aos fascismos, entendendo – com o uso desta palavra no plural – falar tanto do fascismo italiano, quanto do nazismo alemão.

É esta uma escolha determinada pelo fato de já haver uma aula específica sobre a Revolução Russa e seus desdobramentos mais imediatos e, sobretudo, pelo fato de os fascismos constituírem – até o fim da Segunda Guerra Mundial – a ameaça mais concreta às instituições liberais, posto que a URSS aparecia isolada e não tinha as condições e a vontade de ampliar seu domínio.

Como assinala Eric Hobsbawm, então, neste período “o perigo vinha exclusivamente da direita”.

Deste ponto de vista, sem dúvida, a ascensão e consagração do nazismo na Alemanha, em 1933, representam o elemento central e decisivo. Contudo, já na década de 1920, o que o historiador Vittorio Vidotto chama de “vírus autoritário” propagou-se rapidamente

na Europa, que havia saído arrasada pela Primeira Guerra Mundial e pelas consequências nefastas do Tratado de paz de Versalhes.

O primeiro país a experimentar esta guinada autoritária à direita foi a Hungria do almirante Horthy, onde, desde 1920, o regime representativo sobreviveu apenas formalmente e as liberdades sindicais e políticas foram fortemente limitadas. Na Bulgária, o experimento democrático, liderado pelo Partido dos Camponeses, promotor de uma reforma agrária radical, foi interrompido, em 1923, por um golpe militar. No mesmo ano, na Espanha, um golpe de estado militar, liderado pelo general Miguel Primo de Rivera (com o apoio do rei Afonso XIII), pôs fim ao regime de democracia parlamentar. Em 1926, na Polônia, o ex-socialista Josef Pilsduski encabeçou uma “marcha sobre Varsóvia” que originou a instauração de um governo semiditatorial, nascido (nas palavras de seu líder) “para ir além dos partidos”.

Entretanto, foi outra “marcha” (a “sobre Roma”, em 1922) a marcar o início de uma novidade absoluta no panorama da história mundial, inaugurando o modelo de Estado fascista.



Origem da palavra fascismo

O termo fascismo deriva de *fascio littorio*, um feixe de varas carregado pelos lictores, servidores públicos às dependências dos magistrados, na época do Império Romano. O *fascio littorio* era símbolo do *imperium*, isto é, da autoridade dos magistrados e de seu poder de aplicar a justiça, com faculdade de dar a vida ou a morte, como representado pela presença também de um machado, embrulhado no feixe.

Já utilizado pelos jacobinos franceses como símbolo de liberdade e no *Risorgimento* italiano como representação de unidade nacional, o *fascio littorio* tornou-se

o emblema do movimento criado por Benito Mussolini na própria Itália, representando nacionalismo e autoritarismo.



Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Fasces>

Com efeito, o fascismo italiano e o nazismo alemão (e nisto está a diferença mais marcante em relação aos outros movimentos e governos de direita daquela época) caracterizavam-se pela tentativa de se afirmar como “movimentos revolucionários de direita” e não apenas como regimes interessados na restauração da ordem.

Como sabemos (por tê-lo estudado na Aula 1, sobre a Revolução Francesa, através das palavras da Hannah Arendt), antes dos eventos franceses de 1789, o termo “revolução” significava “repetição cíclica de acontecimentos”, até voltar ao ponto de largada, como acontece na astronomia, com os planetas girando em volta do sol até chegar à sua posição inicial. A partir da Revolução Francesa, entretanto, a palavra “revolução” adquiria a

conotação de “surgimento de algo radicalmente novo”, ou seja, de um acontecimento que quebrava o círculo para se colocar num patamar inédito.

É esta uma definição que a historiografia comumente utiliza também para outro grande evento político, a Revolução de Outubro de 1917, por ter proporcionado uma nova visão da sociedade que, longe de se limitar à experiência russa, teve consequências duradouras e planetárias.

Ora, até o advento do fascismo, todos os regimes ou movimentos de direita eram considerados como “reacionários” ou “restauradores”, justamente pelo fato de se oporem a eventos revolucionários ou por buscarem restabelecer a ordem violada pelas revoluções.

De forma diferente, o fascismo – embora compartilhando com os movimentos reacionários valores tais quais a ordem, o nacionalismo agressivo, o retorno à “comunidade do povo”, a recusa da sociedade individualista burguesa –, nascia como movimento político que tentava juntar dois conceitos até então considerados opostos, isto é, “direita” e “revolução”, abrindo caminho para uma nova ordem política e social que ia além da mera ação contrarrevolucionária.

Quais suas características de absoluta novidade?

No tocante à organização política, fascismo significou centralização do poder nas mãos de um chefe carismático, estrutura hierárquica do Estado, arregimentação mais ou menos forçosa da população em organizações de massa de apoio ao regime, controle rígido dos meios de comunicação e propaganda.

Quanto à vertente econômica, o fascismo gabava-se de ter encontrado uma “terceira via” entre capitalismo e comunismo, através do sistema de produção corporativista, pautado em uma norma que juntava na mesma agremiação donos e trabalhadores, em nome do supremo interesse do Estado.

Finalmente, em relação ao aspecto social, provavelmente cabia a novidade mais relevante: a mobilização das massas de baixo para cima.

A tal propósito, segundo Eric Hobsbawm, o fascismo:

Pertencia essencialmente à era da política democrática e popular que os reacionários tradicionais deploravam, e que os defensores do “Estado orgânico” tentavam contornar. O fascismo rejubilava-se na mobilização das massas e mantinha-a simbolicamente na forma do teatro público – os comícios de Nuremberg, as massas na piazza Venezia assistindo aos gestos de Mussolini lá em cima na sacada – mesmo quando chegava ao poder, como também faziam os movimentos comunistas. Os fascistas eram os revolucionários da contrarrevolução; em sua retórica, em seu apelo aos que se consideravam vítimas da sociedade, em sua convocação a uma total transformação da sociedade (HOBBSAWM, 2009, p. 121).

Em suma, embora os fascismos se especializassem – como veremos – na retórica do retorno ao passado tradicional, caracterizavam-se por serem como movimentos bem pouco tradicionalistas.

O fascismo italiano

Como muitas outras catástrofes deste período, o advento do fascismo é filho da Primeira Guerra Mundial.

De fato, a exacerbação do conceito de nacionalismo que estava à base da eclosão do primeiro conflito armado global da história não se acalmou com o fim dos combates, nisto sem dúvida favorecido pelos péssimos tratados de paz estabelecidos em Versalhes.

Embora participante do conflito ao lado dos vencedores, a Itália viu frustrada boa parte de suas expectativas territoriais,

favorecendo o crescimento de grupos extremistas de direita, que fomentavam a opinião pública em considerar a vitória italiana como “mutilada”.

À retórica do país roubado de suas legítimas expectativas, unia-se a forte instabilidade política devida à grande difusão da ideologia comunista que, na esteira do exemplo da Revolução Russa, concretizava-se em ocupações de terras, sublevações populares, greves operárias etc., caracterizando particularmente o período dos primeiros dois anos sucessivos ao fim da guerra (1919-20), por isto definido pelos historiadores como “biênio vermelho”.

Tudo isto, juntamente à grande crise que se originou pela dificuldade em reconverter a economia de guerra para o período de paz, favoreceu o advento do fascismo, o qual nascia na intenção de mostrar ao mundo um modelo alternativo ao que consideravam o “podre capitalismo burguês” e o “detestável comunismo ateu russo”.

O apoio dos veteranos da Primeira Guerra Mundial por um lado e das classes elevadas apavoradas com uma possível revolução de cunho comunista por outro, deu a possibilidade a Mussolini, o *Duce* do movimento (isto é, o “Chefe”, da italianização da palavra latina *Dux*), de constituir um bloco social relevante e, todavia, insuficiente a se propor como verdadeira alternativa de governo.

Assim, o movimento fascista chegou ao poder através de uma demonstração de força de seus integrantes, que marcharam rumo a Roma (1922), exigindo (e obtendo) do rei Vittorio Emanuele III a investidura de Mussolini como primeiro ministro.

Com Mussolini, as ideias típicas da direita de “pátria, Deus e família” assumiram conotações radicalmente novas, se comparadas com os velhos regimes conservadores.

O ideário do “homem novo” alicerçava-se em um projeto político-social inspirado no nacionalismo, no militarismo, na hierarquia, mas também na participação e adesão convicta das massas, e no culto ao chefe carismático, conforme o *slogan* “Acreditar, obedecer, lutar”.

No âmbito econômico, o direito corolário desta “revolução nacional de direita” foi uma abordagem fortemente protecionista. Assim, a palavra de ordem tornou-se *autarquia*, isto é, capacidade de autossuficiência, bem simbolizada pela supervalorização da moeda italiana (lira) com relação à libra esterlina, e pela “batalha do trigo” (campanha dinamizada por Mussolini com o objetivo de aumentar a produção de cereais, permitindo à Itália dispensar importações do produto).

Além disso, o fascismo gabava-se de ter introduzido um sistema de produção revolucionário, pautado nas corporações, órgãos que uniam na mesma agremiação donos e trabalhadores, em nome do supremo interesse do Estado, na realidade, mortificando qualquer reivindicação de classe.

Com efeito, como assinala o historiador Lorenzo Ornaghi, se o Estado liberal baseava-se nas dicotomias (ou melhor, separações) Estado/sociedade, público/privado, política/economia, o corporativismo fascista queria anular estas separações, juntando os vários elementos sob a guia de um novo “Estado corporativo” (ORNAGHI, 1984, p. 16-7).

Junto com a instauração de elementos tais quais o esvaziamento do poder legislativo e o estabelecimento de um partido só (o Partido Nacional Fascista), a censura, a restrição do exercício da cidadania e a repressão violenta de todos os movimentos de oposição, o fascismo levou adiante um projeto de politização integral da sociedade, mobilizando a população para a participação na vida pública. O partido e a administração pública tornaram-se máquinas de consenso, enquanto que organizações de massa arregimentaram a população por faixas etárias, conforme padrões militares de disciplina. Criava-se assim o que o líder comunista Palmiro Togliatti (não reconhecendo ao fascismo a prerrogativa de “revolução”) definiu como “regime reacionário de massa”.



Figura 13.1: Um grupo de camisas-negras, como eram chamadas as forças milicianas do movimento fascista, por causa da cor do uniforme. Aqui celebrando o Duce.

Fonte: http://www.testimonianzedailager.rai.it/glossario/glossario_termine.asp?vocabolo=Fascismo

Do ponto de vista sociológico, esta massa era constituída em sua maioria pelas camadas médias da população, cujo cimento social era o ressentimento de pessoas comuns contra uma sociedade que as esmagava entre a grande empresa, de um lado, e os crescentes movimentos trabalhistas, de outro.

Enquanto as classes populares aceitaram a contragosto este regime autoritário e a grande burguesia o apoiou mais por cálculo que por convicção, as classes médias ofereceram ao fascismo um apoio consistente: aos jovens em busca de novas aventuras, aos intelectuais fascinados por esta mistura de ideias e ação, aos pequeno-burgueses decepcionados com a democracia e assustados com a alternativa comunista, o fascismo parecia apresentar não apenas uma perspectiva nova e emocionante, como uma fé.

Com efeito, foi este o primeiro experimento de sacralização da política depois da Revolução Francesa, voltado, portanto, a fazer do fascismo uma religião política.

Fala a este propósito Emilio Gentile, considerado por muitos o maior *expert* em estudos sobre o fascismo italiano:

Uma ideologia de cunho anti-ideológico e pragmático, que se proclama anti-materialista, anti-individualista, antiliberal, antidemocrática, antimarxista, basicamente populista e anticapitalista, se expressa esteticamente mais do que teoricamente, por meio de um novo estilo político e através de mitos, rituais e símbolos de uma religião laica, instituída (...) para a criação de um “homem novo” (GENTILE, 2002, p. 72).

O próprio Mussolini, em 1932, definiu o fascismo como “uma concepção religiosa da vida”. Uma religião (se entende) laica que, entretanto, – como explicou o estudioso Jean-Pierre Sironneau – reproduzia a estrutura típica das religiões tradicionais, articulando-se nas quatro dimensões fundamentais da fé, do mito, dos rituais e da comunhão.

Na esteira desta visão sagrada e, portanto, dogmática e incontestável do regime, o fascismo apresentava-se como herdeiro direto dos faustos do Império Romano, uma época histórica à qual fazia expressa referência por meio de símbolos (*fascio littorio*, saúdo romano, arquitetura, organização militar etc.). E da qual tentava copiar o projeto social e as empreitadas, para a criação de uma nova civilização, no ideário de volta da Itália e de Roma ao antigo esplendor de *caput mundi* (capital do mundo), instilando no imaginário coletivo uma situação histórica claramente não mais realizável, entretanto ainda capaz de suscitar consenso e entusiasmo.

A propaganda, mediante os novos meios de comunicação de massa (rádio, cinema, imprensa), fez do fascismo o que o historiador americano Philip Cannistraro chamou de “fábrica do consenso”. A organização das massas em cada aspecto da vida social teve seu apogeu nos “sábados fascistas”, dia da semana consagrado à

coordenação coletiva do tempo livre e dedicado, em particular, à atividade física, encarnando o esportista o modelo fascista de vigor físico, desprezo do perigo, culto à competição e à vitória.



Mussolini fala

Em 1940, quando as armadas alemãs estavam conquistando toda a Europa, Mussolini resolveu sozinho decidir pela entrada da Itália na guerra, ao lado do seu natural aliado, o nazismo hitleriano. Neste vídeo da declaração de guerra, feita pelo *Duce* na sacada de Piazza Venezia, emergem muitas das características até agora observadas: propaganda, envolvimento das massas, desejo imperial, culto religioso pelo fascismo e por seu Chefe carismático. Assista: <http://www.youtube.com/watch?v=S0qHvaL9dy8>

O nazismo alemão

Entre o fim da década de 1920 e os anos 1930, o contágio autoritário estendeu-se à Alemanha, ao Japão e a Portugal, e voltou a protagonizar as dinâmicas políticas espanholas.

De fato, depois da Primeira Guerra Mundial, o Japão inaugurou uma política imperialista. Entretanto, se durante a década de 1920 o autoritarismo japonês ficou dentro de um quadro institucional de cunho liberal, em seguida adquiriu conotações de aberto autoritarismo, o que levou o “país do Sol nascente” a invadir a China, a instaurar um regime monopartidário e a sancionar uma aliança militar direta com a Alemanha e a Itália (o chamado “Eixo Roma-Berlim-Tóquio”).

De sua parte, Portugal, em 1933, abria a estação do “Estado Novo”, assinalando-se pela criação de um regime autoritário que já havia sido implantado pela Revolução Nacional de 1926, e que, todavia, sob a guia de Antonio de Oliveira Salazar, acentuou consideravelmente seus aspectos ditatoriais e corporativos.

Sempre na Península Ibérica, por fim, o breve parêntese republicano da Espanha (1931-36) havia sido interrompido por uma sangrenta guerra civil que levou (com a ajuda da Alemanha e da Itália) à instauração de um governo autoritário e filofascista, liderado pelo general Francisco Franco.

Entretanto, o acontecimento destinado a caracterizar de forma marcante as dinâmicas históricas do século XX foi a ascensão ao poder do nazismo na Alemanha, em 1933.

Pelo peso geopolítico e econômico da Alemanha, na verdade, foi este – muito mais do que o fascismo – o elemento que, de uma vez por todas, decretou a afirmação do fascismo como movimento internacional de direita.



Figura 13.2: Cruz suástica, símbolo do Partido Nazista.

Fonte: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Flag_of_Nazi_Germany_\(1933-1945\).svg](http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Flag_of_Nazi_Germany_(1933-1945).svg)

Depois de uma tentativa falida de golpe, em 1923, Adolf Hitler havia optado por dar ao Partido Nacional-socialista por ele liderado um aspecto mais “aceitável”, renegando as instâncias antikapitalistas que mais assustavam a classe dirigente do país (reforma agrária, nacionalização das grandes empresas), na convicção de que a tomada do poder – numa sociedade articulada e desenvolvida como a alemã – só teria sido possível pela via legal das eleições.

O programa do nazismo (assim como era chamado o movimento dos integrantes do partido) previa a recusa dos termos sancionados pelo Tratado de Versalhes, a reunião de todos os povos de origem alemã numa nova “grande Alemanha”, a adoção de medidas discriminatórias contra os judeus e o fim do “parlamentarismo corrupto”.

Embora mexendo com sentimentos e opiniões enraizadas, em certa medida, no povo alemão, o partido de Hitler não teria provavelmente chegado ao poder sem a grande crise econômica eclodida em 1929.

Até 1929, o Partido Nacional-socialista permaneceu um grupo minoritário que, nas eleições de 1924, contava com cerca de 3% do eleitorado. Entretanto, em 1932, resultou de longe o mais votado partido da nação, com mais dos 37% das preferências. Isto demonstraria a centralidade da grande crise econômica de 1929 para ascensão ao poder do nazismo: para dizê-lo com as palavras de Eric Hobsbawm, “a Grande Depressão transformou Hitler de um fenômeno da periferia política no senhor potencial, e finalmente real, do país”.

Embora Hitler tivesse decidido percorrer a via legal para tomar o poder, uma vez encarregado de presidir o novo governo – na qualidade de chefe do partido majoritário –, transformou em pouco tempo a Alemanha em um regime totalitário: o maior partido operário da Europa, o SPD, foi cassado, o Partido Católico foi induzido a se autodissolver, enquanto, em julho do mesmo ano, uma lei estabeleceu que o único partido permitido teria sido o Partido Nacional-socialista.

Quando, um ano depois (agosto de 1934), Hitler aproveitaria da morte do presidente Hindenburg para acumular ao cargo de chanceler o de presidente da República, desapareceram os últimos vestígios republicanos nascidos em Weimar.

Nascia, assim, o Terceiro Reich, ou seja, o Terceiro Império depois do Sacro Império Romano-Germânico da época medieval e o *Segundo Reich*, nascido com a unificação alemã, em 1871.

O Terceiro Reich pautava-se, antes de mais nada, no “princípio do chefe”, pedra angular do nazismo, que enxergava no Guia supremo, o *Führer*, não apenas o encarregado das decisões mais importantes, como também a fonte suprema do direito, anulando de fato o princípio liberal das separações dos Poderes entre Legislativo, Executivo e Judiciário.

Através do partido (depositário e executor da vontade do Chefe), Hitler implantava na Alemanha um “Estado policial”, que aterrorizava e dispunha, manipulava e convencia, com a intenção de transformar o conjunto de cidadãos alemães numa “comunidade de povo” (*Volksgemeinschaft*), compacta e disciplinada.

Esta “comunidade” formada pelo “povo” – e não mais o Estado alemão constituído por indivíduos – tornou-se o cerne da nação, o que permitiu ao nazismo desarticular o Estado de Direito, abrindo caminho para um regime em que (palavras do próprio *Führer*) “não é o indivíduo que deve estar no foco das atenções da lei, mas o povo”.

Assim como a economia foi o motivo da ascensão do nazismo ao poder, ela se assinalou igualmente como um dos elementos capazes de dar o maior consenso ao regime hitlerista.

Cumprindo o compromisso com um dos pontos-chave do programa, Hitler rechaçou unilateralmente as medidas aplicadas pelos tratados de paz de 1919. Além do que esta decisão comportou em termos de autoestima e sentimentos de revanche do povo alemão, no tocante ao aspecto econômico, o país, libertado do peso das reparações de guerra sancionadas em Versalhes, retomou rapidamente fôlego.

Uma grande campanha armamentista proporcionou a retomada da indústria pesada, enquanto uma política de vigorosa despesa pública, além de dotar o país de uma grande rede de infraestrutura, garantiu a diminuição sensível do desemprego, que, entre 1933 e 1936, passou de 6 milhões para 500 mil pessoas, até chegar, em 1939, à plena ocupação.

A aplicação do “princípio do chefe” também para a empresa privada elevava, nos lugares de trabalho, o dono do empreendimento ao nível de chefe absoluto, subjugando os trabalhadores a uma disciplina semimilitar, favorecida também pelo fechamento das organizações sindicais.

Todavia, os sucessos na economia e na política exterior não bastam para explicar o consenso de boa parte do povo alemão ao nazismo.

Como para o fascismo italiano, a amplitude do entusiasmo em volta do nacional-socialismo residia no que o historiador alemão George Mosse chamou de “aspecto espiritual” do nazismo, isto é, sua capacidade de se mostrar como uma religião política, propondo sentimentos, ritos e liturgias capazes de chegar ao profundo da alma do povo germânico.

O nazismo propunha uma utopia reacionária e “ruralista”, isto é, voltada a incentivar o sonho da volta aos valores e aos tempos da comunidade do campo: um mundo habitado por homens fortes e sãos, profundamente vinculados à terra, uma sociedade patriarcal composta por camponeses-combatentes, distante dos vícios e das doenças da metrópole da moderna sociedade industrial.

Como releva o historiador Giovanni Sabbatucci, a doutrina pregada pelo nazismo, embora contraditória e irrealizável, apoiava-se em mitos e anseios existentes em uma sólida base sociocultural:

Tal ideal [ruralista] – logicamente irrealizável em uma sociedade industrializada e altamente urbanizada como a alemã – contrastava de forma evidente com a práxis concreta do regime, empurrada pela sua própria lógica belicista a

incentivar o desenvolvimento da grande indústria. Contudo, inseria-se numa forte tradição cultural nacional, de origem basicamente romântica, pautada nos mitos do “sangue e do solo”; e refletia uma sensibilidade, largamente presente no espírito popular, de recusa instintiva da civilização moderna e de nostalgia para um passado pré-industrial, representado em formas idílicas (SABBATUCCI, 2010, p. 366).

Deste ponto de vista, a doutrina racial representou outro grande fundamento do nazismo, nisto se distinguindo bastante do fascismo italiano. A “defesa da raça ariana”, isto é, da suposta “raça branca pura” (da qual a estirpe germânica, para os nazistas, seria descendente direta) inseria-se justamente dentro desta visão de formação de um “super-homem”, um “homem novo” puro e forte, valioso e – o que mais conta – vencedor na eterna luta pela seleção da espécie.

Entravam neste contexto as práticas de genética aplicada (“eugenia”), voltadas a criar em laboratório uma seleção artificial da espécie humana que aprimorasse a seleção natural através da eliminação dos deficientes mentais e a esterilização dos portadores de doenças hereditárias.

Sobretudo, fazia parte deste delírio de engenharia étnica a discriminação aos judeus (considerados raça impura) sancionada oficialmente com as leis de Nuremberg (1935), que tiraram aos hebreus a paridade de direitos com os outros membros da população e proibiram o casamento entre judeus e não judeus.

À discriminação legal acompanhou-se uma sempre maior exclusão da vida social, que desaguou, em 1938, em uma verdadeira e própria ação de perseguição, inaugurada em 8 de novembro pela chamada Noite dos Cristais, assim definida por causa da destruição de muitas vitrines de lojas de comerciantes judeus, estilhaçadas pela fúria da população alemã.

Perseguidos, ameaçados, privados de seus bens e da oportunidade de trabalhar, muitos dos alemães de descendência judia (como Albert Einstein) emigraram para o exterior, enquanto para os que ficaram – quando do começo da guerra – abriram-se as grades dos campos de concentração e de extermínio.

Os habitantes de estirpe hebraica na Alemanha eram cerca de 60 mil, dentro de uma nação que contava com uma população total de mais de 60 milhões. Uma minoria exígua, então, todavia concentrada nas grandes cidades e ocupando quase sempre uma posição social de todo respeito, entre as camadas médio-altas da sociedade.

Para vários historiadores (como, por exemplo, Franz Neumann), o judeu representava o bode expiatório perfeito no âmbito da teoria do amigo-inimigo. Estirpe sem pátria, minoria interna fácil de subjugar, os judeus, “assassinos de Jesus”, eram, por um lado, acusados pelos nazistas de ser propiciadores do internacionalismo do capital “empobrecedor” do povo germânico (pelo papel marcante que muitos judeus desempenhavam nas altas finanças e na grande indústria), e, por outro, de ser criadores do internacionalismo bolchevique, arrasador da ordem social (Marx e Trotsky, por exemplo, eram de origem hebraica).

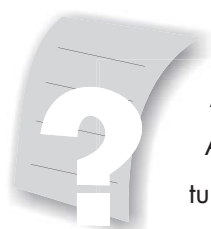
Todavia – irredutível a uma única causa –, o fenômeno foi tão vasto, complexo e aniquilador, que será objeto de uma análise específica na aula dedicada à Segunda Guerra Mundial, quando esta hostilidade assumirá as conotações do genocídio.

Para inculcar nas mentes dos alemães este projeto civilizatório antimodernista, Hitler (como e mais do que o fascismo) serviu-se dos novíssimos recursos midiáticos possibilitados pela sociedade de massa. Rádio, imprensa, filmes representaram outras tantas armas psicológicas do regime nazista, que foi o único no mundo a instituir *ad hoc* um Ministério pela Propaganda em tempos de paz, encabeçado pelo hábil Joseph Goebbels.

Adunado

Diz-se do que é unido, aquilo que adere a outro, como se formasse um só.

Nunca como no nazismo foram utilizadas as técnicas do espetáculo: comemorações, cerimônias, paradas militares, competições esportivas e, sobretudo, **adunadas** de massas que terminavam com os discursos do *Führer*, eram outras tantas ocasiões para ganhar o consenso e fortalecer os vínculos entre os adeptos do nazismo e os “outros”. Deste ponto de vista, fundamental foi a contribuição de outro expoente nacional-socialista, Albert Speer, encarregado de revestir de sacralidade a cenografia da Alemanha nazista e por isso definido “o arquiteto do nazismo”.

**Albert Speer**

Albert Speer, com grande talento na arquitetura, desde 1934, foi nomeado arquiteto do partido nacional-socialista. Responsável pela construção de várias obras, sobretudo em Berlim, Speer destacou-se por dar sacralidade aos lugares e às liturgias do Terceiro Reich. Se todas as religiões precisam de “espaços sagrados”, isto é, de lugares predispostos para acolher atos simbólicos, Speer foi o encarregado deste assunto, o qual, todavia, não se limitou apenas às edificações e construções, abrangendo também os rituais das cerimônias. Para dar um exemplo, vinha dele a ideia de organizar as adunadas de massa de noite, com luzes ou tochas, afastando a escuridão. Uma escolha cenográfica que relembra a teoria “amigo-inimigo”, desenvolvida pelo jurista Carl Schmitt (que encontramos na aula sobre a Primeira Guerra Mundial), que vislumbra estreitar visual e simbolicamente os laços entre os membros da comunidade, reunida em volta do lar nacional, contra a ameaça alheia e ignota proveniente de fora (a escuridão).



Figura 13.3: Adunada nazista em Berlim.

Fonte: <http://noticias.bol.uol.com.br/internacional/2010/02/12/tabu-na-alemanha-carnaval-era-explorado-pelos-nazistas.jhtm>

Minimum fascista

O fascismo (nas vertentes italiana e alemã) foi uma combinação de valores conservadores, técnicas de manipulação das sociedades de massa e ideologias repletas de barbarismo irracionalista, centradas no nacionalismo.

Não dotado, ao contrário do marxismo, de uma grande base teórica, o pensamento fascista – como relevou Mosse – era mais uma “atitude”, que um sistema de ideias, não apelando à força persuasiva da palavra escrita, mas aos ritos e às liturgias do mito.

O que o historiador Ernst Nolte chamou de *minimum* fascista (com isto entendendo os denominadores comuns deste movimento) concretizou-se em alguns tópicos essenciais.

Um destes expressava-se no antiparlamentarismo, ou seja, na recusa violenta dos métodos democráticos.

Outro era o ódio pelo modelo socialista, com sua pretensão de igualar o gênero humano, colocando no mesmo patamar povos

destinados a liderar o mundo, com um passado histórico ou uma descendência nobre, e populações inferiores, sem história nem qualidades.

Mais um elemento marcante era a ideia totalitária de Estado orgânico, em que todas as contradições de classe desapareciam em nome do supremo interesse nacional (não se chamava, por acaso, nacional-socialista o partido de Hitler? Não levava na sua bandeira a cor vermelha típica dos movimentos dos trabalhadores? Não eram as corporações criadas por Mussolini a expressão desta visão?).

Ainda comum era a figura do “Chefe carismático” como intérprete máximo da vontade da comunidade nacional, líder-divindade que catalisava os anseios do povo, mostrando-lhe o caminho a se seguir.

Também cabia ao fascismo e ao nazismo a ideia dominadora de encontrar sua afirmação na negação do outro, sejam eles inimigos internos (judeus, comunistas) ou externos (povos a serem conquistados), à qual estava atrelada uma postura imperialista.

Finalmente, pertencia aos dois a ideia de dar vida a uma revolução nacional de direita.

Mas aí voltamos à pergunta inicial: conseguiram este resultado? O fascismo foi realmente um movimento revolucionário?

Para boa parte da historiografia, o fascismo não passou de mera expressão do grande capital, que se serviu da supressão dos direitos trabalhistas e das conquistas territoriais deste regime autoritário e agressivo.

No entanto, cabe relevar – como vimos – que, com o fascismo, as ideias conservadoras e reacionárias assumiram conotações radicalmente novas, se comparadas com os velhos regimes interessados no “restabelecimento da ordem”.



Figura 13.4: Benito Mussolini com Adolf Hitler.

Fonte: http://it.wikipedia.org/wiki/File:Benito_Mussolini_and_Adolf_Hitler.jpg

Portanto, se não podemos falar em revolução, podemos pensar (juntos com George Mosse) de ter deparado com uma “nova política” que – para além de um juízo de valor, evidentemente muito negativo – trouxe elementos de novidade no cenário político e histórico mundial.



Atende ao Objetivo 1

1. À luz das reflexões contidas neste primeiro item, resuma as características marcantes dos fascismos.

Resposta Comentada

Antiliberalismo, antimarxismo, nacionalismo agressivo caracterizaram o movimento fascista. A teoria nunca foi a parte mais forte deste movimento, que tinha na ação seu elemento principal. O culto para o Chefe carismático, as formas litúrgicas em volta das quais ocorriam as cerimônias pela obtenção e fortalecimento do consenso, o mito do passado glorioso e a fé em um futuro de grandes conquistas, dotavam o fascismo de uma aura mística, abrindo caminho a uma forma de religião política.

Embora não podendo ser considerado revolucionário, o fascismo – se for comparado com os precedentes regimes autoritários e conservadores – apresentou características de absoluta novidade, como a mistura inédita entre apelos a valores primitivos e técnicas de controle social e de organização extremamente modernas.

O comunismo soviético

Escrevem os historiadores Vittorio Vidotto e Giovanni Sabbatucci:

Nos anos da Grande Depressão e do fascismo triunfante, trabalhadores e intelectuais antifascistas do mundo inteiro olhavam com interesse e esperança para a União Soviética: o país que tentava construir uma nova sociedade fundada nos princípios do socialismo e que se apresentava como o último reduto do antifascismo mundial. Além do mais, enquanto os Estados capitalistas encontravam-se envolvidos na espiral da grande crise, a URSS, em razão do seu próprio isolamento econômico, não apenas não sofreu as consequências do colapso econômico de 1929, pelo contrário levando adiante naqueles anos um grandioso projeto de industrialização (SABBATUCCI, 2010, p. 368-369).

Como vimos na aula sobre a Revolução Russa, cerca de uma década depois dos fatos do outubro de 1917 começou o que podemos definir como “segunda revolução russa”, desta vez travada “pelo alto” e caracterizada pela espantosa industrialização do país, que saiu transformado desta experiência, social e economicamente.

Para fazer isto, na esteira dos ideais da ditadura do proletariado, a classe dirigente da recém-nascida URSS expropriou das mãos dos setores privados os meios de produção, abrindo caminho ao que o historiador Andrea Graziosi definiu como “o primeiro sistema de indústria estatal da história”, onde todas as atividades econômicas encontravam-se nacionalizadas e “planificadas”, isto é, molduradas conforme as finalidades do Estado.

Protagonista absoluto desta grandiosa campanha de desenvolvimento industrial foi Joseph Stálin, o qual, por meio de três planos de crescimento, cada um com cinco anos de duração (e, por isto, definidos “planos quinquenais”), elevou a Rússia soviética ao patamar de grande potência mundial.

Conforme o pensamento da maioria dos membros do partido bolchevique, Stálin considerava que a industrialização fosse o pressuposto indispensável para o sucesso da nova sociedade socialista. Um procedimento a ser obtido à custa dos camponeses, obrigados a pagar o “preço social” da modernização do país, mediante o exproprio de suas terras e a coletivização das atividades do campo, isto é, a colocação dos camponeses em empresas coletivas de produção agrícola gerenciadas pelo Estado.

Entretanto, contrariando boa parte dos outros componentes do partido (Trotsky, em primeiro lugar), o novo líder da URSS apoiava a tese da “construção do socialismo em um só país”, renunciando – em nome do pragmatismo – ao sonho de uma revolução socialista permanente e mundial, visada à emancipação internacional da classe trabalhadora.

Aliás, Stálin atrelava estas convicções à necessidade de fomentar, em particular, o crescimento da indústria pesada, para fazer da URSS uma grande potência militar capaz de competir com os Estados capitalistas mais avançados.

Sobretudo, com um cinismo e uma determinação ferozes, ele perseguiu estes objetivos se “desfazendo”, aos poucos, de todos os membros da *nomenklatura* (vértice) do partido capazes de contrastar as suas ideias e sua desenfreada ambição de poder e liderança, que acabaram se tornando absolutos.

O fato de Stálin associar a construção do socialismo à industrialização acelerada e à coletivização do campo determinou o engajamento de uma guerra acirrada em duas frentes: contra os camponeses e dentro do partido.

No tocante ao primeiro assunto, o entrave mais consistente à implantação de uma economia totalmente coletivizada, foi individuado na camada dos camponeses “abastados” (em russo, *kulaks*), ou seja, nos proprietários de – no máximo – duas ou três vacas e de alguns hectares de terra.



Figura 13.5: Stálin em uma representação de propaganda.

Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/d/d1/Poster27.jpg>

Por tal motivo, o Estado soviético moveu uma verdadeira e própria guerra, visando a “liquidar os *kulaks* como classe” (palavras do próprio Stálin). A consequência disto foi uma imensa campanha de deslocamento e desarraigamento de mais de 100 milhões de pessoas, constringidas a abandonarem suas terras e a fixarem-se nas fazendas coletivas.

Em 7 de agosto de 1932, uma lei de defesa da propriedade pública proibia aos camponeses (sob pena de morte) qualquer tipo de apropriação por fins particulares do grão por eles produzido nas empresas coletivas.

Embora a fazenda fosse formalmente uma cooperativa autônoma, na verdade não passava de um lugar controlado pelo Estado, no qual o camponês tornava-se um simples assalariado, quando não um aprisionado, obrigado a produzir para entregar todos os resultados de seu esforço ao governo.

Atingidos em seu estilo de vida, obrigados a trabalhar pelo Estado, reduzidos frequentemente à beira da morte por desnutrição, os camponeses reagiram, fugindo dos *kolkhozes*, matando os animais destinados ao pasto e baixando o nível de produtividade de grão, enquanto o Estado, exigindo o respeito das coletas, sancionadas pelo plano quinquenal, chegava a requisitar até as sementes, destinadas à produção do ano seguinte.

O resultado, no outono daquele 1932, foi a maior carestia da recente história europeia, com cerca de 7 milhões de mortos.

Entretanto, o sacrifício da agricultura possibilitou um incrível desenvolvimento da indústria, que cresceu de 1928 a 1940 ao ritmo dos 10% por ano.

Com efeito, a coletivização da agricultura conseguiu a obtenção dos produtos agrícolas, necessários a abastecer a população urbana; expulsou do campo milhões de pessoas, criando um imenso “exército” de mão de obra barata para o trabalho no setor industrial; garantiu a compra de maquinários e de tecnologia, necessária à industrialização, por meio da exportação do grão excedente ao consumo interno.

Indústria pesada, matérias-primas, redes de transporte, grandes infraestruturas, fontes de energia, fábricas gigantescas, dedicadas à construção de veículos a motor: tudo isto caracterizava um país até uma década atrás exclusivamente rural.

De tal forma, no final dos anos 30, “a União Soviética tinha se transformado em uma economia industrial, capaz de produzir aço, máquinas, turbinas, petróleo, tratores, tanques de guerra e aviões, a partir de seus próprios recursos” (FERREIRA, 2008, p. 87).

Junto com a produção industrial crescia também o autoritarismo, não somente – como vimos – no campo.

Qualquer crítica, também, se proveniente pelos mesmos membros do Partido Comunista, adquiria as feições de uma traição. Se as vítimas principais foram os camponeses, também não foram

poupados todos aqueles políticos que, de qualquer maneira, poderiam insidiar o poder do chefe carismático; os intelectuais que simplesmente assumiam uma postura crítica do rumo que estava tomando o país; os trabalhadores e os técnicos que não conseguiam os resultados impostos pelos planos governamentais.

Sobretudo no período entre 1936 e 1938, afirmou-se a fúria autoritária do chamado “Grande Terror” stalinista, com os “Grandes Expurgos” dos membros mais influentes do partido, vítimas de processos-farsa, organizados diante da opinião pública para obter a confissão de sabotagem e traição dos ideais comunistas soviéticos.

De processo em processo, toda a classe dirigente do partido comunista – culpada de alta traição e condenada à morte – foi aniquilada. E quando a tortura preventiva não se demonstrava suficiente a extorquir a sucessiva admissão da “verdade” nas aulas de tribunal, a execução acontecia nos porões da polícia política, sem a teatralização dos processos.

A repressão, entretanto, não se limitava aos potenciais adversários políticos de Stálin, atingindo também conotações de massa.

Operários, camponeses, ativistas, intelectuais, minorias nacionais e étnicas, reivindicando certa autonomia do processo de **russificação**: qualquer forma de oposição era dobrada com a condenação a morte, o exílio ou, finalmente, a utilização dos campos de concentração e reeducação (os *Gulag*). Estes últimos, além de seu fim político, eram utilizados para aproveitar uma grande quantidade de trabalho servil em lugares inóspitos e insalubres, se tornando um reduto de mão de obra escrava para trabalhos particularmente difíceis.

Como no caso do fascismo italiano e do nazismo alemão, o stalinismo não foi apenas terror pelo simples motivo de que a Rússia não teria conseguido garantir o controle de um território tão vasto, apoiando-se apenas na lógica do terror. À repressão, então, unia-se um trabalho eficaz de “conscientização” dos cidadãos,

Russificação

É a palavra utilizada para explicar justamente a adoção da cultura russa por comunidades não russas. Durante o período stalinista, no âmbito da formação da URSS, este processo tendente a uniformizar as culturas adquiriu as formas da imposição violenta, abrangendo cada aspecto social e político, de fato acarretando a total assimilação e o aniquilamento das culturas alienígenas.

muitos dos quais apoiaram convictamente as decisões do líder máximo, fornecendo aquela base de consenso indispensável à instauração da máquina ditatorial.

Literatura, cinema, rádio, imprensa foram não apenas duramente censurados, mas utilizados como meio de propaganda de massa, com funções pedagógicas e educativas. Enquanto isto, a grande mobilidade social possibilitada pelo contínuo “reprocessamento” (ou seja, eliminação...) dos quadros da classe política, burocrática, intelectual etc. favorecia um conspícuo apoio social ao regime, por parte de sempre novos beneficiados.

Assinala a tal respeito o historiador Jorge Ferreira:

Os expurgos abriram milhares de vagas no partido, na burocracia estatal e na indústria. Stálin dizia de ter 500 mil novos cargos para distribuir a cada ano de terror. Os técnicos e engenheiros, formados nesses anos, preencheram as vagas das vítimas e, indiferentes ao destino dos condenados, apoiaram as perseguições e a liderança do máximo dirigente soviético. O poder de Stálin, assim, se consolidava, à medida que avançava o Grande Terror (FERREIRA, 2008, p. 99).

Conforme dados, levantados por uma equipe de historiadores americanos e russos que tiveram acesso – pela primeira vez – aos arquivos da ex-URSS (publicados pela revista americana *American Historical Review*, em 1993), o número de pessoas detidas no biênio mais agudo de perseguição (1937-38) em consequência destes processos-farsa foi avaliado em cerca de 2,5 milhões. Enquanto isso, a população reclusa nos *Gulag* alcançou os dois milhões, sendo a maior parte pertencente à elite cultural e profissional (como demonstraria o fato de que os analfabetos, que em 1937 representavam 1/3 da população soviética, estavam presentes nos campos de concentração em porcentagem inferior a 1/10).

o primeiro experimento comunista da história favoreceram a adoção de um tipo de política pragmática e autoritária. Entretanto, não apenas o fim não justificou os meios, quando também desvirtuou os fundamentos socialistas. Com efeito, nacionalização da produção, coletivização forçosa da agricultura, extermínio dos supostos inimigos de classe, censura dos meios de informação, privação dos direitos de cidadania diziam respeito a um Estado que exercia um controle social férreo, fomentando o consentimento através de uma propaganda obsessiva e reprimindo a oposição por meio de grandes processos-farsa e do recurso aos campos de concentração.

Os totalitarismos

No período entre guerras, então, a crise do liberalismo abriu caminho para o surgimento de projetos políticos alternativos, alguns dos quais realizando (ou tentando realizar) uma visão totalitária da sociedade.

O termo “totalitarismo” nasceu durante o fascismo, utilizado pela primeira vez pelos antifascistas para identificar a tentativa de Mussolini (como tentamos demonstrar, no caso do fascismo italiano, não plenamente conseguida) de chegar a uma identificação total entre Estado e sociedade. Mais tarde, o próprio *Duce* converterá positivamente este termo, no anseio de chegar a uma condição na qual “espiritual ou materialmente não existiria qualquer atividade humana fora do Estado” (MUSSOLINI, 1935, p. 7).

A palavra e o conceito de totalitarismo conheceram sua divulgação e análise científica com a obra da socióloga Hannah Arendt (*As origens do totalitarismo*, em 1951), que interligava as ditaduras recém-criadas pela civilização europeia ao processo de modernização que, na primeira parte do século XX, havia transformado as sociedades do Velho Continente em sociedades de massa.

Na opinião dela, industrialização e modernização – juntamente ao crescimento demográfico e ao aumento do desemprego – haviam proporcionado uma ruptura insanável dos antigos liames comunitários e das relações interpessoais, abrindo caminho à atomização dos indivíduos (isto é, ao seu isolamento), ora transformados em “homens-massa”, multidões divididas e solitárias que encontravam no mito imperialista da nação poderosa, no regime autoritário e no carisma do “chefe” os instrumentos que lhes restituíam unidade e identidade.

Nazifascismo e comunismo eram, para a nossa autora, os emblemas deste novo modelo político “totalitário” que não se contentava em dominar a sociedade, pretendendo também transformá-la em nome de uma ideologia. Um poder não apenas capaz de reprimir (graças a um aparelho policial poderoso e cruel) qualquer forma de dissentimento, como também de mobilizar os seus cidadãos mediante organizações estatais criadas *ad hoc* (i.e., mesmo com este propósito); e de impor sua ideologia, contando com o monopólio da educação e dos meios de comunicação de massa (imprensa, rádio, cinema).

Através do uso combinado do terror e da propaganda, em suma, estes regimes totalitários pretendiam controlar não apenas o corpo, mas também o cérebro dos cidadãos, aterrorizando-os e convencendo-os.

Já antes de Arendt, o estudioso Erich Fromm, em seu *O medo à liberdade* (de 1941), havia atrelado os motivos do sucesso do fascismo a fenômenos de psicologia coletiva, isto é, ao fato de estes regimes agirem como cimento social (embora artificial) daquelas identidades de grupo (de clã, de status) típicas da sociedade mais antiga, agora irremediavelmente perdidas.

Neste pano de fundo, eis que uniformes, paradas militares, estilos de vida padronizados, rituais em massa fortaleciam as individualidades fragilizadas e frustradas pela concorrência e pela

competição, oferecendo um refúgio seguro, um lugar para fugir das assustadoras “liberdades” (daí o título do livro) da sociedade moderna de massas.

Em 1956, um livro dos americanos Carl Friedrich e Zbigniew Brzezinski (*Totalitarianism, Dictatorship and Autocracy*) tentou sistematizar os traços marcantes dos regimes totalitários, distinguindo-os dos outros modelos políticos autoritários.

Para esses autores, o fascismo italiano, o nazismo alemão e o comunismo russo apresentavam peculiaridades totalitárias como:

1. a presença de um ditador (Mussolini, Hitler, Stálin);
2. de um único partido (Partido Nacional Fascista Italiano, Partido Nacional-Socialista Alemão, Partido Comunista Soviético);
3. de uma ideologia absoluta (fascismo, nazismo, comunismo);
4. da concentração dos poderes econômicos nas mãos do Estado.

Esta equiparação entre fascismos e comunismo foi particularmente utilizada no período da Guerra Fria (1945-1989) pelos historiadores ocidentais liberais e conservadores – sobretudo norte-americanos – com fins políticos, quer dizer, visando a colocar os regimes passados (fascismo e nazismo) no mesmo nível de periculosidade de um modelo político-social (o comunismo) naquela época ainda forte e que, aliás, durante quase meio século representou a alternativa ao bloco ocidental das democracias liberais liderado pelos EUA.

Por tal motivo, este tipo de comparação foi geralmente recusado pelos historiadores marxistas, que sempre puseram ênfase na diferença entre comunismo e fascismos em termos de ideais e de contexto histórico.

Sucessivamente à queda do Muro de Berlim e ao fim da contraposição entre bloco ocidental capitalista e bloco soviético comunista, a noção de totalitarismo como de um modelo abrangente, tanto a experiência comunista como a nazifascista, acabou encontrando um mais amplo consenso entre os estudiosos.

Na realidade, ainda hoje, uma parte numerosa dos historiadores convida a usar de cautela nas operações tendentes a englobar, em um modelo único, fenômenos históricos tão distantes como comunismo e fascismo, equiparando – respectivamente – capitalismo “corporativo” e eliminação da propriedade privada; cientificismo socialista e irracionalismo do super-homem; eliminação do inimigo de classe e extermínio por motivos de raça.

Sem dúvida, na comparação entre estes dois modelos alternativos de sociedade, torna-se difícil não reconhecer a que poderíamos definir de “superioridade moral” do comunismo soviético, que encontra suas explicações nas ideologias de fundo e no contexto histórico.

Com efeito – com relação aos ideais –, o comunismo soviético tinha sua base ideológica num sonho nobre: o da emancipação universal do gênero humano, na intenção de acabar com a “exploração do homem pelo homem”, típica do modelo capitalista. Um sonho nobre que, independente de brotar em uma concepção econômica, política e social, diametralmente oposta à das democracias liberais, compartilhava com estas a mesma raiz iluminista (a URSS, privilegiando o princípio da igualdade; as sociedades capitalistas, o da liberdade). O que não se poderia dizer do nazifascismo, o qual – recusando o direito à dignidade e à existência por motivos de raça – colocava-se fora dos fundamentos que tiveram sua consagração na Revolução Francesa.

Também relativamente ao contexto histórico, vale ressaltar uma diferença marcante entre União Soviética stalinista e Alemanha hitlerista: a primeira, caracterizando-se por uma política de defesa dos seus territórios, antes por causa da constituição de um “cordão” de potências a ela hostil em sua volta, depois para rechaçar a invasão alemã; o Terceiro Reich germânico, levando adiante uma política de expansionismo agressivo, a procura de um “espaço vital” às suas aspirações de superioridade nacional e racial que proporcionou a Segunda Guerra Mundial.

No entanto, valem estas “justificativas” para excluir o comunismo soviético do clube (certamente não ilustre) dos regimes totalitários?

Para uma parte sempre mais preponderante da historiografia, a maior indulgência com os motivos que levaram a União Soviética a implantar uma ditadura feroz em seu seio não resolve o fato de a URSS ter sido um Estado totalitário.

Com efeito, como vimos, ao passo em que o socialismo foi se implantando, à ditadura do proletariado substituiu-se à tirania pessoal do chefe carismático, proporcionando – em lugar da ampliação da democracia, desejada pelos revolucionários de 1917 – o surgimento de um regime autoritário em que o Estado, longe de se dissolver progressivamente numa sociedade sem classes, desempenhava o papel de entidade todo-poderosa.

Com certeza, a espantosa guerra civil que empurrou à adoção do “comunismo de guerra”; o sucessivo falecimento de uma figura carismática, como a de Lênin; a progressiva tomada do poder por parte de Stálin e a perene aversão do mundo ocidental ao experimento político-social russo são fatores que favoreceram um descompasso entre as intenções e os fatos concretos.

A própria definição de “socialismo real”, atribuída ao comunismo historicamente aplicado na URSS para distingui-lo do socialismo ideal, visando à igualdade universal entre todos os homens, fala de um evidente divórcio entre o sonho utópico da unificação do gênero humano sob o signo da igualdade e o pesadelo concreto da coletivização de todos os aspectos da vida social obtida por meio da coerção e do terror.



Atende ao Objetivo 3

3. Defina o conceito de totalitarismo e suas características.

Resposta Comentada

No período entre guerras, a crise do liberalismo abriu caminho para o surgimento de projetos políticos alternativos, alguns dos quais realizando (ou tentando realizar) uma visão totalitária da sociedade.

Eram estes sistemas que se caracterizavam pela total absorção da sociedade no Estado, em virtude da qual o indivíduo não era nada e o Estado ou a “comunidade do povo” era tudo. Propaganda e entusiasmo, repressão e busca do consenso, fortes restrições individuais e mobilização política das massas eram suas peculiaridades, finalizadas ao controle não apenas dos corpos, mas também do cérebro dos cidadãos.

CONCLUSÃO

As décadas entre guerras assinalaram-se pela emergência do comunismo e do fascismo como projetos alternativos ao das democracias liberais.

Apesar de parecer um fenômeno desligado da realidade do século XX pelo fato de se apelar a um passado idílico e pré-moderno, o fascismo foi um produto da modernização, isto é, um resultado bem contextualizado na época histórica em que se manifestou.

Por sua vez, o comunismo russo, embora partindo de instâncias de emancipação do gênero humano da “escravidão” e “alienação”, produzidas pelo capitalismo, acabou dando vida a um regime despótico e totalitário, que mortificava os direitos da sua população, revestindo-os de uma aura de superioridade moral e necessidade.

Concluindo, não obstante diferenças significativas entre comunismo e fascismos, não é possível desconsiderar que os anos de 1920 e 1930 viram ingressar de forma vigorosa no palco mundial dois grandes projetos de engenharia social totalitária que, no desejo de criar o “homem novo”, proporcionaram (citando um pintura do artista Francisco Goya) o “sono da razão produtor de monstros”.

Atividade Final

Atende aos Objetivos 1, 2 e 3

Por que boa parte da historiografia coloca na mesma locução de “totalitarismo”, dois sistemas políticos tão distantes entre si como comunismo soviético e fascismos?

[illegible]

Resposta Comentada

As décadas entre guerras assinalaram-se pela instauração de dois grandes projetos de engenharia social, que saíam da crise profunda do sistema democrático-liberal.

Estes dois novos modelos de Estado e de sociedade – o comunismo e o fascismo – apresentavam características e concepções da vida e da sociedade diametralmente opostas.

O primeiro fazia-se portador de reivindicações de humanismo universal e de igualdade; os fascismos, de uma visão nacionalista autoritária e prevaricadora, pautada no princípio hierárquico, aplicado não apenas à organização política da sociedade, mas também às populações e (no caso do nazismo) raças consideradas inferiores.

Entretanto, apesar dos diferentes pontos de largada teóricos, segundo parte majoritária da historiografia, ambos acabaram originando um modelo totalitário de sociedade, que era o produto da sociedade industrial.

Com efeito, industrialização e modernização – juntamente ao crescimento demográfico e ao aumento do desemprego – haviam proporcionado uma ruptura insanável dos antigos liames comunitários e das relações interpessoais, abrindo caminho à atomização dos indivíduos, “homens-massa” que encontravam no mito do Estado totalitário e no carisma do “chefe” os instrumentos que lhes restituíam unidade e identidade.

RESUMO

O objetivo desta apresentação foi mostrar o fascismo e o comunismo como dois modelos de Estado e de sociedade brotados como consequência das contradições e da crise dos sistemas democrático-liberais. Dois modelos alternativos de sociedade muito diferentes entre si, mas que acabaram se parecendo na organização totalitária de seu poder.

Informação sobre a próxima aula

Na Aula 14, falaremos sobre as vanguardas artísticas modernas entre os séculos XIX e XX.

Aula 14

As vanguardas artísticas modernas entre os séculos XIX e XX

Carlo Romani

Meta da aula

Apresentar as sucessivas transformações ocorridas com a arte acadêmica, a partir do impressionismo, com o surgimento de vanguardas que manifestam nas artes as transformações sociais e políticas entre o século XIX e as primeiras décadas do XX.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. reconhecer as rupturas com os padrões clássicos da arte acadêmica e o surgimento dos primeiros movimentos de vanguarda;
2. identificar a transformação conceitual, provocada pela chegada das vanguardas artísticas do futurismo, do cubismo e do modernismo russo;
3. analisar a influência dos discursos políticos revolucionários nas vanguardas modernas e reconhecer as diferenças entre o dadaísmo e o surrealismo.

INTRODUÇÃO

Do romantismo ao realismo

As formas do romantismo delineiam-se definitivamente, no início do século XIX, por exemplo, no conteúdo dramático do quadro de Goya que retrata o fuzilamento de espanhóis durante a ocupação napoleônica em *O Três de Maio de 1808* (de 1814) ou na pintura de Theodore Gericault, *A jangada da Medusa* (de 1819). São obras de dimensões grandiosas, de 2,66 x 3,45 e de 4,91 x 7,19 metros, respectivamente, que transmitem a emoção e o sofrimento característicos dessa época. Nas letras, o romantismo encontrava-se dividido entre as influências aristocráticas de um exótico Chateaubriand e os desejos aventureiros de Lord Byron em sua busca da “liberdade plena de inspiração e de criação artística”, uma liberdade que, confrontada com a realidade, parecia tornar-se intangível. Esse choque entre o desejável e o possível levou alguns autores da época a realizarem uma representação mais realista, inaugurada pelas obras de Balzac e sua comédia dos costumes em 1842 (*A comédia humana*), acentuada por Victor Hugo (*Os miseráveis*) e mais ainda com a chegada do naturalismo e sua busca da representação fidedigna do real, presente, por exemplo, no *Germinal*, de Zola. Nas artes plásticas, *A Liberdade guiando o povo* (a imagem foi apresentada na Aula 2), título de um quadro de Eugène Delacroix, datado de 1830, mantém um conteúdo marcadamente romântico, simbolizado na figura da mulher, a mãe, e do alimento, vindo de seus seios; uma arte romântica, intensa, ainda idealizada, mas já apresentando formas e ideias que a aproximariam do que viria a ser o realismo.

Delacroix é o mais sugestivo de todos os pintores, aquele cujas obras, escolhidas mesmo entre os secundários e os inferiores, mais fazem pensar, e mais lembram à memória

sentimentos e pensamentos poéticos já conhecidos, mas que se acreditava enterrados para sempre na noite do passado (BAUDELAIRE, 1998, p. 58).

As formas de Delacroix romperam com a imitação de modelos do passado clássico e quebraram as normas rígidas da representação pictórica, antecipando realistas como Gustave Courbet, autor de *O ateliê* (1855) e mais conhecido pelos seus retratos de artistas da época, entre eles o de Baudelaire. O autor de *Flores do mal* (1857) também manifestou o estilo romântico em seus versos, herdeiro dos costumes do **mal do século**, mas com a sua marca pessoal. O seu **flâneur** é um dândi, um observador livre para buscar a própria estética de vida, e encontrava-se no ponto de passagem para o simbolismo, de Verlaine, Rimbaud e Mallarmé, rompendo as formas rígidas da métrica.

“Un coup de dés jamais n’abolira le hasard” (Um lance de dados jamais abolirá o acaso), assim começava a carta escrita por Mallarmé para André Gide em 1897, anunciando o caos e o mistério inerentes à linguagem poética. (Leia sua poesia em <http://www.algumapoesia.com.br/poesia2/poesianet153.htm>.)

Resumindo, na segunda metade do século XIX afirmou-se uma compreensão de mundo menos romântica, resultado da constatação do caráter cada vez mais institucionalizado do modo de vida burguês. A experiência individualista da burguesia inaugurou o declínio da arte narrativa, como viria a observar Walter Benjamin (1993, p.197-221). Nada mais é passível de narração nesse mundo em que a vida, agora individualizada, não permite mais as experiências coletivas da existência. Com a modernidade, desaparece a tradição oral e as artes plásticas tornam-se, também, cada vez mais subjetivas, intimistas. Assim, começou a ser suprimida da literatura a narrativa histórica dos contos e das fábulas que eram passados de geração para geração, e as pinturas abandonam a representação objetiva do real. O romantismo dos contos, das novelas, permaneceu, apenas, como uma sublitteratura

Mal do século

Termo originado do francês *mal du siècle* e usado para se referir ao tédio, à desilusão e à melancolia em relação à vida da geração romântica do começo do século XIX, notadamente Chateaubriand e Musset. No Brasil, foi o poeta Álvares de Azevedo quem assumiu essas características românticas extremadas.

Flâneur

É o termo francês para “vagabundo”, “vadio” ou “preguiçoso”. Ele foi recriado por Baudelaire para definir a pessoa que caminha pela cidade para viver as experiências oferecidas pelo novo mundo urbano moderno.

a adocicar a vida sofrida das gentes do povo. Inaugurou-se com *Madame Bovary*, de Flaubert (1856), uma nova forma de romance que iria anunciar a forma literária do século seguinte.

O declínio da arte acadêmica e os impressionistas

Apesar das transformações nos cânones literários, entretanto, foi nas artes plásticas que o rompimento com os padrões estéticos tradicionais do academicismo fez-se de modo mais evidente. O estilo de pintura acadêmico privilegiava a coerência entre o tema e a composição, adquirido através de uma extensa prática com desenhos de gravuras e modelos vivos em estúdio. A pintura acadêmica era previamente pensada através de esboços e projetos preliminares, o que para a nova geração de artistas da década de 1860 (Claude Monet, Auguste Renoir e Camille Pissaro) era um obstáculo ao processo criativo. Se tivéssemos de definir um momento para demarcar o rompimento com o passado, esse “acontecimento revolucionário ocorre, na realidade, em 1863”, quando Manet expõe *Almoço na relva* (SCHNERB, 1996, p. 338). Ao pintar o nu feminino com os cavalheiros vestidos, quebrou a desejável harmonia da composição, abandonando a formalidade do ateliê. A modernidade de Édouard Manet não foi aceita no Salão de Belas-Artes de Paris, espaço oficialmente reservado aos mestres da arte acadêmica, e ele teve de expô-la no Salão dos Recusados.



Figura 14.1: Édouard Manet, *Almoço na relva*, 1862-63. Museu D'Orsay, Paris.

Fonte : http://en.wikipedia.org/wiki/File:%C3%89douard_Manet_-_Le_D%C3%A9jeuner_sur_l%27herbe.jpg

Contudo, a composição seria celebrada pelos jovens pintores, Monet em particular.

Em 1865, ele se dedicou a pintar a sua versão de *Almoço na relva*, composição grandiosa de 4,60 x 6 metros que restou inacabada. Iniciava-se um declarado rompimento com o academicismo que levaria à constituição de uma “sociedade anônima cooperativa de artistas-pintores, escultores, gravadores etc.” (PATIN, 1991, p.38). Composta de trinta membros, entre eles Cézanne e Degas, esses jovens artistas montaram a primeira Exposição dos Revoltados, entre 15 de abril e 15 de maio de 1874, em Paris. Nela, Monet exibiu *Impressão, nascer do sol*. Em 25 de abril, o crítico de arte Louis Leroy, muito mal “impressionado” por essa obra de Monet, escreveu um artigo depreciativo intitulado “L'Exposition des impressionnistes”. Ironicamente, daí em diante, o movimento ficaria conhecido pelo rótulo de impressionismo. Outras sete exposições seguiram-se até 1886, consolidando o grito inicial

de liberdade em relação à rigidez das normas acadêmicas, uma liberdade encontrada nas pinceladas rápidas, no tema da natureza e na luz transmitida por ela, abrindo caminho para uma transformação ainda mais profunda nas artes plásticas.



Figura 14.2: Claude Monet, *Impressão, nascer do sol*, 1872, Museu Marmottan, Paris.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Claude_Monet,_Impression,_soleil_levant,_1872.jpg

Os pós-impressionistas e as novas tendências nas artes

Paul Cézanne foi um dos pintores que, provindo da escola impressionista, iniciou sua própria pesquisa, trabalhando com cores bem definidas ou de tonalidades próximas e ocupando uma mesma área da composição. Cézanne inovou ao trazer um conjunto de formas mais definidas, volumes, planos, dando uma aparência mais geométrica às imagens. Suas naturezas-mortas (*A mesa da cozinha*, de 1890) e suas paisagens (*Grande pinheiro e campos vermelhos*,

de 1895) são obras que se distanciam da estética impressionista e influenciariam futuramente Pablo Picasso. Mas foi Vincent Van Gogh quem seguiu por um caminho diferente e que demoraria a ser reconhecido. Dos impressionistas herdou as cores e as pinceladas, mas a elas imprimiu um gestual sombrio, tenebroso, trazendo à tona a instabilidade emocional do artista que se suicidaria com 37 anos de idade. Em comum entre eles, a moradia durante anos na Provença, Van Gogh em Arles e Cézanne, em Aix-en-Provence. O sol, o céu e a luz do Midi (nome dado à região meridional francesa), junto com as cores bem marcadas dos campos de trigo e de lavanda, influenciaram-nos fortemente, fazendo com que suas obras coloridas deixassem para trás os tons pastel impressionistas e fizessem da cor o elemento central dessa nova geração de artistas. A eles se seguiram experimentos em várias direções, caracterizados como “primitivos”, um termo usado na época para definir a arte e a cultura de povos considerados menos civilizados, por isso hoje em dia usado entre aspas (PERRY, 1998, p. 3-85).



Museu D'Orsay

Não tão famoso quanto o Louvre, o Museu D'Orsay, também em Paris, é atualmente o palco principal das obras dos “recusados”. Lá encontramos Courbet, Manet, impressionistas (Renoir, Monet, Pissaro, Degas), pós-impressionistas (Cézanne, Seurat, Van Gogh, Gauguin, Matisse). Ocupando o espaço de uma antiga estação ferroviária do final do século XIX, o D'Orsay por si já é uma viagem arquitetônica aos primórdios da arte de vanguarda.

Ingresse em seu sítio de visitação e percorra as obras dos principais artistas desse período em <http://www.musee-orsay.fr/fr/collections/oeuvres-commentees/peinture.html>

Van Gogh, talvez o maior dos artistas modernos, tem um espaço só seu em Amsterdã, com visita online. Acesse <http://www.vangoghmuseum.nl/vgm/index.jsp?page=425&lang=en>



Figura 14.3: Vincent Van Gogh, *L'église d'Auvers-sur-Oise*, 1890, Museu D'Orsay, Paris.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:L%27C3%A9glise_d%27Auvers-sur-Oise.jpg

Primitivismo, fauvismo

Paul Gauguin iniciou com seu colega Émile Bernard um percurso de exploração dos modos de vida supostamente não contaminados pela modernidade, influências vindas do campo, encontradas ao morar em Pont-Aven em meados da década de 1880, de onde escreveu para sua mulher e amigos: “Amo a Bretanha. Aqui encontro algo selvagem, primitivo.” Era o começo da busca pelo “primitivo”, não em sua conotação pejorativa do atraso, mas em sua positividade, um tanto quanto romântica, de encontro ao que ainda existiria de vitalidade na existência humana. Essa busca levou-o ao Taiti, em 1890, então colônia francesa, onde pintou suas obras mais famosas, entre elas a *Joyousness*, de 1892 (já apresentada na Aula 9).

Essa que poderia ter sido interpretada como uma crítica plástica à modernidade, contudo, na leitura cínica de Pissaro, em 1891, foi vista apenas como uma concessão ao capitalismo:

A burguesia, amedrontada, surpreendida pelo imenso clamor das massas deserdadas, pelas insistentes reivindicações do povo, sente que é necessário restituir ao povo suas crenças religiosas. Daí o alvoroço de simbolistas religiosos, socialistas religiosos, arte idealista, ocultismo, budismo etc. etc. Gauguin sentiu essa tendência (PERRY, 1998, p. 32).

Essa busca sensorial pelas manifestações culturais dos lugares ainda não tocados pela modernidade tomou conta de uma série de artistas entre fins do século XIX e início do XX. Ao expor *Luxúria, calma e volúpia* no Salão de Outono de 1905, inspirado em poema de Baudelaire e retratando banhistas nuas em Saint Tropez, Henri Matisse chocou os críticos como Marcel Nicolle, que ridicularizou a pintura “infantilesca”, definindo-a como “passatempo ingênuo e bárbaro de uma criança que brinca com um estojo de tinta” (PERRY, 1998, p.46). Matisse e os demais componentes de seu grupo receberam o rótulo de feras, *fauve*, em francês, no sentido de serem selvagens, não civilizados, daí ficarem conhecidos como fauvistas. Pinturas não convencionais, feitas com pontilhados, intuitivas, sensoriais, mesclando figuras humanas às paisagens, combinaram o “primitivo” clássico ao “culto pela vida” como reação à modernidade, numa crítica ao *establishment*, remetendo às aproximações de alguns círculos de intelectuais franceses com os anarquistas.

Expressionismo

A influência de Nietzsche sobre esses artistas também era visivelmente presente e reforçada pela tradução de *Assim falava Zaratustra* para o francês, em 1901, por Henri Albert. Leitura recebida com entusiasmo pelos fauvistas, mas também por escritores como Gide e Apollinaire. O filósofo alemão talvez tenha

sido o primeiro grande crítico dessa modernidade que, ao querer emancipar o indivíduo, estava retirando-lhe a energia e a vitalidade, elementos necessários à sua sobrevivência como ser independente. A xilogravura de Nietzsche, feita pelo alemão Erich Heckel em 1905, reafirmou os ícones dessa nova geração. Porém, a tendência “expressionista” já havia sido prenunciada desde 1893, ano em que Edward Munch pintou seu *O grito* (obra já apresentada na Aula 9), em parte pelo movimento das pinceladas, compondo um gestual que expressava o desconforto do artista com a vida. As influências de Van Gogh fazem-se visíveis, tanto nas cores como nas formas. Por outro lado, para suprir essa ausência, esse vazio existencial da vida moderna, surge o flerte com o primitivo, a inspiração nas formas da arte africana e no culto à natureza e ao nudismo. Ernst Kirchner será o artista que levará ao limite essa temática. Para o artista alemão, “a representação do nu era uma arma *potencial* na refutação dos costumes sexuais burgueses da época” (PERRY, 1998, p. 77).

Por volta de 1910, Kirchner utilizava-se de dançarinas e modelos negros para compor suas obras no ateliê de Dresden, o que lhe valeu críticas por reforçar mitos europeus sobre o sexo. Em sua série *Banhistas*, retratou o culto aos banhos nus dos jovens alemães no balneário de Moritzburg. Apesar de o movimento expressionista estar ligado ao naturismo, à medicina natural e ao vegetarianismo, novamente não se encontra uma transposição direta entre a vanguarda nas artes e na cultura com sua atitude na política, “pois eles atraíam tanto adeptos progressistas como conservadores” na “confusa fonte política da ideologia expressionista” (PERRY, 1998, p. 78). O componente político do expressionismo seria mais bem caracterizado na segunda geração de artistas: na tela *Revolução* (1913), de Ludwig Meidner, com sua crítica à cidade moderna, e nas telas de George Groz, expostas na Feira Dadá, de 1920, e já fortemente influenciadas pelo futurismo que veremos a seguir.



O expressionismo alemão no cinema

Uma das mais vibrantes manifestações artísticas do expressionismo deu-se no cinema. Embora defasado em relação ao movimento nas artes plásticas, o cinema alemão adotou a estética expressionista após a Primeira Guerra, fruto de um evidente reflexo da descrença alemã no projeto de formação do grande império teutônico e que amargou a vexatória submissão em Versalhes. Para Kracauer, a ideia da “alma, enfrentando uma alternativa aparentemente inevitável entre a tirania e o caos” é o tema presente em *O gabinete do Dr. Caligari* (1920), de Robert Wiene, recorrente na dominação do vampiro *Nosferatu* (1922), na hipocrisia de *Tartufo* (1925), na ganância de *Fausto* (1926), conjunto de obras de F. W. Murnau, o maior entre os expressionistas, ou ainda no tema da loucura em Fritz Lang retratado através do diabólico *Dr. Mabuse* (1922) e da perseguição coletiva a *M, o vampiro de Dusseldorf* (1931). A extensa filmografia expressionista desse período entre o Tratado de Versalhes e o domínio hitlerista, em 1933, quando Lang teve de fugir para os EUA, teve o mérito de mostrar a crueldade e a perversidade da alma humana, em contraste com a ingenuidade da maior parte da população. Ao final dos filmes, contudo, sempre uma possibilidade de reconciliação, a porta aberta para a esperança na humanidade.

Assista a *Nosferatu* em <http://video.google.com/videoplay?docid=-6185283610506001721#>

Dr. Caligari em <http://video.google.com/videoplay?docid=-8455250375270835043#>

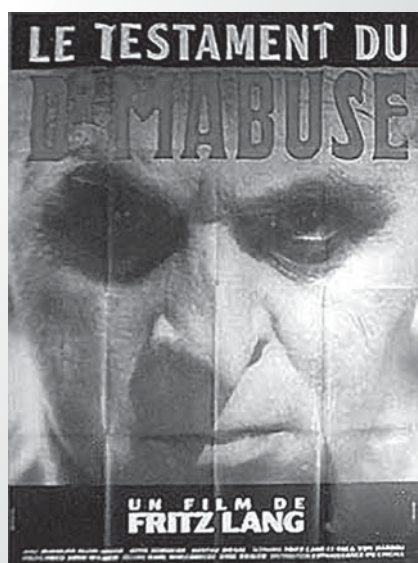


Figura 14.4: O testamento do Dr. Mabuse, de 1933, último filme alemão de Fritz Lang.

Fonte: http://www.criticalflicker.org.uk/assets/mabuse_french_poster_2.jpg



Atende ao Objetivo 1

1. Que tipo de ruptura trazida pelos artistas impressionistas permite caracterizar esse movimento como sendo a primeira vanguarda artística moderna?

Resposta Comentada

O impressionismo, cujo nome vem de uma obra de Monet de 1872, rompeu com o formalismo e a rigidez da arte acadêmica, trazendo uma nova forma de pintar, com pinceladas rápidas, sem a existência de um projeto ou de desenhos precedentes, o que permitiu ao artista sua saída do ateliê e a escolha da natureza, e de suas cores, como as fontes principais de inspiração. Ele será o ponto de partida de todas as vanguardas posteriores.

O cubismo e o futurismo

Les Femmes d'Alger (O Versão O) (1907), de Picasso (apresentada na Aula 9), é considerada a obra canônica da arte moderna. Primeira obra composta conforme a representação pictórica do cubismo, ou seja, com diferentes vistas rebatidas sobre um mesmo plano, traz cinco mulheres nuas em um bordel. *Les Femmes d'Alger* é um marco da arte moderna (como escreveu o diretor do Museu de Arte Moderna de Nova York, Alfred Barr, no catálogo à época de sua compra, em 1939) não somente por ser a primeira obra cubista, mas por ser a pintura narrativa moderna que traz consigo a maior quantidade de signos. Ela carrega a influência volumétrica das *Banhistas* de Cézanne; os elementos “primitivos” que aludem às máscaras africanas, ao nudismo e ao naturalismo; a figura central da Vênus, símbolo acadêmico da arte; a polaridade construída com as cores do vermelho (quente) e o azul (frio); a disposição dos tons de modo a iluminar o centro da composição. Essa obra sintetizou todas as influências técnicas precedentes, mas com uma linguagem pictórica própria (FRASCINA, 1998, p. 86-183).

Na década seguinte, Georges Bracque, com *Le Portugais* (1911), e Picasso, com *Ma Jolie* (1911-12), fariam uma parceria de investigação experimental na arte pictórica, radicalizando a proposta do cubismo. A representação figurativa distanciava-se das

formas conhecidas de semelhança com o real, obrigando a um novo tipo de leitura imagética que abriu caminho para a arte tida como abstrata. Além disso, o recurso à colagem, composições mistas de tinta a óleo, guache, papel jornal, carvão ou riscos na tela fizeram com que as obras funcionassem, simultaneamente, como forma e conteúdo, rompendo com a distinção entre o suporte e os materiais. Visite a coleção de Picasso existente no MoMA, acessando: http://www.moma.org/collection/browse_results.php?criteria=O%3AAD%3AE%3A4609&page_number=&template_id=6&sort_order=1

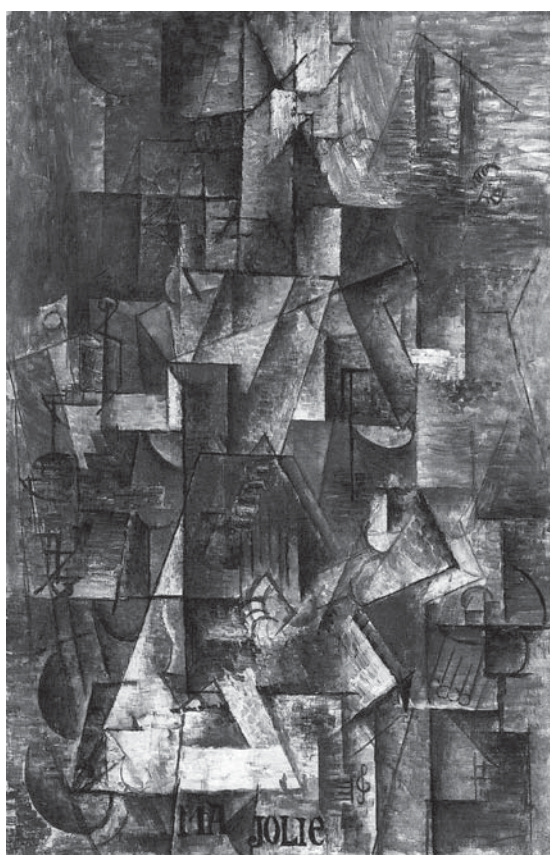


Figura 14.5: *Ma Jolie* (1911-12), de Pablo Picasso (óleo sobre tela, Museu de Arte Moderna, Nova York).
Fonte: http://www.moma.org/collection_images/resized/078/w500h420/CRI_151078.jpg

Manifesto Futurista

O futurismo surge como movimento artístico e político através do manifesto escrito por Marinetti, em Milão, e publicado no *Figaro* de Paris, em 1909. Como movimento artístico na Itália, ele se estendeu até 1920, quando Marinetti participou do Congresso dei Fasci, no prenúncio ao fascismo. O Manifesto Futurista é breve e direto em seus objetivos. Seus aspectos principais: velocidade, atitude, agressividade, elogio da guerra, antirromantismo, rejeição ao primitivo. Do ponto de vista formal, ele pregava o rompimento total da fronteira ainda existente na arte entre mundo e texto, arte e representação. Ele buscava uma comunicação sem mediação. Vida e arte seriam inseparáveis; a poesia exige violência e energia, tanto quanto a própria vida para ser plena, numa referência clara à filosofia de Nietzsche. Para o jovem marxista Gramsci, escrevendo em *Ordine Nuovo*, o futurismo teria sido o primeiro movimento artístico da nova paisagem urbana e industrial. Foi também um movimento internacionalista, ao tentar romper as barreiras do nacionalismo europeu: Paris, Berlim, São Petersburgo, Londres, Nova York; penetrou em todas as grandes capitais.

O futurismo se desenvolveria também na França, através de Blaise Cendrars, *La prose du Transsibérien* (1913), manifesto misto de poesia e pintura, feito junto a Sonia Delaunay. Trata-se de uma forma de colagem literária e pictórica. Bebe na mesma fonte do cubismo, a colagem, para compor e produzir suas obras. Blaise Cendrars (*l'enfant terrible* do modernismo francês), pseudônimo que significa "brasa em cinza", o fogo queimando a vida, disse sobre a Primeira Guerra: "Esta guerra cai-me como uma luva." Dois anos depois, ele retornou à França mutilado, sem o braço direito. O futurismo também alcançou a poesia portuguesa através de Mário de Sá-Carneiro, mas foi Fernando Pessoa, com seu heterônimo Álvaro de Campos, quem melhor materializou o conteúdo estético futurista. Na Rússia, ele chegaria com o *Primeiro Congresso Futurista de todas as Rússias*, em 1913, e em 1915 o próprio Marinetti participou da exposição

intitulada O Novo Realismo Pictórico. A proposta do futurismo seria incorporada ao projeto de arte abstrata russa. No *link* a seguir, uma apresentação de textos e arte futuristas: <http://www.slideshare.net/michelepo/futurismo-1298096>

A arte russa de vanguarda

Em *dos novos sistemas da arte*, Maliévitch estabelece cinco sistemas de pintura moderna: o impressionismo, o cezannismo, o cubismo, o futurismo e o suprematismo. Somente os dois últimos ainda estariam vivos, abertos, com potencial a ser desenvolvido (o dinamismo no Futurismo e a sem-objetualidade no suprematismo) (DUNAEVA, 2007, p. 9).

Ao definir em sua proposição os cinco “sistemas de arte”, como ele chamou os movimentos artísticos da pintura moderna, Maliévitch excluiu o caminho que desde Van Gogh até os expressionistas retomou nitidamente um tipo de arte marcadamente figurativa. Em sua concepção, a arte avançava em direção a uma representação cada vez mais abstrata do real. Seu primeiro quadrado negro, datado de 1913, foi visto como aberração pela Academia. Para desenvolver essa estética, Maliévitch foi obrigado a criar um conceito de arte derivado do cubo-futurismo, ou seja, buscava conter em um único plano, na tela, todas as vistas do cubismo mais a sensação de movimento do futurismo. Para o vanguardista, a pintura é tinta e cor, já que a própria “superfície de uma pintura é uma forma real, viva” (WOOD, 1998, p. 265).

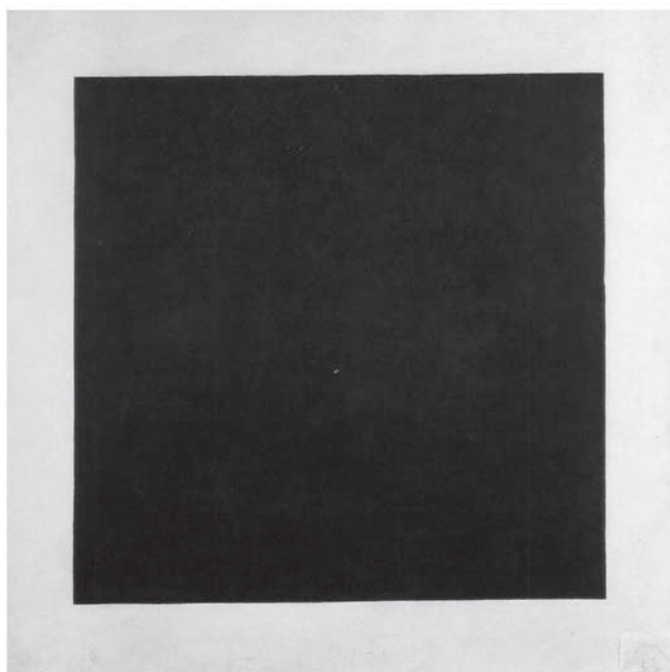


Figura 14.6: Kazimir Maliévitch, *Quadrado negro*, 1913, State Russian Museum, São Petersburgo.

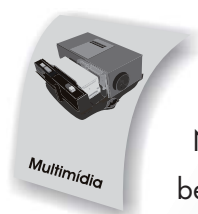
Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Malevich.black-square.jpg>

Após a exposição de 1915, quando os vanguardistas russos fizeram uma performance na qual até Marinetti foi criticado, Maliévitch continuou sua série de quadrados. Nesse mesmo ano, pintou *Quadrado vermelho: realismo pictórico de uma camponesa em duas dimensões*, que consiste em um quadrado vermelho sobre fundo branco. A palavra “realismo” aqui adquire um significado essencial. Para o modernista russo, o quadrado, forma primária, é um equivalente harmonioso às formas reais do mundo e é pictórico “porque não possui o realismo de montanhas, céus e águas” (WOOD, 1998, p. 266). A radicalização completa ocorreria entre 1917 e 1918, com a obra monocromática *Pintura supematista (Branco sobre branco)*. Com isso, afirmava categoricamente que não cabe à arte a representação do mundo à imagem do real, mas sim a construção de uma linguagem que represente o real.

Estava aberta a porta para a arte desenvolvida pelo movimento construtivista russo, com Rodchenko, Tatlin e Popova, entre outros, ocorrido durante a fase inicial da Revolução Russa e que seria proscrito na década de 1930 por ser considerado arte “burguesa”.

O grande mérito do construtivismo foi o fato de tornar a arte não somente um objeto de apreciação em locais fechados, mas um efetivo instrumento de propaganda. As esculturas, as primeiras instalações criadas em espaços públicos e, principalmente, a nova comunicação visual desenvolvida, o *design* gráfico de cartazes (o pôster de Klutsis, na Aula 11) inovaram definitivamente a linguagem artística. No construtivismo, a composição pictórica foi abandonada pelo objeto tridimensional. Do mesmo modo, em 1917 o grupo *De Stijl* (O Estilo, em português), fundado na Holanda, procurou desenvolver uma arte racional, volumétrica, aplicada na prática à arquitetura e ao mobiliário, e que nas artes plásticas teve em Piet Mondrian, com seu neoplasticismo, a figura mais proeminente. Na Alemanha, essa nova linguagem manifestou-se através da Escola Bauhaus, de Walter Gropius, na arquitetura e no *design* racional de objetos. A exemplo da URSS, a trajetória da arte moderna alemã também seria interrompida por um estado ditatorial: o nazismo.

Na Rússia, as vanguardas modernas desapareceram durante o stalinismo, em detrimento do retorno à representação artística realista, um tipo de arte que para os novos socialistas no poder seria mais bem assimilada pelo povo (exemplo na Aula 11). O chamado realismo socialista trouxe frutos muito mais interessantes em regiões distantes da fria Rússia. No México, a mistura do realismo com elementos pictóricos da cultura ameríndia proporcionou, através das obras de David Siqueiros, de César Orozco e de Diego Rivera, o surgimento do muralismo, uma forma de arte pintada em grandes painéis, expostos em locais públicos, como as duas paredes da *Fábrica de Detroit* (1933), representando o trabalhador, o operário e o povo (FLORESCANO, 2002). Sobre o muralismo de Rivera e sua relação com o realismo, leia o ensaio a seguir: <http://www.slideshare.net/caromani/gabriela-ribeiro-diego-rivera-principios-estticos>



Vertov e o Cine Olho

No cinema, o construtivismo e o futurismo também exerceram forte influência, principalmente com o cinedocumentarista russo Dziga Vertov. Em dois manifestos, publicados em 1924 (o Cine Olho e o Cine Verdade), Vertov propunha a criação do homem novo, através de um cinema que trazia uma nova visão da realidade. Compreendendo o cinema como um processo de montagem ininterrupta, Vertov queria com isso mostrar seu caráter duplamente revolucionário: estético e social. Assista a *Um homem com uma câmera*. Direção Dziga Vertov, URSS (original 1929). São Paulo. Continental Home Vídeo. DVD (68 min.) p&b. Há um trecho disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=KytJFyMHZIO&feature=fvwrel>



Atende ao Objetivo 2

2. “E que seja traçado na palma de vossas mãos o destronamento do velho mundo das artes” (Kazimir Maliévitch, *Dos novos sistemas na arte*, Moscou, 1919). O que Maliévitch quis dizer com esta frase?

Resposta Comentada

Maliévitch havia definido cinco novos sistemas de arte, desde o impressionismo até o suprematismo. Com essas vanguardas, ocorreram sucessivos rompimentos em relação ao velho modo de representação de figuras e objetos. O velho mundo das artes a que ele se refere era o que requeria da obra pictórica uma representação que se assemelhasse, de algum modo, ao real. Com a sua defesa conceitual da pintura abstrata, as artes plásticas tornaram-se livres para recriar o mundo da forma que melhor lhes conviesse.

Dadaísmo e surrealismo

O dadaísmo difundiu-se entre os anos de 1916 e 1923, também em Berlim e Paris, com artistas como Max Ernst e sua pintura de objetos tridimensionais coloridos e Otto Dix e suas figuras humano-máquinas. Não era um movimento representativo de um grupo de artistas, mas um conjunto de objetivos comuns. Em 1918, o romeno Tristan Tzara publicou na revista *Dada*, em Zurique, o ensaio “Dada Manifesto 1918”. Propunha uma não estética, a dessacralização da arte, fenômeno já presente em Francis Picabia e em Marcel Duchamp, ambos residentes em Nova York desde 1915. Provindos do cubismo, recusaram-se ao fazerem obras deliberadamente desprovidas de significado. Duchamp, montando os *ready-made*, pequenos objetos retirados de sua função original, por exemplo, a roda de bicicleta sobre o banco de madeira, e Picabia com seus quadros “mecanomorfos”, cujas pinturas de máquinas pareciam desprovidas de qualquer lógica. O dadaísmo pode ser considerado como uma manifestação artística irreduzível a qualquer tipo de disciplina. Para

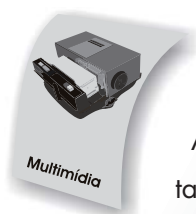
Dominique Berthet, ele foi uma contrainstituição: “Dada não é uma escola, mas um movimento de contornos imprecisos, variáveis, segundo os membros e os lugares” (BERTHET, 2001, p. 62). Uma amostra de obras de Duchamp pode ser vista no *link* do MoMA.

A vitória efetiva da Revolução Russa trouxe a esperança nos artistas de vanguarda europeus da real possibilidade de uma revolução social mundial e a expectativa de fazer da arte não somente um instrumento de crítica, mas de materialização de uma nova realidade. Nesse sentido, o dadaísmo, excessivamente anárquico, não correspondia a essas expectativas. No ano de 1924, dois poetas franceses, André Breton e Louis Aragon, lançaram a revista *A Revolução Surrealista* como resposta ao que consideravam uma acomodação burguesa nas artes. Definiram-se como a “revolta do espírito; consideramos a Revolução sangrenta como a vingança inelutável do espírito humilhado por suas obras. Não somos utopistas: essa Revolução, só a concebemos sob sua forma social” (*A Revolução primeiramente e sempre*, 1925). Em continuidade ao dadaísmo, o combate ao racionalismo e à lógica, a arte como resultado do desejo, vindo do inconsciente, ao que se chamava de “automação psíquica”, mostrar o que haveria para além do real, capturar o sonho como realização do desejo (FER, 1998). Breton propunha uma forma de arte que emergisse diretamente do inconsciente, daí sua tentativa de relacionar Freud a Marx, seguindo a pesquisa de filósofos e psicanalistas alemães ligados à Escola de Frankfurt (Wilhelm Reich e Erich Fromm, por exemplo). Leia o Manifesto Surrealista disponível na íntegra em <http://www.culturabrasil.pro.br/breton.htm>.

A ligação inicial do movimento surrealista com o trotskismo fazia parte das estreitas relações estabelecidas entre arte e política pelas vanguardas modernas. “Por volta de 1925, só a III Internacional parecia dispor dos meios desejados para transformar o mundo” e Trotsky, ao propor a revolução

permanente, aparecia aos olhos do mundo como a vanguarda da revolução social (“A Clara Torre”, André Breton, *Le Libertaire*, 11/1/1952).

A afirmação feita na década de 1950, já na fase libertária de Breton, não era uma unanimidade aceita entre os surrealistas. Na prática, houve uma significativa distorção entre o desejo de escritores e cineastas que efetivamente defenderam o socialismo revolucionário, tanto aquele comunista (Breton, Buñuel) como o anárquico (Apollinaire, Vigo), dos artistas plásticos, que em sua maioria, como Joan Miró e René Magritte (ver obra na Aula 9) mostraram-se um tanto quanto indiferentes ao jogo da política, tornando-se fenômenos de venda no mercado das artes. Salvador Dalí, considerado o máximo expoente do surrealismo, inclusive, tornou-se, na década de 1940, bastante querido pelo ditador espanhol Francisco Franco. Houve exceções, como a artista plástica Frida Khlo, esposa de Rivera, e que, ao contrário de seu marido, comunista convicto, enveredou pela arte surrealista, também proscrita na URSS, e aproximou-se de Trotsky, ao hospedá-lo durante seu exílio no México.



O surrealismo no cinema

Assim como outros movimentos, o surrealismo também se fez presente no cinema com Jean Vigo em *Zero de conduta* (1933) e *L’Atalante* (1934) e Jean Cocteau, *Les parents terribles* (1948), adaptada do teatro, e *Orfeu* (1950), mas, principalmente, com o espanhol Luis Buñuel que dirigiu o roteiro de Dalí para o polêmico curta-metragem *O cão andaluz* (1929), considerado o primeiro filme surrealista. Assista ao trailer original desse filme em <http://www.youtube.com/watch?v=iió1v0H93wA>

Ao fim da Guerra Civil Espanhola, vencida pelos monarquistas, Buñuel refugiou-se primeiro nos EUA,

e depois no México, onde continuou sua filmografia com elementos surrealistas que o consagraram mundialmente. Com sua fama, foi convidado a rodar novamente na Espanha. Em 1961, montou *Viridiana*, ganhador da Palma de Ouro, em Cannes, mas censurado na Espanha, devido ao anticlericalismo do tema – era sua vingança contra o regime franquista.



Atende ao Objetivo 3

3. Que relação pode ser feita entre o dadaísmo e o surrealismo?

Resposta Comentada

O surrealismo pode ser considerado o sucessor do dadaísmo, na medida em que seus fundamentos teóricos são parecidos: estética revolucionária, recusa à linguagem lógica e libertação dos desejos inconscientes. Os objetivos dadaístas de liberdade total para criação artística desapareceram junto com o movimento, quando da vitória bolchevique na Rússia, o que levou a nova vanguarda surrealista a se projetar politicamente na III Internacional, pelo menos até o stalinismo adotar o realismo como a arte oficial soviética.

CONCLUSÃO

Desde o rompimento com o academicismo dos primeiros “revoltados” que se tornariam os impressionistas, os movimentos de vanguarda seguintes expuseram suas concepções artísticas através de manifestos que carregavam também um claro conteúdo político. A partir do futurismo e depois com o advento da Revolução Russa, isso assumiu uma forma mais evidente. A revolução nas artes acompanhava a revolução social nas ideias dos dadaístas em busca da mais completa liberdade criativa; nos manifestos construtivistas em que a forma e a função da arte deveriam ser dirigidas à construção do novo homem; ou no surrealismo revolucionário de Breton que, de defensor inicial da III Internacional, terminou sua trajetória nos braços do anarquismo.

As vanguardas modernas acompanharam de modo visível nas artes as transformações sociais, culturais e políticas que ocorreram no mundo durante os sessenta anos de apogeu e crise da modernidade, que vão desde a Comuna de Paris (1870) até a consolidação do stalinismo como poder soviético e a ascensão do nazismo (1930). Daí em diante, os vanguardistas perderiam sua força: apesar de os manifestos afirmarem o contrário, a revolução estética mostrou-se em descompasso com a revolução social, em parte devido ao aburguesamento dos artistas plásticos, completamente assimilados pelo mercado das artes.

Atividade Final

Atende aos Objetivos 1, 2 e 3

Por que as vanguardas artísticas e seus manifestos podem ser entendidos como um modo de manifestação política?

Resposta Comentada

Praticamente, todos os movimentos artísticos considerados de vanguarda publicaram seus manifestos nos quais expressaram suas propostas conceituais sobre a arte, sua compreensão da realidade social e a relação que estabeleciam entre essa arte e a realidade. Nesse sentido, como propunham uma transformação da realidade, em alguns casos uma verdadeira revolução, eles assumem um caráter político e uma perspectiva política ainda mais ampliada do que aquela dada ao termo em seu sentido imediato, porque incorporaram a dimensão estética da vida como meio positivo de transformação do social.

RESUMO

Nesta aula, assistimos a um panorama da arte no século XIX e no início do XX, com ênfase na passagem de um estilo de arte acadêmico, preocupado com uma representação mais próxima do real, para uma forma de arte revolucionária em relação aos padrões anteriores.

Assim, mostramos a passagem do romantismo para o realismo e desses para o impressionismo, o primeiro movimento considerado de vanguarda na década de 1870. Em seguida, com Van Gogh e Cézanne, as características iniciais do impressionismo foram ultrapassadas, abrindo caminho para um leque de novas manifestações artísticas no início do século seguinte: primitivismo, fauvismo, expressionismo. Mas ainda não havíamos chegado aos movimentos de vanguarda que provocariam as rupturas definitivas com a arte acadêmica e figurativa, possibilitando o surgimento de uma arte abstrata.

O cubismo, arte de representação das figuras através de formas geométricas rebatidas em diversos planos sobre a mesma tela, inaugurado por Picasso em 1907, e o Manifesto Futurista de Marinetti, em 1909, com a ideia de dar movimento às formas, sinalizam a radicalização das artes plásticas em relação à necessidade de representar a figura de todos os ângulos e modos possíveis, inclusive em seu aspecto dinâmico.

O principal expoente conceitual desse modernismo foi Maliévitch, que, com seu quadrado negro sobre fundo branco, buscou representar o máximo de ideias com o mínimo de elementos. Chamou sua arte de suprematismo, pois atingira o auge da forma representativa.

As artes plásticas estavam libertas para exprimir o que quisessem e como o quisessem, dando início a dois caminhos artísticos diferentes. O abstracionismo preocupado com a representação racional dos objetos e figuras, arte de vanguarda visível principalmente na primeira fase do construtivismo russo, e o surrealismo, cujo manifesto de 1924 afirmava querer romper com todas as formas de representação prisionais do passado e ingressar no âmago do inconsciente humano.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, veremos a Segunda Guerra Mundial, com seus antecedentes e desdobramentos.

Aula 15

A Segunda Guerra Mundial

Massimo Sciarretta

Meta da aula

Apresentar a Segunda Guerra Mundial como ápice e, ao mesmo tempo, fechamento de um ciclo terrível iniciado trinta anos antes, com a eclosão da guerra de 1914, e cadenciado por eventos nefastos.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. reconhecer o período histórico em que amadureceu a eclosão do segundo conflito armado planetário na história da humanidade;
2. identificar os eventos bélicos e analisar as características principais da Segunda Guerra Mundial;
3. reconhecer na “Solução Final” da questão judaica planejada pelo nazismo os traços característicos do genocídio.

INTRODUÇÃO

Os cogumelos nucleares de Hiroshima e Nagasaki, em agosto de 1945, concluíram o período iniciado em 1914, fechando (da mesma forma dramática com a qual iniciou) um ciclo definido como “Guerra dos Trinta Anos” porque marcado – sem interrupções – pelas revoluções, pelo advento dos fascismos, por uma crise econômica virulenta e duas guerras mundiais.

Deste ponto de vista, a Segunda Guerra Mundial representa o “digno” ápice deste período histórico extremamente conturbado.

Com efeito, se – como vimos na Aula 9 – os acontecimentos da primeira parte do século XX representaram, ao mesmo tempo, “o apogeu e a crise da modernidade”, a Segunda Guerra Mundial simbolizou, mais de qualquer outro evento, o emblema deste encontro entre tecnologia e instintos primordiais, ciência e barbárie, que, de 1939 a 1945, se misturaram sem solução de continuidade.

Com efeito, a guerra marcada pelo genocídio judeu de Auschwitz e pelo holocausto atômico japoneses assinala-se, ainda hoje, como a maior catástrofe provocada pelo homem em toda sua longa história.

Iniciado em setembro de 1939 e concluído seis anos mais tarde, o segundo conflito armado global proporcionou estragos notavelmente maiores do que os provocados pela guerra de 1914-18, chegando a causar a morte de cerca de 50 milhões de seres humanos. Aliás, acarretou modificações cruciais no mapa geopolítico mundial, que sancionaram (depois de meio milênio) o definitivo deslocamento do eixo hegemônico para fora da Europa e a divisão do mundo em dois blocos antagônicos liderados pelos EUA e pela URSS.

Diferentemente de como aconteceu na guerra de 1914-18, os motivos que levaram à Segunda Guerra Mundial encontram a historiografia concorde em julgar a fúria dominadora hitlerista como causa principal.

Por tal motivo, tratou-se de uma guerra que – embora devastadora – se revelou “necessária” para libertar o mundo da ameaça do fascismo, considerada tão mortal e arrasadora a ocasionar a momentânea aliança militar de mundos tão distantes (democracias liberais e comunismo) e, todavia, unidos em nome do princípio comum do antifascismo.

Colocamos entre aspas o adjetivo “necessário” por ter o pudor de considerar a guerra, de um ponto de vista ético, um acontecimento jamais imprescindível.

Entretanto, no tocante às dinâmicas meramente históricas, teria sido realmente possível evitar este conflito? E, ainda, quais foram suas características? Finalmente, por que o genocídio dos judeus destaca-se na memória coletiva como uma “barbárie dentro da própria barbárie”?

As seções a seguir tentarão dar respostas a estas perguntas.

“Tambores de guerra”: o mundo rumo ao abismo

Em âmbito internacional, o período entre guerras caracterizou-se por uma evidente contradição, que acabaria favorecendo o segundo conflito global da história e que pode ser resumida assim: a Europa ficou sozinha a resolver problemas que precisavam da participação de todos.

Com efeito, depois de 1918, as potências europeias não se demonstraram mais capazes de resolver de forma independente as divergências profundas que as dividiam.

Como vimos na Aula 10, os tratados de paz que, em Versalhes, puseram fim à Primeira Guerra Mundial, impondo condições humilhantes para os derrotados (Alemanha) e não satisfatórias para alguns dos vitoriosos (Itália), foram o primeiro – emblemático – sinal desta incapacidade, sendo outro, a fraqueza da Liga das Nações.

Com efeito, num contexto europeu que – pela evidente conflitualidade política e instabilidade econômica – necessitava de órgãos internacionais capacitados e da colaboração de todos os atores globais, a não participação dos EUA e da URSS nas decisões da Liga das Nações condenou este órgão à irrelevância.

Aliás, a ausência destas duas nações da entidade preposta a dirimir de forma pacífica as controvérsias entre os países do mundo era o reflexo do mais geral desapego – voluntário ou não – de americanos e russos pelos assuntos do Velho Continente.

Quanto à URSS, mais de uma decisão própria, tal ausência foi devida principalmente à aversão ideológica dos países capitalistas, que a puseram às margens da comunidade internacional, favorecendo aquela parte da classe dirigente soviética (entre eles, Stálin), convicta que o crescimento da União Soviética como potência mundial precisasse de um isolamento centrado na construção do “socialismo em um país só”.

De sua parte, os estadunidenses, novos “donos” do mundo, depois do parêntese da intervenção militar de 1917, escolheram voltar trilhando a estrada do isolacionismo, retornando a se concentrar exclusivamente nos assuntos concernentes ao continente americano e a sua esfera de influência na bacia do Pacífico.

Foi, sobretudo, com relação aos EUA que a carência de colaboração tornou-se determinante para os equilíbrios mundiais.

Que a presença estadunidense fosse fundamental no xadrez internacional foi evidente nos anos entre 1923 e 1926, quando os norte-americanos abandonaram temporariamente sua política de isolamento para intervir na crise internacional proporcionada pela ocupação francesa da região alemã do Ruhr (1923).

De fato, conforme analisado na Aula 12, a decisão americana de ajudar economicamente a Alemanha a pagar suas dívidas (que teve sua atuação com o Plano Dawes, em 1924), proporcionou não apenas um círculo virtuoso no tocante ao aspecto econômico, favorecendo também a distensão das relações diplomáticas entre os dois gigantes continentais: a França e a Alemanha.

O resultado imediato desta política foi a devolução aos alemães do Ruhr e, em 1925, o Tratado de Locarno, em que as potências europeias sancionaram a manutenção das fronteiras entre Bélgica, França e Alemanha e, para isso, a atuação do Tratado de Versalhes na parte que previa a desmilitarização da Renânia, a região alemã que por 50 km. demarcava a fronteira com as nações belga e francesa, naquela parte ocidental da Europa que havia sido o palco principal da Primeira Guerra Mundial.

A chama do “espírito de Locarno” – como veio a ser chamado este clima de maior colaboração diplomática que, em 1926, levou até a admissão da Alemanha na Liga das Nações – era, todavia, destinada a se apagar diante do vendaval da crise econômica de 1929.

A Grande Depressão mostrava todas as contradições de um sistema econômico-financeiro tão interdependente quanto frágil, que ajudou a espalhar a crise pelo mundo fomentando, ao mesmo tempo, medidas protecionistas que tiveram desdobramentos também no âmbito político internacional.

Com efeito, a crise de 29 determinou a volta dos Estados Unidos ao isolacionismo, ao mesmo tempo favorecendo de forma decisiva a ascensão ao poder do nazismo (1933), episódio a partir do qual o mundo foi encurralado numa progressiva corrida rumo ao abismo da Segunda Guerra Mundial.

Na verdade, os ventos de guerra começaram a soprar já a partir de 1931, quando o Japão, governado por um regime filofascista, invadiu e conquistou a região chinesa da Manchúria.

Foi este o evento que forneceu a primeira prova da impotência da Liga das Nações, cuja resolução de condenação do Japão não sofreu nenhum efeito prático a não ser a saída do país asiático como membro deste órgão, assim como não surtiram consequências as sanções impostas à Itália por ter, em 1935, desencadeado uma guerra pela conquista da nação africana da Etiópia.

Apesar de detestáveis, estes dois episódios não pareciam, todavia, capazes de ameaçar a paz mundial, sendo o anseio imperialista japonês focado em diretrizes que interessavam apenas marginalmente aos interesses russos e norte-americanos, enquanto o fascismo italiano aparecia demasiadamente fraco para desequilibrar a ordem internacional.

Como destacamos, então, a variável que fez precipitar o mundo numa nova guerra mundial foi a determinação do nazismo hitlerista em romper com a força os já precários equilíbrios europeus.

De fato, a partir da tomada do poder, a Alemanha nacional-socialista assinalou-se pelo constante desrespeito dos tratados internacionais, numa espiral irrefreável de agressividade, pautada na vontade de domínio, que encontrou no segundo conflito armado mundial seu desemboco natural.

Operando em âmbito internacional com o mesmo furor com o qual transformou a admirada República de Weimar em um Estado totalitário, o Terceiro Reich de Hitler

1. saiu da Liga das Nações (1933);
2. reativou o alistamento obrigatório (1935);
3. suspendeu o pagamento das dívidas de guerra (1936);
4. obrigou a comunidade internacional a aceitar a reocupação militar da região da Renânia (1936);
5. interveio na Espanha para dar respaldo ao golpe militar das forças filofascistas espanholas (1936-39),
6. invadiu e anexou a Áustria (1938);
7. apoderou-se de uma porção relevante da Tchecoslováquia (1938-39);
8. invadiu, finalmente, a Polônia (1939), provocando a eclosão da Segunda Guerra Mundial.

Ao contrário do que ocorreu com as causas da guerra de 1914-18, este elenco inquietante de acontecimentos não deixa muitas dúvidas para a maioria dos historiadores quanto à individuação de um responsável certo ao qual atribuir a eclosão da Segunda Guerra Mundial.

Entretanto, aquele mesmo elenco fala da constante incapacidade das democracias burguesas em adotar contramedidas eficazes para barrar a ânsia de domínio nazista antes que a guerra se tornasse inevitável.

Com efeito, à medida que o Terceiro Reich ia fortalecendo incrivelmente sua economia e seu aparelho militar, as potências europeias da França e da Inglaterra (fragilizadas por não poder contar com o respaldo dos EUA e teimosamente firmes em considerar a URSS não como um possível aliado contra o fascismo, mas como uma ameaça) recuavam. De tal forma, enquanto a Alemanha manifestava claramente sua vocação belicista, elas decidiram adotar uma política de tolerância com relação à agressividade nazista, na convicção de que esta fosse a única forma válida para conservar a paz.

O *appeasement*, como veio a ser designada esta política levada adiante pela Inglaterra – ingenuamente convicta da possibilidade de conciliar as reivindicações nazistas com a ausência de guerras –, revelou-se um fracasso.

Deste ponto de vista, a Guerra Civil na Espanha (1936-39) merece um destaque particular.

Deflagrada entre o governo republicano democraticamente eleito e os setores do exército e das forças reacionárias que se autodenominavam “nacionalistas” (liderados pelo general Francisco Franco), este conflito armado entre integrantes de uma mesma nação era, antes de mais nada, um evento interno à política espanhola.

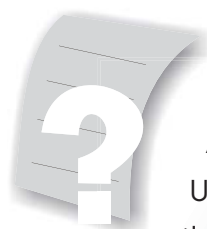
Entretanto, o fato de ser uma guerra travada entre um governo que juntava – pela primeira vez – a “Frente Popular” constituída por comunistas, socialistas e republicanos, e forças que se inspiravam nos ideais fascistas, expressava – por um lado – a imagem impiedosa

da situação internacional daquele momento, antecipando – por outro lado – aspectos peculiares de uma guerra que, daí a pouco, teria sido mundial.

Quanto ao fato de esta guerra fotografar a situação vigente na Europa dos anos 1930, se o conflito espanhol terminou com a vitória dos nacionalistas, foi devido principalmente à diferente atitude dos principais atores internacionais, posto que, enquanto Itália e Alemanha ajudaram maciçamente as forças filofascistas, nenhuma ajuda à República veio por parte das potências democrático-liberais.

Com efeito, a Inglaterra e a França – preocupadas com um choque direto com os Estados fascistas e caracterizadas pela atávica desconfiança com relação à União Soviética (único Estado a intervir ao lado dos republicanos, mediante o envio de armas) – ficaram neutras, enquanto os Estados Unidos continuavam não se intrometendo nas crises políticas provenientes do outro lado do Atlântico.

Por sua parte, a URSS, embora apoiando as forças antifascistas, o fazia – para assim dizer – “à maneira stalinista”, ou seja, juntando o fim nobre da luta ao fascismo com métodos cruéis de silenciamento de qualquer atitude ou interesse que – dentro do próprio campo republicano – se revelassem contrários à linha de Moscou, de fato, fragilizando notavelmente a “Frente Popular”.



A URSS na Guerra Civil espanhola

À luz do envolvimento apenas indireto da União Soviética na Guerra Civil espanhola, esta última afirmação sobre o papel contraditório por ela jogado para os êxitos da guerra merece um breve aprofundamento.

Embora a União Soviética não participasse diretamente do conflito armado, seu peso nas decisões tomadas pela aliança antifascista foi sempre muito relevante.

Além de dotar os republicanos das armas para o combate, a URSS – através da III Internacional – contribuiu de forma decisiva para a formação e o envio para a Espanha de núcleos de combatentes antifascistas, provenientes do mundo afora (as chamadas “Brigadas Internacionais”). Além do mais, o fato de ter sido o único país a correr em socorro de um movimento que, já por sua natureza, englobava um número considerável de forças de esquerda, elevava seu papel ao nível de ponto de referência constante no campo republicano. De tal forma, nesta aliança que juntava correntes antifascistas de várias proveniências, os comunistas – graças ao vínculo direto com a URSS – gozavam de uma influência bem maior do que sua modesta consistência numérica. Um poder que foi, por exemplo, utilizado para aniquilar a valorosa e bem mais numerosa componente anárquica (a Espanha de 1936 era o único país no mundo em que a maior central sindical, a CNT, ainda era controlada pelos anarquistas), mais radical em suas reivindicações sociais, inconformada com certa disciplina militar e contrária em lutar ao lado dos movimentos democrático-burgueses.

Através da utilização também de agentes secretos soviéticos, entre 1937 e 1938, numerosos militantes anarquistas sumiram e um partido inteiro, que abrigava trotskistas e anarcossindicalistas, o POUM (Partido Operário de Unificação Marxista), foi liquidado. Um relato de grande força emotiva desta luta interna no campo das forças antifascistas – entre utopias e pragmatismo, valores e misérias, anseios e rivalidades – encontra-se no filme *Terra e liberdade*, do diretor inglês Ken Loach, baseado no romance *Homenagem à Catalunha*, do escritor George Orwell.



Fonte: http://img.mercadolivre.com.br/jm/img?s=MLB&f=103762238_7342.jpg&v=E

Decisão e agressividade fascista *versus* isolacionismo norte-americano; divisões no campo antifascista; desconfiança dos países capitalistas em estreitar uma aliança com o comunismo russo; política de tolerância medrosa com relação ao nazismo: como se pode constatar, a Guerra Civil espanhola realmente resumiu em boa parte a situação patológica vivenciada pela diplomacia internacional na década de 1930 e que tornou inevitável a Segunda Guerra Mundial.

Por outro lado (com isto passando ao assunto da guerra da Espanha como antecipação do segundo conflito mundial), não há dúvida de que, por alguns aspectos, este conflito funcionou também como “ensaio geral” da Segunda Guerra Mundial.

De fato, a luta na Espanha já prefigurava os termos ideológicos da contraposição (fascismo contra antifascismo) e, por consequência, também as possíveis alianças futuras (URSS e democracias liberais contra Alemanha e Itália). Da mesma forma, antecipava alguns dos odiosos métodos de combate da guerra de 1939-45, como os

bombardeios de populações inermes, simbolizados pela completa destruição da cidade de Guernica, arrasada pela ação da aviação alemã: sinal da dramática mudança na maneira de fazer a guerra, esplendidamente representada por Pablo Picasso na pintura homônima.



Figura 15.1: *Guernica*, de Pablo Picasso, 1937.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/6/6f/Mural_del_Gernika.jpg

Se a guerra na Espanha havia representado uma espécie de laboratório da Segunda Guerra Mundial, foi a questão do Leste Europeu que levou ao verdadeiro e próprio conflito planetário.

Como parecia claro já desde a redação de seu livro *Mein Kampf* (*Minha luta*), em 1925, Adolf Hitler visualizava no leste da Europa o chamado “espaço vital” para a expansão da raça superior do povo germânico.

Com efeito, na sua concepção pessoal de mundo como teatro cruel de uma luta eterna em que só sobreviviam as raças mais fortes e dotadas, o imenso território do Leste Europeu (principalmente da Rússia)

representava o alvo favorito de seus anseios imperialistas, em detrimento dos povos ditos “inferiores” que nele viviam (antes de mais nada, eslavos e judeus).

Igualmente evidente, desde o início era o desejo nazista de unificar numa “Grande Alemanha” todos os povos de ascendência germânica, a maioria dos quais se encontravam ao leste de Berlim, naquela região da Europa que era destinada inevitavelmente a ser motivo de conflitos sempre crescentes.

Com este pretexto de “reunificação”, em 13 de março de 1938, o Terceiro Reich entrava em Viena, acolhido (é preciso dizer) triunfalmente pela população austríaca.

Após a anexação da Áustria, o Führer lançou-se na incorporação dos Sudetos, uma região tchecoslovaca na fronteira com a Alemanha, povoada em sua maioria (cerca de 3 milhões) por alemães.

Os acordos que – em setembro de 1938 –, na cidade alemã de Munique, sancionaram o plano hitlerista de reunião dos Sudetos à Alemanha, mediante um pacto assinado pelas potências europeias sem nem consultar a própria Tchecoslováquia, nem sequer a Rússia, passou à história como emblema desta política de tolerância medrosa para com o expansionismo nazista.

Em Munique, o primeiro-ministro inglês Chamberlain e o chanceler francês Daladier preferiram a desonra à guerra, mas não conseguiram evitar nem uma, nem outra. Em março de 1939, Hitler, desrespeitando o tratado, ordenava a invasão do resto da Tchecoslováquia, apoderando-se – pela primeira vez – de territórios em que não moravam populações germânicas.

O passo seguinte no “caminho para leste” foi a reivindicação do “Corredor Polonês” de Dantzig, uma estreita faixa de terra até 1919 pertencente à Alemanha, mas que os tratados de Versalhes tinham destinado à Polônia, com o intento principal de criar uma separação entre o corpo principal da Alemanha e a região da Prússia oriental (também sob a soberania alemã).

Desta vez França e Inglaterra decidiram não ficar impassíveis diante do novo propósito de conquista alemão e, quando o Terceiro Reich invadiu a Polônia com o pretexto de tomar posse de Danzig, declararam guerra à Alemanha. Era o 1º de setembro de 1939: começava naquele dia a maior catástrofe causada pelo homem em toda sua longa história.



Atende ao Objetivo 1

1. À luz dos acontecimentos históricos do período entre guerras, sintetize os motivos que levaram à eclosão da Segunda Guerra Mundial.

Resposta Comentada

Ao contrário do que aconteceu com a Guerra de 1914-18, o segundo conflito mundial foi largamente previsto pelos analistas da época, em virtude de uma situação política de tamanha tensão, gerada, em grande parte, pelas consequências funestas da Primeira Guerra Mundial. Tratados de paz altamente punitivos para os derrotados, crise de superprodução econômica, lacerações das malhas sociais e espírito de vingança continuaram incidindo de forma marcante

nas dinâmicas históricas, até desencadear a Segunda Guerra Mundial, numa “Guerra dos Trinta Anos” marcada, sem solução de continuidade, pelas revoluções socialistas, pelo advento dos fascismos, pela virulência da crise econômica de 1929, pelas guerras mundiais. Diante deste vendaval de acontecimentos, a comunidade internacional não soube opor uma política de cooperação, como demonstra a falência do projeto ligado à Liga das Nações, o isolamento da URSS e a política de *appeasement*, tardia e confusa tentativa de remediar os estragos feitos com a Paz de Versalhes de 1919.

1939-45: fatos bélicos e características da maior catástrofe causada pelo homem

1939

Antes de atacar a Polônia e dar início à Segunda Guerra Mundial, Hitler conseguiu mais uma vez se aproveitar das divisões existentes – no interior da frente antifascista – entre URSS e países capitalistas para assinar um pacto de “não beligerância” com a União Soviética de Stálin.

O que parecia um acordo absurdo entre dois Estados e duas ideologias que se detestavam foi assinado uma semana antes do começo da guerra, entre os ministros do Exterior Molotov (pela URSS) e Ribbentrop (pela Alemanha).

Se, em termos ideológicos, a distância entre Stálin e Hitler parecia sideral, não se podia dizer a mesma coisa quanto ao pragmatismo e à vontade expansionista.

De tal forma, o acordo Ribbentrop-Molotov (como ficou conhecido) respondia aos interesses de ambos: por parte alemã, porque lhe concedia a possibilidade de se concentrar, depois da Polônia, exclusivamente na conquista da Europa Ocidental, sem preocupações provenientes do Leste. Por parte soviética, já que, com a tranquilidade de ficar fora do alvo nazista, juntava-se o reconhecimento alemão das aspirações territoriais russas na parte oriental da própria Polônia (atacada e conquistada enquanto os nazistas estavam ocupando a parte ocidental) e os países bálticos (Estônia, Lituânia, Letônia), anexados à URSS no ano seguinte.



Figura 15.2: Soldados alemães derrubando a fronteira da Polônia, setembro de 1939.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/a/aa/Bundesarchiv_Bild_146-1979-056-18A-Polen%2C_Schlagbaum%2C_deutsche_Soldaten.jpg

1940

Uma vez que as vetustas forças militares polonesas foram demolidas e após um período de meses à espera extenuante dos novos passos de Hitler, numa atmosfera surreal de guerra não combatida (e por isso batizada como *Drôle de Guerre*,

“Guerra de Mentira”), as tropas nazistas deslocaram-se inesperadamente para o norte da Europa, aniquilando – em abril de 1940 – as resistências da Dinamarca e da Noruega.

O passo sucessivo foi a conquista da Europa Central. A Holanda, Luxemburgo, a Bélgica e, finalmente, a França tornaram-se o novo alvo da mira expansionista da *Wehrmacht*, as forças armadas alemãs.

Particularmente assustadora, foi a maneira com que ocorreu a conquista da grande nação francesa a qual, seguindo ainda os esquemas estratégicos do primeiro conflito mundial, havia organizado uma enorme linha de fortificações (linha Maginot), prevendo – erroneamente – o desenrolar de uma longa guerra de posição e exaustão.

Desmentindo as teorias francesas, o exército nazista, depois de ter contornado sua linha de defesa entrando pelas nações confinantes (Bélgica, Holanda e Luxemburgo), atacou a França, que capitulou em apenas um mês, o dia 14 de junho de 1940.

Por vontade do próprio Führer, a rendição incondicional francesa foi assinada na mesma localidade e no mesmo carro ferroviário no qual tinha sido firmada – com papéis invertidos – a rendição alemã à França, em 1918.



Figura 15.3: 23 de junho de 1940: Hitler visita uma Paris espectral, recém-conquistada pelos nazistas.

Fonte: <http://www.historyplace.com/worldwar2/ww2-pix/paris.jpg>

A revanche alemã contra o inimigo francês tinha sido completada. Depois de muitas frustrações, a Alemanha tomava seu lugar de Estado hegemônico na Europa continental.

Com efeito, em junho de 1940, à distância de menos de um ano do começo dos combates, ao ritmo da *Blitzkrieg* (a estratégia de guerra-relâmpago alemã, caracterizada por ataques velozes e maciços, mediante a ação simultânea de divisões coraçadas e forças aéreas), grande parte da Europa continental encontrava-se sob o tacão dos alemães.

Aliás, ao considerarmos que, naquele mesmo ano de 1940, a Itália de Mussolini (como vimos na Aula 13, “aliada natural” do nazismo hitlerista) decidiu entrar em guerra ao lado da Alemanha, e que Portugal de Salazar e a Espanha de Franco (embora ficando

neutros), configuravam-se como regimes filofascistas, podemos afirmar sem temor de errar que – um ano após o começo das hostilidades – a Europa continental inteira estava tomada por regimes fascistas.

Entretanto, a fúria de conquista hitlerista era destinada a não se acalmar, restando ainda – no Oeste – a ilha britânica e – no Leste – o detestável comunismo soviético: a primeira atrapalhando o plano hegemônico alemão na Europa, o segundo limitando o anseio de conquista de um “espaço vital” adequado à grandeza e às necessidades do povo alemão.

Conforme opinião da maioria dos estudiosos, na verdade, com esta afirmação acoplamos duas situações que, na visão do Führer, encontravam-se bem distintas.

Com efeito, no tocante à Grã-Bretanha, a abordagem da Alemanha nazista (quer pela consideração que Hitler tinha do Império britânico, quer pelo fato de considerar a “raça” anglo-saxã inferior à alemã apenas em termos de “pureza étnica”) destacou-se, até aquele momento, pelos tons conciliatórios, enquanto – como veremos daqui a pouco – a mesma “benevolência” não foi reservada à União Soviética.

Sob a condição de a Inglaterra reconhecer o domínio alemão na Europa centro-oriental, então, os nazistas estavam propensos a fechar um acordo com o povo anglo-saxão e nestes termos – para muitos – se lia a escolha alemã de ter deixado fugir de volta para a Grã-Bretanha (pelo porto da cidade francesa de Dunquerque) todo o contingente militar inglês enviado em ajuda dos aliados.

A predisposição de Hitler em abrir negociações de paz, entretanto, defrontou-se com a intransigência da maioria da classe dirigente e do povo britânico, da qual se fazia intérprete e inspirador o novo chanceler, Winston Churchill, que em seu discurso proferido na Câmara do Parlamento para pedir o voto de confiança ao seu governo (maio de 1940), traçou as diretrizes programáticas de luta à onda nazifascista, das quais vale a pena relatar um trecho pelo alto valor de resistência moral e clareza política:

Direi à Câmara o mesmo que disse aos que entraram para este Governo: «Só tenho para oferecer sangue, sofrimento, lágrimas e suor». Temos perante nós uma dura provação. Temos perante nós muitos e longos meses de luta e sofrimento. Perguntem-me qual é a nossa política? Dir-lhes-ei: fazer a guerra no mar, na terra e no ar, com todo o nosso poder e com todas as forças que Deus possa dar-nos; fazer guerra a uma monstruosa tirania, que não tem precedente no sombrio e lamentável catálogo dos crimes humanos. Essa é a nossa política (CHURCHILL, 1940).

Para quem for interessado, o discurso na íntegra se encontra no site “O portal da História”, na página <http://www.arqnet.pt/portal/discursos/maio02.html>.

Efetivamente, a promessa de “lágrimas e sangue” anunciada pela escolha de se opor extenuadamente ao inimigo nazista teria se tornado logo realidade.

A Operação *Leão Marinho* (nome de código do plano de invasão nazista do Reino Unido), prevendo a necessidade de compensar a superioridade inglesa no mar com a predominância alemã no ar, gerou as primeiras grandes batalhas aéreas da História, símbolo extremamente contraditório dos progressos tecnológicos.

Durante 10 meses (de setembro de 1940 a junho de 1941), a população inglesa foi submetida a bombardeios incessantes. Na cidade de Coventry, somente na noite de 14 de novembro de 1940, as forças aéreas alemãs (a *Luftwaffe*) destruíram 70 mil dos 75 mil edifícios da cidade, acarretando a morte de mil pessoas. *Coentrieren* (“coentrizar”) foi o verbo cunhado para descrever esta estratégia, destinada a dobrar a resistência inimiga, arrasando qualquer forma de vida, sem distinções entre civis e militares.

Entretanto, graças à heroica resistência da população inglesa e ao desempenho de sua aviação (a Royal Air Force/RAF), a “batalha da Inglaterra” representou o primeiro insucesso nazista, que adiou a um futuro sem data a conquista da Grã-Bretanha.

Como se não bastasse, o fim de 1940 mostrou também de forma evidente a fragilidade do aliado italiano, que – depois ter falhado na conquista da Grécia (em outubro) e ter sofrido a ação inglesa na Líbia (em dezembro) – passou por uma grave frustração dos seus sonhos voltados a instaurar uma “guerra paralela” à dos nazistas, mediante a conquista da Europa meridional e da África.

1941

Derrotada na Grécia pela contraofensiva do povo helênico e colocada em grande dificuldade na Líbia pelo avanço dos ingleses, a Itália precisou recorrer à ajuda alemã, a qual teve jogo fácil para conquistar a Grécia e a Iugoslávia, e restabelecer a ordem em parte dos territórios africanos colonizados pelos italianos.

No entanto, depois de poucos meses de seu ingresso no conflito mundial (datado 10 junho de 1940), a Itália havia definitivamente perdido a parte oriental da África (Eritreia, Somália e Etiópia) e – o que mais conta – a possibilidade de recitar o papel de aliado em condições de paridade com a Alemanha.

Apesar da momentânea renúncia à conquista da Inglaterra e dos primeiros evidentes sinais de fraqueza do aliado italiano, ainda em meados de 1941 – depois da demonstração de potência na África e a conquista da Europa mediterrânea –, as forças do “Eixo” (como era chamada a aliança entre Roma e Berlim) eram donas da Europa e a guerra parecia ser destinada a um inevitável triunfo do fascismo.

Na segunda parte daquele mesmo ano, todavia, ocorreram dois eventos destinados a marcar a guinada da Segunda Guerra Mundial, rumo à vitória do bloco antifascista: a invasão nazista da União Soviética e o envolvimento dos Estados Unidos ao lado da Inglaterra e da própria URSS (finalmente juntos na chamada “Grande Aliança”), assinalando a passagem da guerra de um conflito bélico europeu entre democracias e fascismos para uma luta mundial entre fascismo e antifascismo.



Figura 15.4: Cenários de guerra. Em sentido horário: tropas nazistas marchando e conquistando; internos em campo de concentração; a batalha de Stalingrado; o Exército Vermelho conquista Berlim; tropas japoneses batalhando; o cogumelo atômico de Nagasaki.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Infobox_image_for_WWII.png

Começamos com a URSS.

Antes falamos de como a Inglaterra e a União Soviética representavam – cada uma à sua maneira – os dois entraves ao plano hitlerista de domínio continental da Europa. Se, todavia, a primeira aparecia, aos olhos de Hitler, como um respeitado rival na disputa hegemônica do Velho Continente com o qual – eventualmente – chegaria a um acordo, a União Soviética não passava de um imenso campo de conquista, povoado por raças subumanas, criadoras da detestável ideologia comunista.

Por tais motivos, a invasão da União Soviética, iniciada em junho de 1941 em desrespeito aos acordos de não agressão, assinados entre Stálin e Hitler em 1939, manifestou em toda a sua dramaticidade o fato de a Segunda Guerra Mundial colocar em pauta questões mais prioritárias do que o clássico equilíbrio entre as nações que sempre caracterizou o sistema internacional.

Com efeito, a expansão rumo ao Leste, efetuada com a *Operação Barbarossa* contra a União Soviética, revelava o projeto de engenharia étnica subjacente à visão do mundo nacional-socialista como um dos motivos fundamentais da guerra desencadeada pela Alemanha.

Colocando em prática a ideia da conquista do “espaço vital”, Hitler queria tirar imensos territórios produtivos das mãos de populações consideradas geneticamente inferiores (judeus, eslavos, ciganos), para destiná-los à criação de um Reich milenário, num delírio de onipotência que aumentava, à medida que se ampliavam as conquistas da *Wehrmacht*.

Deste ponto de vista, se já a guerra na Europa ocidental havia sido caracterizada por inaudita dureza, a expansão para o Oriente tomou as feições bárbaras que o historiador Ian Kershaw chamou de verdadeira e própria “guerra de extermínio”.

Em total desrespeito às convenções internacionais, o comando supremo alemão ordenou à *Wehrmacht* suspender a aplicação das regras do código militar, o que se traduziu na possibilidade de ações de represália contra os civis e de fuzilamento imediato dos militares capturados.

Como assinala o estudioso Omer Bartov, se entre os prisioneiros capturados de nacionalidade inglesa ou americana apenas 4% morreram, esta porcentagem passou para 58% entre os aprisionados soviéticos, um dado emblemático da situação da guerra no front oriental, que, definitivamente, registrou o maior número de mortos do conflito, cerca de 20 milhões, dos quais 7 de milhões civis.

Gigantescas ações de deslocamento de populações, esvaziamento de enormes regiões, destinadas à ocupação alemã, e saqueio de matérias-primas caracterizaram a política nazista de ocupação no Leste Europeu.

Sobretudo, na evidente constatação de que a guerra-relâmpago tinha deixado lugar para um conflito de longa duração, o Terceiro Reich lançou-se num vigoroso plano de exploração de trabalho compulsório dos povos conquistados, obrigando cerca de 7 milhões de estrangeiros a substituir na produção bélica os 13 milhões de alemães chamados às armas, conforme cálculos do pesquisador Rosario Mangiameli.

O “Plano geral para o Leste”, lançado em 1942 pelos nazistas, programou a deportação para a região russa da Sibéria de 31 milhões de pessoas “racialmente indesejáveis”.

Emblema deste desenho apocalíptico era o universo concentracionário. Para o sociólogo Wolfgang Sofsky, melhor do que qualquer outro aspecto organizativo do *Terceiro Reich*, o sistema dos campos de concentração prefigurou a “nova ordem” nazista, um universo que contava com a presença de todos os elementos essenciais: da redução ao cativo para a exploração desumana, da rígida subdivisão hierárquica dos aprisionados para a absoluta discricionariedade com relação ao destino deles.

Tal número não englobava os 5 ou 6 milhões de judeus, para os quais era previsto outro destino, consideração esta que nos introduz o tema do genocídio do povo hebraico, que analisaremos mais detalhadamente na terceira parte deste texto.

Se, por um lado, o sistema de exploração, terror e extermínio levado adiante pelos alemães na Europa por eles ocupada lhes conferia a vantagem de poder dispor de uma reserva de força-trabalho inesgotável e gratuita, por outro aspecto, alienava-lhes sempre mais as simpatias dos povos ocupados, proporcionando formas de resistência ao nazismo sempre crescente.

Pequenos grupos antifascistas – apoiados pelos ingleses ou por governos em exílio que lutavam pela libertação de seu país (como o da “França livre”, sediado na Inglaterra) – resistiam à ocupação nazista mediante a difusão de material de propaganda antifascista, fornecendo informações úteis à “Grande Aliança” e envolvendo-se em ações de sabotagem.



Figura 15.5: Portão principal do famoso campo de concentração de Auschwitz, onde os nazistas colocaram a frase grotesca “*Arbeit macht frei*” (“O trabalho liberta”).
Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/1/1a/Arbeit_macht_frei_sign%2C_main_gate_of_the_Auschwitz_I_concentration_camp%2C_Poland_-_20051127.jpg

Após a agressão à União Soviética, todavia, o fato de os partidos comunistas de toda a Europa empenharem-se na luta armada contra os nazistas, conferiu um salto qualitativo a este fenômeno, que – da ação de poucos grupos – passou a assinalar a atuação de movimentos populares armados que (além dos comunistas) abrigavam as várias almas do movimento antifascista, de fato dando a esta luta a conotação de um substantivo: a “Resistência”.

Como dito, o ano de 1941 foi também o ano do ingresso do gigante norte-americano no cenário bélico.

Quando da eclosão do conflito, os EUA haviam reiterado sua intenção de não intervenção nos acontecimentos europeus. Entretanto, desde o começo, o presidente norte-americano Roosevelt empenhou-se numa política que favorecia economicamente a Grã-Bretanha e que, em março 1941, fazia-se de apoio explícito, com a Lei de Empréstimo e Arrendamento, que permitia aos ingleses receber equipamentos militares de Washington a crédito.

Esta política de aliança não beligerante dos EUA – que a tornava o “arsenal das democracias” e a punha em choque com os regimes fascistas – foi sancionada de forma ainda mais oficial em agosto daquele ano, mediante a “Carta Atlântica”, uma declaração de princípios de política internacional assinada junto com a Inglaterra e pautada na liberdade, na paz e na condenação dos regimes fascistas.

A tomada de posição dos EUA era clara. Entretanto, o que foi arrastando-o rumo ao verdadeiro e próprio conflito armado foi – em agosto de 1941 – a agressão à sua frota, na localidade de Pearl Harbor, por parte do Japão (desde 1940, aliado da Itália e da Alemanha mediante o chamado pacto Tripartite), o qual havia aproveitado do conflito europeu para estender seu domínio no Sudeste asiático e via nos EUA o principal obstáculo ao seu domínio no Pacífico.

Com este último acontecimento, então, a guerra realmente se tornou global, do Pacífico ao Atlântico, da África para a Ásia.

No entanto, por mais incrível que possa parecer, agora a situação estava mais clara, já que os ataques nazistas à URSS e do Japão aos EUA haviam compactado a Frente de países antifascistas, criando dois campos de batalha perfeitamente especulares: “Grande Aliança” contra “Eixo”, fascismo contra antifascismo.

1942-43

Se, devido às novas alianças militares, o ano de 1941 representou a guinada da guerra no tocante aos aspectos diplomáticos, os anos de 1942 e 1943 foram os em que a virada do jogo em favor da “Grande Aliança” manifestou-se de forma concreta, sob forma de sucessos no campo de batalha.

Em 1942, com a vitória na batalha de *El-Alamein* (no Egito), os ingleses passaram ao contra-ataque, obrigando as tropas ítalo-alemãs à progressiva retirada do continente africano.

Em fevereiro de 1943, no front russo, após a vitória na lendária batalha de Stalingrado, pela primeira vez, as tropas soviéticas partiram para uma contraofensiva que, dois anos mais tarde, teria levado o Exército Vermelho a colocar a bandeira da URSS em cima do Parlamento alemão, em Berlim.

No mesmo período de 1942-43, as vitórias dos norte-americanos contra o Japão, nas batalhas de *Midway* e de *Guadalcanal*, resultaram decisivas para o sucesso final dos EUA na chamada “Guerra do Pacífico”.

Na Europa, a ação abrangente da “Grande Aliança”, mediante o avanço simultâneo do Leste (URSS), da África e do norte da Europa (anglo-americanos), levou à inexorável derrota do fascismo.

A primeira nação fascista a capitular (em 8 de setembro de 1943) foi a Itália, invadida na parte meridional e, até a conclusão da guerra, dilacerada numa guerra civil e militar entre um sul que havia acolhido os invasores anglo-americanos como libertadores, e um centro-norte, nas mãos da República Social Italiana (uma nova entidade política proclamada por Mussolini que, na verdade, era diretamente dependente das decisões da Alemanha nazista).

1944-45

O desembarque dos anglo-americanos na região da Normandia que – em junho de 1944 – dava início à libertação da França e das outras nações da Europa centro-ocidental e o contextual avanço soviético para o oeste marcaram o fim da guerra na Europa, com a capitulação alemã e a morte de Hitler, em abril-maio de 1945, enquanto que, no mesmo período, a Itália festejava a libertação do nazifascismo.

A futura ordem do mundo foi decidida em 1945, nas Conferências de Ialta (fevereiro) e de Potsdam (julho), que marcaram a passagem entre guerra e pós-guerra, prefigurando o definitivo deslocamento do eixo hegemônico para fora da Europa e a futura divisão bipolar do mundo, entre um bloco ocidental e capitalista (guiado pelos EUA) e um bloco oriental e comunista (liderado pela URSS).



Figura 15.6: Conferência de Ialta, 1945. De esquerda para direita: Churchill, Roosevelt e Stálin, os “três grandes” decidindo a nova ordem global.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/d/d2/Yalta_summit_1945_with_Churchill%2C_Roosevelt%2C_Stalin.jpg

A selar esta passagem entre nova e velha ordem mundial foi, em agosto, a utilização estadunidense da bomba atômica contra as localidades nipônicas de Hiroshima e Nagasaki, a qual, se, por um lado, servia para obter a rendição incondicional do Japão, por outro lado, representava também a consciente vontade norte-americana de mostrar seu potencial ao velho (e futuro) inimigo soviético.

This image shows a single sheet of white paper with horizontal blue or grey ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are approximately 20 lines visible. The paper has a slight shadow on the right side, suggesting it's resting on a surface.

(invadida pela Alemanha) e os EUA (agredidos pelo Japão), determinando uma clara divisão dos campos entre fascismo (Alemanha, Itália e Japão) e antifascismo (EUA, URSS, Inglaterra). Já o biênio 1942-43 é aquele em que se deu esta reviravolta nas relações de força, através das vitórias da “Grande Aliança” antifascista nos campos de batalhas espalhados pelo mundo. Os anos 1944-45, finalmente, selam a vitória inexorável do antifascismo e a prefiguração da nova ordem mundial pós-guerra.

1939-45: os traços marcantes de um evento único

Guerra planetária, guerra total

A Segunda Guerra Mundial assusta pelo seu nível de destruição e de universalidade, assombra pela mescla perversa de ciência e barbárie, que naqueles seis anos realizaram o encontro mais sangrento e funesto da História.

O emprego maciço de tanques, o uso de porta-aviões e submarinos, a ampla utilização da aviação e dos bombardeios, bem como a adoção da arma nuclear representam a lista tão rápida quanto assustadora dos meios de destruição em massa dos modernos exércitos.

Tendo uma duração pouco superior à da Grande Guerra, o segundo conflito mundial proporcionou estragos notavelmente maiores dos que os provocados pela guerra de 1914-18.

Em comparação com esta, as nações envolvidas passaram de 33 para 72, e as vítimas, de 10 milhões para mais de 50.

Diferenças substanciais entre as duas guerras dizem também respeito às estratégias militares e ao conteúdo político.

A Primeira Guerra Mundial teve seu palco de batalha praticamente só na Europa, enquanto no segundo conflito os combates se estendiam do Atlântico para o Pacífico, de Stalingrado para Guadalcanal, de El-Alamein para Cassino. Além do mais, pela primeira vez, ocupando não apenas o espaço terrestre e marítimo, deram-se as primeiras grandes batalhas aéreas da história da humanidade.

Finalmente, enquanto a Grande Guerra foi limitada aos exércitos, o segundo conflito mundial envolveu de forma maciça as populações. Aliás, atingir a população civil se tornou um dos objetivos da guerra, de modo que as vítimas não militares do confronto armado subiram de 5% para mais de 50%, inaugurando uma tendência destinada a aumentar na segunda metade do século, até chegar aos 90% de vítimas inermes na guerra da Iugoslávia, na década de 1990.

Este dado nos mostra que a guerra, até então sempre caracterizada pela divisão entre militares e civis, conforme as palavras do ministro da Propaganda do Terceiro Reich, Goebbels, tornou-se “total”.

O motivo que subjazia a este **trend** encontra resposta no fato de a guerra de 1939-45 ter sido completamente inédita.

Primeiro por ser uma guerra de movimento, devido à utilização da aviação e de tanques velozes, que tornaram rapidamente obsoleta a utilização de trincheiras e fortificações e suprimiram a separação entre linha do front e retaguarda. Mas, sobretudo, por ser uma guerra altamente ideológica, fundada na contraposição radical entre sistemas políticos e sociais não apenas antagônicos, mas incompatíveis. Por este motivo, finalmente, não se tratou de uma guerra batalhada para conquistar fronteiras ou territórios, mas sim para aniquilar o inimigo, cancelando sua existência.

Por um lado, as forças do “Eixo” assinalaram-se pela ocupação de nações inteiras, perseguições e extermínios, métodos de internação e assassinato em massa de opositores e povos considerados inferiores. Do outro lado, a “Grande Aliança” destacou-se por ações de represália

Trend

É uma palavra inglesa empregada inicialmente com referência à linguagem econômica e hoje internacionalmente utilizada, de forma mais abrangente, para definir qualquer tipo de “tendência”.

e bombardeamentos indiscriminados não menos arrasadores (como o de Dresden, Hiroshima e Nagasaki), o que diz respeito à carga ideológica de uma guerra que apenas terminou com a fórmula da “rendição incondicional” dos derrotados, cunhando-se – como ressalta o historiador Andreas Hillgruber – uma tipologia jurídica totalmente nova para o direito internacional.

Aliás, como ressalta o inglês Eric Hobsbawm, tratou-se de uma “guerra civil ideológica internacional” porque, longe de se reduzir à mera luta entre Estados, o combate entre fascismo e antifascismo ocorreu também entre a população de um mesmo país.

Por tal motivo, os movimentos de resistência, embora não decisivos do ponto de vista tático-militar, desempenharam um papel crucial do ponto de vista político e moral, como simboliza o fato de os governos de dezenas de Estados se encontrarem, após a guerra, nas mãos de líderes das forças de oposição ao precedente regime.

Shoah: o genocídio dos judeus

Vós que viveis tranquilos
 Nas vossas casas aquecidas,
 [...]
 Considerai se isto é um homem
 Quem trabalha na lama
 [...]
 Quem luta por meio pão
 Quem morre por um sim ou por um não.
 [...]
 Meditai que isto aconteceu...
 (LEVI, 2001, p. 7)

O texto integral do poema encontra-se em <http://bibliotecaportaberta.blogspot.com/2009/01/27-de-janeiro-dia-do-holocausto-nazi.html>

Com este apelo desesperado à recordação eterna de um evento único, o escritor italiano de origem hebraica Primo Levi, internado no campo de concentração de Auschwitz, abre sua famosa obra, que leva um título (*Se isto é um homem*) que é, ao mesmo tempo, uma interrogação dilacerante sobre a natureza humana: pode alguém ter sido “Homem” em Auschwitz? O que resta de uma pessoa quando todas as condições de existência humana lhe são subtraídas?

A chacina indizível do povo hebraico durante a Segunda Guerra Mundial levou a cunhar um novo termo – “genocídio” (do grego *gênos*, estirpe) – para encontrar uma palavra capaz de definir o extermínio deliberado de um povo, independente da idade, do sexo, das opiniões políticas, das crenças religiosas de seus membros.

O termo foi cunhado durante o “processo de Nuremberg” (1945), instaurado após a guerra contra os dirigentes nazistas para indicar a mais ignóbil das acusações: o massacre sistemático de todas as pessoas de origem hebraica residentes na Alemanha e nos países ocupados pelo seu exército.

É evidente que esse massacre levado adiante por Hitler não foi o único indiscriminado na história da humanidade. Só para ficarmos no século XX, lembramos o genocídio do povo armênio por parte do Império otomano, durante a Grande Guerra; a eliminação por parte de Stálin das minorias étnicas inconformadas com sua incorporação à União Soviética; a carnificina proporcionada pelos seguidores de Pol Pot no Camboja; finalmente, o genocídio em Ruanda, causado pela etnia dos hutus, contra a dos tutsis.

Da mesma forma, parece impossível tanto quanto inútil redigir uma classificação dos genocídios da História, todos arrasadores, cada um com sua carga de inumanidade e tragédia.

No entanto, vários analistas assinalam a unicidade do evento que teve como protagonistas os judeus, sobretudo no tocante à sua organização, por ter sido – como nunca tinha acontecido – um extermínio planejado e sistemático, o que leva muitos, hoje em dia, a preferir a utilização da palavra iídiche *Shoah* (“Catástrofe”), para dar maior ênfase à sua peculiaridade.



Figura 15.7: Fileiras de corpos enchem o campo de concentração de Nordhausende, na Alemanha, 1945.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/8/84/Rows_of_bodies_of_dead_inmates_fill_the_yard_of_Lager_Nordhausen%2C_a_Gestapo_concentration_camp.jpg

“Depois de Auschwitz, não é mais possível escrever poesias” (Theodor Adorno); “*Deus morreu na Shoah*” (Elie Wiesel); “*Depois do holocausto, o homem não pode mais ser o mesmo*” (Primo Levi): estas afirmações são só algumas das tantas utilizadas para tentar descrever a barbaridade do plano de aniquilação de cerca 6 milhões de pessoas de várias nacionalidades pela só razão de descender da estirpe hebraica.

De fato, a política racial hitlerista alcançou seu ponto de maior determinação e crueldade no tratamento reservado aos judeus.

A questão hebraica permaneceu na consciência coletiva como o símbolo da incomparável brutalidade à qual chegou um povo considerado a ponta de lança da civilização ocidental, dedicado a leituras e músicas sofisticadas e, ao mesmo tempo, empenhado em marchar a **passo de ganso** para a abominação das câmaras de gás.

Passo de ganso

É um tipo de passo marcial utilizado durante as paradas militares. Trata-se de um passo cadenciado, efetuado levantando e esticando a perna até ela alcançar uma posição horizontal.

Por que esta crueldade particular para com o povo judeu?

Desde a Idade Média, esta estirpe sem pátria era presente em todas as sociedades europeias, suscitando certa desconfiança pelo fato de representar – na Europa cristã – a religião que havia renegado Jesus, até proporcionar sua morte.

A relutância em aceitá-los a pleno título como parte integrante da sociedade, juntamente ao forte espírito de comunidade entre correligionários judeus e à sua relevância no mundo do comércio e das profissões, levou em alguns casos os hebreus a serem considerados (e a se sentirem) como um corpo estranho às comunidades das quais faziam parte.

Se, em momentos particulares da História, em alguns países, tal desconfiança acabou dando lugar a episódios indignos de hostilidade, é – todavia – só com o nazismo hitlerista que estas dinâmicas adquiriram as conotações de verdadeira e própria obsessão, com um consequente plano para eliminar os judeus da face da Terra.

Conforme vimos na aula dedicada ao nazismo, o “povo de Israel” representava, na visão de Hitler, o bode expiatório perfeito, enquanto minoria interna rica e fácil de subjugar.

Segundo uma parte da historiografia, o delírio nazista respondia a necessidades meramente econômicas, devido ao papel marcante que muitos judeus desempenhavam nas altas finanças e na grande indústria alemã e mundial.

Entretanto, o projeto nazista de um Estado pautado na pureza étnica ia além da mera propaganda.

A historiadora Lucy Dawidowicz frisou como a simples interpretação economicista do judeu como detentor do poder econômico não justificava a perseguição de outras minorias, assim como as atividades de melhoria da raça aplicadas vigorosamente à eugenia, à eutanásia, à esterilização feminina e à planificação familiar.

Com a mesma intenção, o historiador norte-americano Daniel Goldhagen chamou atenção para algumas atitudes autolesionistas tidas na gestão da “Solução final” por parte dos nazistas (como a de exterminar prisioneiros ainda hábeis para o trabalho ou de destinar tropas da *Wehrmacht* ao extermínio deles, desguarnecendo o campo de batalha) que não se conciliavam com uma vontade destinada apenas à apropriação das riquezas dos judeus.

Certamente, a ideia que, desde o começo, Hitler ia levando adiante, numa Alemanha à beira do colapso econômico e cheia de fortes tensões sociais, obtinha também o resultado de forjar uma maior coesão da comunidade alemã contra um inimigo comum: o judeu propiciador do internacionalismo do capital “empobrecedor” do povo germânico e, ao mesmo tempo, criador do internacionalismo bolchevique arrasador da ordem social.

Apesar do caráter confidencial da “Solução Final”, vários estudos demonstraram que cerca de 1 milhão de pessoas participaram de forma direta ou indireta da caça, deportação e extermínio dos judeus.

A discussão historiográfica acerca das motivações que proporcionaram a participação ativa de um número tão vasto de pessoas ao delírio hitlerista é, ainda hoje, acirrada.

Para Karl Bracher (autor de *A ditadura alemã*), foi uma mescla explosiva de coerção e fascinação ideológica que levou o povo alemão a seguir Hitler em seu plano delirante. Hannah Arendt (*A banalidade do mal*), por sua vez, julgou a causa da participação de um número tão relevante no extermínio dos judeus como fruto daquela disciplina tipicamente alemã que levava ao cumprimento de ordens burocratas, mesmo consideradas indignas. Christopher Browning (*Homens comuns*) enxergou nestas dinâmicas os traços nefastos da natureza do “homem comum” que, por espírito de emulação ou ambição de carreira, pode se transformar em um assassino cruel. Segundo Daniel Goldhagen (*Carrascos voluntários de Hitler*), a firmeza e a dedicação com a qual integrantes do exército alemão executaram o plano de Hitler encontrava explicação no fato de boa parte do povo compartilhar as ideias de seu *Führer*.

Como é justo que seja para um evento tão complexo e extraordinário, todas estas interpretações constituem explicações válidas sem que nenhuma delas possa se tornar, por si só, capaz de sintetizar o porquê do holocausto.

O que podemos aqui afirmar é que, seja qual for a interpretação mais próxima da verdade, entre os desdobramentos da Segunda Guerra Mundial, a *Shoah* representou um evento crucial para uma humanidade que, a partir daquele momento, convivia com o conceito de genocídio, em um mundo cujo ar estava denso das cinzas de milhões de vítimas.



Atende ao Objetivo 3

3. Defina o conceito de genocídio e sua aplicação ao caso da *Shoah* hebraica.

Resposta Comentada

Genocídio foi a palavra cunhada durante o processo de Nuremberg para definir o extermínio deliberado de um povo, independente da idade, do sexo, das opiniões políticas, das crenças religiosas de seus membros. O termo foi cunhado em 1945 pensando, evidentemente, no massacre sistemático levado adiante pelos nazistas de todas as pessoas de origem hebraica residentes na Alemanha e nos países ocupados pelo seu exército. Esta palavra acabou sendo utilizada para descrever também outros eventos na história da humanidade marcados pela mesma infâmia. Entretanto, para uma parte da historiografia, a Shoah dos judeus continua se distinguindo das outras chacinas perpetradas durante a História, principalmente pelo seu caráter de sistematicidade e planejamento.

CONCLUSÃO

A Segunda Guerra Mundial representou, mais do que qualquer outro evento, o emblema do encontro entre tecnologia e instintos primordiais, ciência e barbárie.

Com efeito, a guerra que causou 50 milhões de mortos (dos quais a metade entre a população civil), marcada pela Shoah dos judeus e pelas bombas atômicas de Hiroshima e Nagasaki, destaca-se, na história da humanidade, como a maior de todas as catástrofes; uma catástrofe que era o fruto do período nefasto começado com o conflito de 1914 e que vários fatores contribuíram a render, em 1939, inevitável e necessária, para libertar o mundo da ameaça mortal do fascismo.

Atende aos Objetivos 1, 2 e 3

Descreva a Segunda Guerra Mundial, em seus aspectos mais peculiares.

This image shows a blank sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.

Resposta Comentada

Mais do que aconteceu com o conflito de 1914-18, a Segunda Guerra Mundial foi realmente uma guerra planetária, combatida do Atlântico ao Pacífico, pelo céu e pelo mar, envolvendo 72 países do globo. Graças ao aprimoramento da tecnologia, foi uma guerra destrutiva como nunca, que contou com 50 milhões de vítimas. Foi também uma guerra ideológica como nunca, opondo dois valores (fascismo e antifascismo) não apenas antagônicos, mas incompatíveis. Por este motivo, não se tratou de uma guerra batalhada para conquistar fronteiras ou territórios, mas sim para aniquilar o inimigo, cancelando sua existência. Aliás, foi uma “guerra civil-ideológica internacional” porque, longe de se reduzir à mera luta entre Estados, o combate entre fascismo

e antifascismo ocorreu também no interior da população de um mesmo país. A Segunda Guerra Mundial configurou-se também como guerra “total”, porque aboliu a distinção tradicional entre civis e militares. Foi, finalmente, – barbárie dentro da barbárie – o palco da tragédia do povo judeu.

RESUMO

O objetivo desta apresentação foi mostrar as peculiaridades da Segunda Guerra Mundial.

Sem deixar de tratar os assuntos ligados, evidentemente, aos desdobramentos nos campos de batalhas, tentou-se cumprir um percurso mais amplo em busca das razões que a causaram, dos motivos na base da criação de dois blocos contrapostos (fascista e antifascista) e, finalmente, da explicação por sua destrutividade e barbaridade.

História Contemporânea I

Referências

Aula 9

AGOSTI, Paola; BORGESE, Giovanna. *Mi pare un secolo: ritratti e parole di centosei protagonisti del novecento*. Torino: Einaudi, 1992.

ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo: anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BÉRGSON, Henri. *A evolução criadora*. São Paulo: Martin Fontes, 2005.

BERNARD, Bruneteau. *Le siècle des génocides: violences, massacres et processus génocidaires de l'Arménie au Rwanda*. Paris: Armand Colin, 2004.

BRACHER, Karl. *The age of ideologies: a history of political thought in the 20th century*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 1984.

CONQUEST, Robert. *Reflections on a ravaged century*. New York: Norton, 1999.

CROUZET, Maurice. *A época contemporânea 1: o declínio da Europa e o mundo soviético*. São Paulo: Difel, 1968.

FREUD, Sigmund *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

_____. *A interpretação dos sonhos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Imago, 1987.

HOBSBAWM, Eric J. *A era dos impérios*. 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

_____. *Era dos extremos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

MACRY, Paolo. *La società contemporanea. una introduzione storica*. Bologna: Il Mulino, 1995.

NIETZSCHE, Friedrich. *Além do bem e do mal*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

ORTEGA; GASSET, José. *A rebelião das massas*. 2001. Disponível em: <www.jahr.org>. Acesso em: 16 mar. 2011.

PANIKKAR, Kavalam Madhava. *A dominação ocidental na Ásia do século XV aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PINZANI, Carlo. *Il secolo della paura*. Roma: Editori Riuniti, 1998.

REVELLI, Marco. *Oltre il novecento*. Torino: Einaudi, 2001.

SABBATUCCI, Giovanni; VIDOTTO, Vittorio. *Il mondo contemporaneo dal 1848 ad oggi*. 5. ed. Roma-Bari: Laterza, 2010.

SADER, Emir. SOREL, Georges. *Reflexões sobre a violência*. São Paulo: Martin Fontes, 1992.

TODOROV, Tzvetan. *Il secolo delle tenebre*. In: FLORES, Marcello (Org.). *Storia, verità, giustizia i crimini del XX secolo*. [S.l.]: Bruno Mondadori, 2001.

TÖNNIES, Ferdinand. *Communauté et société, catégories fondamentales de la sociologie pure*. Paris: Presses Universitaire de France, 1944.

WHITE, Donald. *The American century: the rise & decline of the United States as a world power*. London: Yale University Press, 1996.

ZUNZ, Oliver. *Why the American century?* Chicago: University of Chicago Press, 1998.

Aula 10

ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

CROUZET, Maurice. *A época contemporânea 1: o declínio da europa e o mundo soviético*. São Paulo: Difel, 1968.

FISCHER, Franz. *Griff nach der weltmacht*. Dusseldorf: droste, 1961.

GELLNER, Ernest. *Nations and nationalism*. New York: Cornell University Press, 1983.

HOBSBAWM, Eric J. *A era dos extremos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

ISNENGHI, Mario. *La prima guerra mondiale*. In: FUMIAN, Carlo et al., *Storia contemporanea*. Roma: Donzelli, 1998.

JOLL, James. *The origins of the first world war*. London: Macmillan, 1984.

KEEGAN, John. *The first world war*. New York: Knopf, 1999.

MANN, Thomas. *Pensieri di guerra, novembre 1914*. In: MAZZUCCHETTI, Lavinia (Org.). *scritti storici e politici*. Milano: Mondadori, 1957.

MAYER, Arno. *The persistence of the old regime: Europe to the great war*. Nova York: Pantheon Books, 1981.

MEDVEDEV, Roy. *La rivoluzione d'ottobre era ineluttabile?* Roma: Editori Riuniti, 1976.

MESSENGER, Charles. *A guerra de trincheiras: França e Flandres, 1914-18*. Rio de Janeiro: Renes, 1978

MOSSE, George L. *Le guerre mondiali: dalla tragedia al mito dei caduti*. 4. ed. Roma-Bari: Laterza, 2008.

_____. *The nationalization of the masses: political symbolism and mass movements*. New York: Howard Fertig, 1975.

RITTER, Gerhard. *I militari e la politica nella Germania moderna: da Federico il grande alla prima guerra mondiale*. Torino: Einaudi, 1973.

RODRIGUES, Luiz Cesar B. *A primeira guerra mundial*. São Paulo: Campinas: Atual: Unicamp, 1986.

RUSCONI, Gian Enrico. *Rischio 1914: come si decide una guerra*. Bologna: il Mulino, 1987

SABBATUCCI, Giovanni; VIDOTTO, Vittorio. *Il mondo contemporaneo dal 1848 ad oggi*. 5 ed. Roma-Bari: Laterza, 2010.

SPENGLER, Oswald. *A decadência do ocidente*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

Aula 11

ARENDT, Hannah. *As origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

AVRICH, Paul. *Kronstadt 1921*. Buenos Aires: Utopia Libertaria, 2006.

BAKUNIN, Mikhail. *O princípio do estado e outros ensaios*. São Paulo: Hedra, 2008.

BERNSTEIN, Serge; MILZA, Pierre. *História do século XX*. São Paulo: Ibp: Nacional, 2009. v.1.

CASTORIADIS, Cornelius. *Socialismo ou barbárie*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

EISENSTEIN, Sergei - *o sentido do filme*. Free file sharing. Disponível em: <http://www.4shared.com/document/2HEe1zVx/Eisenstein_Sergei_-_O_sentido_.html>. Acesso em: 28 jan. 2011.

ELLEY, Geof. *Forjando a democracia*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

FER, Briony et al. *Realismo, racionalismo e surrealismo*. São Paulo: Cosac Naify, 1998.

FERRO, Marc. *História das colonizações*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GAYRAUD, Régis. *La grande mêlée des utopies*. Paris: Nautilus, 2000.

GOLDMAN, Emma. *O indivíduo, a sociedade e o estado e outros ensaios*. São Paulo: Hedra, 2007.

HOBSBAWM, Eric J. *A era dos extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

JUDT, Tony. *O Século XX esquecido: lugares e memórias*. Lisboa: Edições 70, 2010.

KROPOTKIN, Piotr. *O princípio anarquista e outros ensaios*. São Paulo: Hedra, 2007.

_____. *Palavras de um revoltado*. São Paulo: Imaginário, 2005.

LISSAGARAY, Hippolyte P. O. *História da comuna de 1871*. São Paulo: Ensaio, 1991.

MALATESTA, Errico. *Autoritarismo e anarquismo*. São Paulo: Imaginário, 2004.

MARX e Lenin segundo o jovem Gramsci: o nosso Marx. Disponível em: <http://www.socialismo.org.br/portal/images/stories/documentos/revista2/Marx_e_Lenin_segundo_o_jovem_Gramsci.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich; LENIN, Vladimir Ilitch. *Acerca del anarquismo y el anarcosindicalismo*. Moscou: Progreso, 1976.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto comunista*. Petrópolis: Vozes, 1990.

MARX, Karl. *O 18 do Brumário*. Coimbra: Centelha, 1975.

REED, John. *Dez dias que abalaram o mundo*. Porto Alegre: L&PM, 2008.

REIS FILHO, Daniel A. et al. *O século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

TRAGTENBERG, Maurício. *A revolução russa*. São Paulo: Faísca, 2007.

TROTSKI, Leon. *A revolução traída*. Rio de Janeiro: Global, 1978.

VAUTRIN, Jean. *Le cri du peuple*. Paris: Grasset & Fasquelle, 1999.

WILSON, Edmond. *Rumo à estação Finlândia*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2006.

Aula 12

ANDRADE, José Jobson Arruda de. *A crise do capitalismo liberal*. In: Aarão Reis Filho, Daniel. *O século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. v. 2.

ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

DETTI, Tommaso; GOZZINI, Giovanni. *Storia contemporanea: il novecento*. Milano: Bruno Mondadori, 2002.

EINAUDI, Mario. *Roosevelt e la rivoluzione del new deal, 1932-1952*. Torino: Einaudi, 1959.

GALBRAITH, John. *El crac del 29*. Barcelona: Seix Barral, 1965.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2001. v. 4.

- HOBSBAWM, Eric J. *A era dos extremos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.
- KEYNES, John Maynard. *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Editora Atlas, 1992.
- KONDER, Leandro. Cultura e política nos anos críticos. In: Aarão Reis Filho, Daniel. *O século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. v. 2.
- LIMONCIC, Flávio. *Os inventores do new deal*. 2003. Tese (Doutorado)-Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, jun. 2003. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp000086.pdf>>. Acesso em: 31 mar. 2011.
- LIMONCIC, Flávio; MARINHO, Francisco (Org.). *A grande depressão*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2009.
- ROBERTSON, Ross. *História da economia americana*. Rio de Janeiro: Record, 1967.
- SCHLESINGER, Arthur. *The age of Roosevelt: the coming of the new deal*. Norwalk: Easton Press, 1987.

Aula 13

- ARENDT, Hannah. *Origens dos totalitarismos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- BRACHER, Karl. *La dictadura alemana*. Madri: Alianza, 1973. 2. v.
- BRZEZINSKI, Zbigniew; FRIEDRICH, Carl. *Totalitarism dictatorship and autocracy*. Cambridge: Harvard University Press, 1956.
- FELICE, Renzo de; GENTILE, Emilio. *A Itália de Mussolini e a origem do fascismo*. São Paulo: Ícone, 1998.
- FERREIRA, Jorge et al. *O século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. v. 2.
- FROMM, Erich. *O medo à liberdade*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- GENTILE, Emilio. *Fascismo: historia e interpretación*. Madri: ND-Alianza Editorial, 2004.
- HOBSBAWM, Eric J. *A era dos extremos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.
- LEVIN, Moshe. *O século soviético*. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- MOSSE, George L. *The nationalization of the masses*. New York: Howard Fertig, 1975.
- NEUMANN, Franz. *Behemoth pensamiento y acción en el nacional-socialismo*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 2006.
- _____. *O estado democrático e o estado autoritário*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

- ORNAGHI, Lorenzo. *Stato e corporazione*. Milano: Giuffrè, 1984.
- PIPES, Richard. *Comunismo*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.
- SABBATUCCI, Giovanni; VIDOTTO, Vittorio. *Il mondo contemporaneo dal 1848 ad oggi*. 5. ed. Roma-Bari: Laterza, 2010.
- TODOROV, Tzvetan. *Em face do extremo*. Campinas: Papirus, 1995.
- TROTSKI, Leon. *A revolução traída*. Rio de Janeiro: Global, 1978.

Aula 14

- ARGAN, Giulio Carlo. *Arte moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- BAUDELAIRE, Charles. *Escritos sobre arte*. São Paulo: Imaginário, 1998.
- BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- BERTHET, Dominique. Dada, nem Deus nem arte. In: RAGON, Michel et al. *Arte e anarquismo*. São Paulo: Imaginário, 2001.
- BRETON, André. *Nadja*. Paris: Gallimard, 1964.
- DUNAEVA, Cristina (Org.). *Maliévitch: dos novos sistemas na arte*. São Paulo: Hedra, 2007.
- FER, Briony. Surrealismo, mito e psicanálise. In: FER, Briony et al. *Realismo, racionalismo, surrealismo*. São Paulo: Cosac & Naif, 1998.
- FERREIRA, José (Org.) *Antologia do futurismo italiano*. Lisboa: Editorial Vega, 1979.
- FLORESCANO, Enrique (Org.). *Espejo mexicano*. [S.l.]: Fondo de Cultura Económica, 2002.
- FRASCINA, Francis. Realismo e ideologia In: HARRISON, Charles et al. *Primitivismo, cubismo, abstração*. São Paulo: Cosac & Naif, 1998.
- JOYEUX, Maurice et al. *Surrealismo e anarquismo*. São Paulo: Imaginário, 2001.
- KRACAUER, Siegfried. *De Caligari a Hitler*. Buenos Aires: Paidós, 1995.
- LAGARDE, André; MICHARD, Laurent. *XIX e Siècle*. Paris: Bordas, 1985.
- LUKÁCS, Georg. *A teoria do romance*. São Paulo: Duas Cidades, 2000.
- PATIN, Sylvie. *Monet, un oeil mais bon dieu quel oeil!* Paris: Gallimard, 1991.

PERRY, Gill. O Primitivismo e o moderno In: HARRISON, Charles et al. *Primitivismo, cubismo, abstração*. São Paulo: Cosac & Naif, 1998.

REICH, Wilhelm. *Psicologia de massas do fascismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SCHNERB, Robert. *O século XIX: o apogeu da civilização européia*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

Aula 15

ARENDT, Hannah. *La banalità del male*. Milano: Feltrinelli, 1999.

BRACHER, Karl. *La dictatura alemana*. Madrid: Alianza Editorial, 1973. 2. v.

BROWNING, Christopher. *Ordinary men: reserve police battalion 101 and the final solution in Poland*. New York: HarperCollins, 1992.

DAWIDOWICZ, Lucy. *The war against the Jews: 1933-1945*. New York: Bantam, 1976.

GOLDHAGEN, Daniel Jonas. *Os carrascos voluntários de Hitler: o povo alemão e o holocausto*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997

GONÇALVES, Wiliams da Silva. *A segunda guerra mundial*. In: Aarão Reis Filho, Daniel. *O século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. v. 2.

HILLGRUBER, Andreas. *La segunda guerra mundial: objetivos de guerra y estrategia de las grandes potencias*. Madrid: Alianza Editorial, 1995.

HOBSBAWM, Eric J. *A era dos extremos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

LEVI, Primo. *É isto um homem?* Rio de Janeiro: Rocco Editora, 1988. Disponível em: <<http://bibliotecaportaberta.blogspot.com/2009/01/27-de-janeiro-dia-do-holocausto-nazi.html>>. Acesso em: 31 mar. 2011.

MANDEL, Ernest. *O significado da segunda guerra mundial*. São Paulo: Ática, 1989.

MOSSE, George L. *Le guerre mondiali: dalla tragedia al mito dei caduti*. 4. ed. Roma-Bari: Laterza, 2008.

NEUMANN, Franz. *Behemoth: pensamiento y acción en el nacional-socialismo*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 2006.

SABBATUCCI, Giovanni; VIDOTTO, Vittorio. *Il mondo contemporaneo dal 1848 ad oggi*. 5. ed. Roma-Bari: Laterza, 2010.

SOFSKY, Wolfgang. *The order of terror: the concentration camp*. New York: Princeton University Press, 1999.

VIZENTINI, Paulo. *A segunda guerra mundial: 1939-1945*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1989.

WIESEL, Elie. *A noite*. São Paulo: Ediouro, 2001.

